

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOALLYSSON DESTERRO BAYMA

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO E
AÇÃO COLETIVA A PARTIR DA APA DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS- MA**

SÃO LUÍS

2022

JOALLYSSON DESTERRO BAYMA

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO E AÇÃO
COLETIVA A PARTIR DA APA DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS- MA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Maranhão
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto.

SÃO LUÍS

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Desterro Bayma, Joallysson.

A construção social do problema ambiental: : mobilização e ação
coletiva a partir da APA do Itapiracó em São Luís-MA / Joallysson

Desterro Bayma. - 2022.

114 p.

Orientador(a): Joaquim Shiraishi Neto.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Ação coletiva. 2. Lugar. 3. Problema Ambiental.
4. Unidade de Conservação. I. Shiraishi Neto, Joaquim.
II. Título.

JOALLYSSON DESTERRO BAYMA

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA AMBIENTAL: MOBILIZAÇÃO E AÇÃO
COLETIVA A PARTIR DA APA DO ITAPIRACÓ EM SÃO LUÍS- MA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Maranhão
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
Presidente
Doutor em Direito pela UFPR- PR

Prf^a. Dr^a. Camila Alves Machado Sampaio
Membro interno ao PPGCSoc-UFMA
Doutora em Ciências Sociais pela UFRJ-RJ

Prof. Dr. Dimas Floriani
Membro externo ao PPGCSoc-UFMA
Doutor em Sociologia pela UCL- Bélgica

Aos meus pais, Clarise Desterro e José Bayma,
e às minhas avós, Raimunda Desterro e
Rozalina Bayma (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi para mim uma etapa de amadurecimento pessoal e profissional e, por essa razão, posso dizer que esse trabalho foi construído por muitos pares de mãos, pessoas que contribuíram para a reflexão e desenvolvimento dessa pesquisa com ações e palavras. Por saber que não seria possível agradecer nominalmente a todos, deixo de antemão meu expresso pedido de desculpas, ao mesmo tempo em que carrego a certeza de que essas pessoas sabem de sua relevância nesse árduo trabalho.

Aos meus pais, Clarise Desterro e José Bayma, por todo esforço e empenho para me oportunizarem educação e estimularem em minha vida a vontade de buscar e aprender, mesmo em situações adversas.

A minha Tia Clarice Desterro, que com sua bravura me transmite lições valiosas de vida, a minha prima Keyllyanne Desterro, que com seu apoio e conselhos me estimula a prosseguir, aos meus irmãos Lúcia Mendes e Jeynesson Bayma, pelo apoio e conversas.

À Raimunda Desterro, minha querida avó, que com suas atitudes e serena sabedoria tem me apoiado em todas as fases da minha vida, e me ensinado a esperar e resistir.

À turma de mestrado de 2019, com a qual tive a oportunidade de compartilhar momentos únicos de aprendizado e trocas de conhecimento, especialmente à Aérica Malheiros e Suzenny Dutra, pois juntos compartilhamos as tensões vividas nesse processo e construímos nossa amizade. As amigas Silvia Rodrigues, Dalylian Sales, Jessica Vaz e Renata Queiroz.

Aos professores do PPGCSoc/UFMA, pelas valiosas contribuições nas disciplinas e conversas, ao seu Willame Costa pelo seu atencioso e hábil trabalho na secretaria do programa.

À CAPES, pela concessão de bolsa para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos membros do Fórum da APA do Itapiracó, pela colaboração que permitiu a observação das reuniões e atividades, acesso a materiais e concessão de entrevistas.

À professora Rosirene M. Lima, pelas conversas reflexivas e provocações sobre a pesquisa.

Ao meu orientador, professor Joaquim Shiraishi Neto, que com sua compreensão, atenção e cuidado estimulou a reflexão e práticas sobre o problema de pesquisa, métodos de investigação e processo de escrita.

Pelas experiências e aprendizado desse processo que me conduz a outros olhares sobre a vida e suas relações, testadas por circunstâncias dolorosas e possivelmente regadas por algumas lágrimas, agradeço a Deus, pois acredito que seu cuidado tenha se manifestado através das pessoas que contribuíram nessa trajetória.

“Falar de APA não é só falar de lixo produzido pelo ser humano, é muito mais profundo [...] é trazer essa discussão sobre política governamental, desse desmonte nas unidades de conservação, dessa libertinagem de legitimar especulação imobiliária, garimpeiro, grileiro e tudo mais” (Sr.^a Dorian Azevedo)

RESUMO

O presente trabalho analisa a conexão entre sociedade e natureza a partir das relações dos usos sociais e transformações do lugar. Nessa perspectiva, investiga a formação social do problema ambiental a partir de atores e seus envolvimento com a Área de Proteção do Itapiracó, lugar de conservação ambiental presente no espaço urbano da cidade de São Luís. Descreve o processo de formação da APA do Itapiracó e as relações de uso que os moradores do interior e entorno fazem do lugar, nesse processo se procurou evidenciar a ligação com o contexto urbano e algumas das perspectivas envolvidas em suas mudanças. Reflexivamente, se percebe a elaboração social de um problema ambiental relativo a esse lugar de natureza, mobilizado a partir de ações coletivas e formação de um movimento em defesa da APA. Os atores envolvidos nesse processo formam elaborações discursivas e caracterizam as problemáticas observadas nessa unidade como parte de uma demanda pública de cunho ambiental. Dessa maneira, esses atores estabelecem a ligação entre o uso, a afetividade, memórias, práticas simbólicas e de conservação para evidenciar a relevância da APA para seus bairros e sua vivência. A análise foi desenvolvida a partir de revisão teórica das categorias apropriadas ao trabalho, levantamento de dados sobre a unidade de conservação, observação direta, entrevistas semiestruturadas com membros do movimento relacionado a APA, atores ligados à gestão da unidade e moradores. O estudo evidencia a formação de um problema ambiental a partir de um lugar, e as relações imbricadas para que uma demanda se torne pública.

Palavras-chave: Ação coletiva; Lugar; Unidade de Conservação; Problema Ambiental.

ABSTRACT

The present work analyzes the connection between society and nature from the relations of social uses and transformations of the place. From this perspective, it investigates the social formation of the environmental problem from actors and their involvement with the Itapiracó Protection Area, a place of environmental conservation present in the urban space of the city of São Luís. It describes the process of formation of the APA of Itapiracó and the relations of use that the residents of the interior and surroundings make of the place, in this process it was tried to evidence the connection with the urban context and some of the perspectives involved in its changes. Reflexively, one can perceive the social elaboration of an environmental problem related to this place of nature, mobilized from collective actions and the formation of a movement in defense of the APA. The actors involved in this process form discursive elaborations and characterize the problems observed in this unit as part of a public demand of an environmental nature. In this way, these actors establish the link between use, affectivity, memories, symbolic and conservation practices to highlight the relevance of the APA to their neighborhoods and their experience. The analysis was developed from a theoretical review of the appropriate categories for the work, data collection on the conservation unit, direct observation, semi-structured interviews with members of the APA-related movement, actors linked to the unit's management and residents. The study evidences the formation of an environmental problem from a place, and the intertwined relationships so that a demand becomes public.

Keywords: Collective action; Place; Conservation Unit; Environmental Problem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ruína de uma estrutura do campo experimental do Ministério da Agricultura.....	28
Figura 2- Antiga piscina de irrigação do campo experimental do Ministério da Agricultura..	28
Figura 3- Bairros do entorno imediato da APA do Itapiracó	31
Figura 4- Bosques de árvores frutíferas na APA do Itapiracó.....	32
Figura 5- Registro de Jiboia (Boa Constrictor) na APA do Itapiracó	33
Figura 6- Registro de Carcará na APA do Itapiracó (Caracara plancus).....	33
Figura 7- Pessoas nos equipamentos da Praça do Atleta.....	40
Figura 8- Quadra da Praça da Criança.....	41
Figura 9- Entrada da Praça da Família	43
Figura 10- Estrutura inicial do prédio sede da SEMA.....	43
Figura 11- Estatuetas e materiais usados em cerimônia afro-religiosa.	44
Figura 12- Casa na comunidade do Itapiracó	45
Figura 13- Audiência com o prefeito para assinatura do documento de criação do Ecoponto, em 2018	60
Figura 14- Ecoponto Itapiracó, situado às margens da APA.....	61
Figura 15- Live do FAI com a Secretária Municipal do Meio Ambiente	66
Figura 16- Live do FAI com Professor Pesquisador	67
Figura 17- Live do FAI para tratar da questão da Ponte da Juçara	71
Figura 18- Placa anunciando venda de lotes na APA do Itapiracó	76
Figura 19- Protesto contra a tentativa de loteamento da APA	76
Figura 20- Reunião com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Maranhão	88
Figura 21- Audiência Pública de oficialização do FAI	89
Figura 22- Reunião para formação do Conselho Consultivo da APA do Itapiracó, em 2018.....	100
Figura 23- Convite do FAI para chamada de entidades do 3º setor.	101

LISTA DE QUADROS E ORGANOGRAMA

Quadro 1- Unidades de Conservação de São Luís e suas esferas responsáveis	19
Quadro 2- Classificação das Unidades de Proteção de acordo com o SUNC.....	26
Quadro 3- Membros do Conselho Consultivo da APA do Itapiracó por setor.....	101
Organograma 1- Recursos retóricos na construção social do problema ambiental.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJA	Programa Agente Jovem Ambiental do Maranhão
APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
CAM-FAI	Comissão de Articulação e Mobilização do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó
CEP-FAI	Comissão de Estudo e Pesquisa do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó
CGLU	Comitê Gestor de Limpeza Urbana
CJ-FAI	Comissão Jurídica do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB	Cooperativa Habitacional
COHATRAC	Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio
CONAPI	Conselho Consultivo da APA do Itapiracó
FAI	Fórum em Defesa da APA do Itapiracó
FEEA	Fórum Estadual de Educação Ambiental
FOCCO	Fórum Comunitário do Complexo COHAB/COHATRAC
IMPUR	Instituto Municipal de Paisagem Urbana
IPEM	Instituto de Previdência do Estado do Maranhão
MPLU	Movimento de Lutas Urbanas no bairro do João de Deus
PNCCPM	Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
SEGOV	Secretaria de Estado do Governo
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE NATUREZA NA CIDADE.....	18
2.1	Constituição de Áreas de Conservação na cidade de São Luís.....	21
2.2	Contexto de criação e formação da Apa do Itapiracó.....	25
2.3	Usos e relações na APA do Itapiracó.....	34
3	FORMAÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA.....	48
3.1	A construção do problema ambiental a partir da APA do Itapiracó.....	49
3.2	Construção argumentativa do problema.....	56
3.3	Contexto de ações do Fórum em defesa da APA do Itapiracó na pandemia do Covid-19.....	64
4	CONSTITUIÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NA APA DO ITAPIRACÓ...	71
4.1	Fórum da APA do Itapiracó como mobilização coletiva.....	72
4.2	Organização do FAI.....	88
4.2.1	<i>Parcerias e articulações do FAI.....</i>	92
4.3	Formação do conselho consultivo da APA do Itapiracó.....	97
5	CONCLUSÃO.....	106
	REFERÊNCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

O empenho em investigações voltadas às questões ambientais no âmbito das Ciências Sociais é marcado pela crescente curiosidade em compreender as relações humanas e sua ligação com a natureza. Acrescenta-se a esse interesse o contexto urbano em que transcorrem modificações constantes no espaço. Esses elementos motivaram a participação no grupo de pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente (CITEMA), vinculado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), junto ao qual, desenvolvi estudos no período da graduação, em projetos de iniciação científica e o Trabalho de Conclusão de Curso.

As preocupações de pesquisa sobre a natureza na cidade a partir da ótica das Ciências Sociais estimularam e conduziram ao processo de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA). Nos encontros para orientações, nas disciplinas, nos eventos de trabalho e conversas com os colegas e professores do Programa, buscou-se aprofundar sobre a dimensão das representações de natureza e de como ela é construída socialmente, de modo que, nesta dissertação, essas inquietações estão circunscritas em torno de um tipo de Unidade de Conservação (UC), presente na cidade de São Luís. Trata-se da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, que passou por intervenções urbanísticas voltadas para a oferta de lazer para a cidade, aglutinando em torno de si a formação de seu primeiro Conselho Consultivo e um Fórum em Defesa da APA do Itapiracó (FAI), elaborado a partir da iniciativa dos moradores dos bairros do entorno.

Esse contexto está em direta sintonia com a composição da questão problema relativa ao campo de pesquisa, que se trata de analisar os discursos e práticas construídos em torno dessa Área de Proteção ou, em outras palavras, questionar: por que pessoas reúnem os seus esforços em torno da defesa desse lugar de natureza? Que categorias e meios esses atores acionam na defesa de suas representações de natureza? De que forma isso lhes agrega alguma participação no que tange às decisões de ordenamento territorial dessa área de proteção ambiental? Essas são interrogações que aguçam uma análise que procura perceber a participação das percepções humanas na construção de uma questão ambiental em torno da APA do Itapiracó, tentando situar os elementos históricos e as dimensões mobilizadas na construção do problema ambiental relativo a essa Área de Proteção.

É preciso considerar que o conceito de “natureza” é empregado neste trabalho a partir da concepção de que a mesma mantém relação com a “sociedade”, participando dos processos humanos e ao mesmo tempo permitindo que transcorram (INGOLD, 2012). Essas

duas noções podem ser percebidas como híbridas e estão em fluxos e trocas contínuas, sendo observadas em associação, e mantendo agência sobre a vida (LATOURE, 2012). Entretanto, ao se referir a discussões sobre natureza e Sociedade em arenas legais e jurídicas o conceito de “meio ambiente” passa a compor os repertórios de ação coletiva como referência às discussões socioambientais. Esses são os sentidos que os conceitos de “meio ambiente” e “natureza” estão sendo pensados ao longo da dissertação.

Os procedimentos de pesquisa relacionaram reflexões realizadas no período das disciplinas, bem como os trabalhos realizados a partir destas, dentre os quais, realizou-se levantamento de referencial teórico associado à questão problema, discussões e análises durante as reuniões de orientação, seguidas ou concomitantes a atividades de pesquisa de campo, que incluem a observação, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas, participação em reuniões do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó e do Conselho Consultivo da APA, compostas por diferentes atores envolvidos com os aspectos desta unidade de conservação.

É preciso ponderar que os procedimentos inscritos nessa metodologia sofreram alterações em seu percurso de execução, pois as dificuldades impostas pela pandemia do Covid-19 forçaram outro ritmo de trabalho, como o uso mais constante de formas virtuais de comunicação; a um tempo de reclusão maior em nossos ambientes privados, a realização de entrevistas semiestruturadas por meio de aplicativos de videochamada, participação em reuniões pelo uso de plataformas de comunicação que agreguem maior número de pessoas, análises de transmissões online que ocorriam em redes sociais em horários diferentes dos habituais. Ou seja, o contexto pandêmico forçou um replanejamento das atividades, uma readequação das discussões em torno do objeto de pesquisa.

Tais mudanças trouxeram ao desenvolvimento da dissertação, dentre outras reflexões, dois elementos que se apresentam de forma recorrente. O primeiro está atrelado ao ato de repensar a lógica ambiental instituída que continua pautada em um distanciamento entre sociedade e natureza, não respeitando os períodos de tempo que os ambientes precisam para se recompor, ou ainda, forçando transformações na natureza que acarretam mudanças incisivas nas práticas humanas. O segundo seria a necessidade de desenvolver formas de pensar, sentir e agir que se façam mais pertinentes às diferentes relações existentes entre sociedade e natureza, pois estas podem estar conectadas a problemas de justiça ambiental, e a possibilidade de aprender com outras formas de se relacionar e conceber a categoria natureza (ESCOBAR, 2005).

Em uma Unidade de Conservação Urbana, como é o caso da APA do Itapiracó, as formas de manutenção e de relações com a cidade podem ser das mais variadas, havendo usos

voltados para práticas esportivas, atividades de lazer, pesquisa científica de áreas do conhecimento como Biologia, Meteorologia, Engenharia Ambiental, Geografia, Ciências Sociais, Turismo, dentre outras. Atividades com alguma finalidade lucrativa também ocorrem, como é o caso de pequenas bancas de venda próximas à APA e de empreendimentos em seus arredores, shopping center, posto de gasolina, faculdades, conjuntos residenciais, lanchonetes e supermercados. Essas são algumas relações que se mantêm dentro e no entorno dessa unidade de conservação, formas de uso e apropriação do espaço que interagem e modificam a natureza presente no lugar (ACSELRAD, 2009).

Nesse contexto, pode-se analisar a formação de questões em torno da APA do Itapiracó como relativa à sociedade e ambiente, que na perspectiva das Ciências Sociais significa também observar como a materialidade dos espaços é socializada, possuindo significados específicos aos que estão com eles relacionados. Assim, se percebe que as experiências vividas nesses e a partir desses ambientes produzem uma construção social afetiva e a satisfação de necessidades materiais. Pode-se dizer que existem lógicas distintas sobre o mesmo lugar, percebidas a partir da atuação do Estado e dos moradores do entorno e interior da área de proteção. Tais atitudes repercutem ordenando as práticas realizadas nesse lugar e se expressam em ações e construções argumentativas, que procuram obter alguma legitimidade ou ainda participação nos processos decisórios (ACSELRAD, 2004).

As preocupações que surgem em torno da APA do Itapiracó foram ao longo de um período de tempo adquirindo forma e sendo substancializadas, estimulando formações sociais como o Fórum da APA do Itapiracó (FAI) que reivindica serviços públicos e implementação de projetos para essa área de proteção. O processo de análise não deixa de validar as preocupações referentes à poluição, desgaste de recursos e de energia, mas reafirma a relevância das Ciências Sociais em expor que esses são acontecimentos e ações resultantes de um processo de definição, negociação e legitimação que transcorrem na dinâmica social (HANNIGAN, 2009). Pondera-se nesse contexto que o estudo de problemas ambientais como socialmente construídos não reduz sua relevância enquanto problema social, em vez disso, apresenta o processo de validação utilizado para tornar tal questão um problema social, portanto, um problema de relevância pública.

Considerando o processo de construção social do meio ambiente como problema público, entende-se que os problemas ambientais são enunciados enquanto questões socialmente relevantes a partir de alguns grupos, no contexto da APA do Itapiracó, trata-se de moradores que se organizam em forma de Fórum. A partir dessa perspectiva, pode-se analisar que certos problemas ambientais são assim caracterizados e adquirem visibilidade quando

grupos de indivíduos os tornam assunto de responsabilidade pública (FUKS, 2001). Tais atores que participam da arena de disputa em torno dos assuntos públicos não são considerados apenas narradores da questão ambiental, pois podem agir de acordo com interesses e formas de conceber a natureza.

A mobilização social em torno da área de proteção ambiental foi se desenvolvendo a partir de moradores de bairros próximos a essa unidade de conservação, e isto se deve, em alguma medida, ao estilo organizacional pelo qual esse grupo social decidiu estruturar suas ações, mobilizando atores de diferentes esferas para que suas pautas fossem não somente publicizadas mas também atendidas (LOSEKANN, 2014). Nesse movimento entre elaboração de demandas e sua formalização diante das esferas do poder público, recorre-se ao que José Lopes (2004, p. 17) denomina *ambientalização dos conflitos*, neologismo pensado pelo autor para se referir à interiorização de assuntos que se relacionam a problemáticas ambientais. Em suma, são processos ligados a formas ativas pelas quais atores operam sobre a problemática social e que estão presentes não somente em suas ações mas também em sua linguagem.

As transformações que acontecem em São Luís estão ligadas a processos de produção material, o que implica em mudanças para seus espaços de proteção ambiental. Tais alterações expressam diferentes propostas de uso e significação da natureza que organizam sentidos, finalidades e projetos específicos. Assuntos relativos à natureza são, dessa maneira, objeto de disputa e, por serem percebidos de diferentes modos, costumam estar relacionados a situações conflitivas, aspecto que mesmo sendo reconhecido, não costuma ser admitido com frequência nos debates públicos (LOPEZ, 2004).

Uma abordagem a partir das Ciências Sociais procura perceber como problemas e soluções ambientais são resultados de um processo de definição social, pois há instâncias pelas quais os problemas sociais passam para que sejam legitimados, assim como movimentos e negociações que transcorrem tanto em esferas privadas como públicas. Trata-se de perceber o conhecimento ambiental como âmbito que associa problemas que podem estar socialmente interligados (FERREIRA, 2006).

No processo de discussão das questões referentes a espaços ambientais como o da APA do Itapiracó, é preciso considerar a formação do próprio conceito norteador de criação desse tipo de espaço de proteção, pois tendo sido criado com base na ideia de conservação se encontra legalmente como unidade de uso sustentável, e, por assim dizer, uma unidade de conservação de uso direto, permitindo a existência de moradias, empreendimentos e outros. Essa forma de classificar permite usos variados a partir do que for ordenado em seu plano de manejo. A criação de áreas protegidas para conservação e preservação dos ambientes expressa

uma compreensão de natureza que aparenta estar preocupada com a manutenção dos recursos, uma vez que esses permitem a continuidade da lógica produtiva.

A natureza nesses lugares citadinos costuma ser interpretada pelo mercado imobiliário como forma de agregar valor às regiões da cidade em que se encontram. E, além de valorizar monetariamente esses locais, agregam o aspecto da beleza cênica. Por outro ângulo, a formação das áreas de proteção ambientais pode ser interpretada pelos atores que vivem em relação direta com esses lugares como composições que favorecem a qualidade de vida, por serem entendidas como amenidades na malha urbana. Há ainda, as formas de interpretar observadas a partir do Estado, que colocam esses locais de proteção ambientais como cartões postais da cidade, formas de demonstrar que existe uma política ambiental na cidade, marcadamente composta pelo discurso de sustentabilidade (LIMA, 2008). Essas possibilidades aparecem nas questões referentes à APA do Itapiracó, havendo a especificidade de procura por democratização da área, enquanto chave empregada por moradores do entorno dessa unidade de conservação, para participarem das decisões referentes a esse lugar de natureza da cidade de São Luís.

Para fins de organização da dissertação, este trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira e a última referentes às Introdução e Conclusão, respectivamente. A segunda seção, intitulada “Caracterização do Modelo de Natureza na Cidade”, é composta por uma descrição da unidade de conservação, seu processo de formação, os usos iniciais estabelecidos no território da APA, a relação que os bairros de seu entorno e interior mantêm com esse lugar de natureza. É caracterizado o modelo de natureza na cidade e o processo de urbanização responsável pela criação dos bairros no entorno da área de proteção, pois estas são partes do contexto de expansão da cidade de São Luís e da composição da comunidade do Itapiracó. Os usos observados em seu complexo ambiental¹ e as atividades mais recentes que transcorrem na APA são relacionados às ações de uso e transformação que a área de proteção vem recebendo.

A terceira seção, “Formação Social do Problema”, destaca a formação social do problema ambiental em seu processo de ação argumentativa, procurando analisar a percepção dos atores envolvidos nos assuntos relativos à APA, e a maneira que esses assuntos vão sendo delineados como um problema ambiental. Essa construção argumentativa é entendida como parte de um repertório de ação coletiva promovido pelo Fórum em Defesa da APA do Itapiracó (FAI), estando relacionado às ações que essa mobilização foi promovendo em sua luta por

¹ O governo do estado do Maranhão após a implementação de um modelo de parque urbano em um parte da APA, passa a publicizar e chamar esse segmento do território da APA como “Complexo Ambiental do Itapiracó”.

participação nas decisões ligadas à unidade de conservação. Nesse momento da reflexão se ressalta, ainda, como a construção argumentativa foi um instrumento para essa ação coletiva durante o período da pandemia do Covid-19, assim como as ferramentas empregadas nesse processo.

Na quarta seção, “Constituição da Ação Coletiva na APA do Itapiracó”, se analisa e caracteriza o Fórum da APA como uma mobilização coletiva, descrevendo seu processo de formação, a organização que seus atores foram dando a esse instrumento de discussão e mobilização. As parcerias que o Fórum foi construindo são observadas como uma rede de relações para ter acesso às estruturas de oportunidades, e mobilização de políticas a partir de um lugar de natureza. Sua participação na formação do conselho consultivo é estudada como parte do processo de tornar efetiva a participação dos bairros envolvidos com a APA. Nesse sentido, procurou-se analisar a construção de uma questão ambiental a partir da APA do Itapiracó como uma dimensão da relação entre sociedade e natureza presente em São Luís.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE NATUREZA NA CIDADE

A cidade de São Luís, no estado do Maranhão, é uma das três capitais brasileiras localizadas em ilha², havendo significativa conexão entre seus diferentes ecossistemas, e as intervenções podem afetar sensivelmente a região. As formas de se relacionar com a natureza presentes na cidade podem ser entendidas como diversas; aspecto pertinente às características dos ecossistemas que se interligam e aos atores que se relacionam a esses lugares. A expansão da cidade a partir de seu sítio, hoje centro histórico da cidade, foi ao longo do tempo compondo áreas que podem ser observadas como de urbanização mista e desigual (MARICATO, 2013).

Percebida pela lógica de mercadoria, a cidade de São Luís, assim como outras cidades brasileiras, foi sendo envolvida e produzida a partir de matrizes que o mercado considera economicamente rentáveis. Isso implica também em uma apropriação discursiva da cultura, enquanto elemento identitário dos lugares, com pretensões de torná-los atrativos para investimentos e promoção de um crescimento econômico (ARANTES, 2013). Nesse sentido, a cidade se torna ao mesmo tempo lugar de habitar para sua população e produto para o mercado.

Essa forma de produção da cidade procura ressaltar seus atributos materiais e simbólicos, que nesse processo estão imbricados e mantendo trocas constantes. A natureza é, nessa projeção de cidade, captada como “componente” da imagem que se pretende expor,

² As outras duas ilhas-capitais do Brasil são Vitória, no Espírito Santo, localizada na região sudeste do país e Florianópolis, em Santa Catarina, situada na região sul do país.

podendo ser utilizada como recurso natural para a produção industrial, beleza cênica e contemplativa associada à qualidade de vida, e para o consumo turístico.

A natureza como parte de um lugar é apropriada e incorporada, é uma produção conjunta entre sociedade e ambiente, na qual se relacionam fluxos materiais de ideias, processos em que formas de vida e relações humanas específicas, como o tipo de produção, a organização política, a alimentação e a diversidade religiosa não só inferem como são também influenciados, e ao longo dos períodos vão se instituindo. Transformar esses aspectos em uma rede comercial em que toda a natureza é concebida como estática e configurada como “bela paisagem”, torna sua relação com a cidade um item esteticamente vendável, um ingrediente para se fetichizar o lugar (HENRIQUE, 2009).

A lógica econômica, ao se apropriar de aspetos naturais e das concepções culturais que se relacionam à cidade, vai distribuindo estruturas como centros comerciais e culturais, museus, galerias, edifícios, esculturas, e outros elementos que reforcem a produção de uma cidade acessível para os que podem escolher seus lugares de trabalho e habitação. A natureza, por essa percepção, se relaciona à cidade a partir da própria concepção cultural e econômica que a percebe como um instrumento manipulável, circunstâncias em que seus elementos são empregados para os processos de manutenção das construções urbanas e de sua estetização (ARANTES, 2013).

As Unidades de Conservação (UCs) e suas classificações foram sendo elaboradas sob influência dessa forma de interpretação e convívio com os ambientes. Sendo apresentadas ora como uma alternativa para frear o desgaste ambiental causado pelas formas ocidentais capitalistas de produção ora como forma de reserva de elementos da natureza para que se tenha matéria-prima futura, pois nesse entendimento, a humanidade torna-se distante e proprietária da natureza, daí a necessidade de produzir formas de protegê-la ou de reservá-la para um uso posterior.

Na cidade de São Luís existem Unidades de Conservação municipais e estaduais, estando entre as mais conhecidas, o Parque do Bom Menino e do Diamante (unidades de gestão municipal), o Parque da Lagoa da Jansen, Parque Estadual do Bacanga, Parque Estadual do Rangedor, APA do Maracanã, APA do Itapiracó e APA do Upaon-Açú (unidades de gestão estadual). Essas UCs são classificadas como uso sustentável ou de proteção integral a partir do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC- Lei n. 9.985/2000)³ e pelo aparato legal do estado e município.

³ Lei federal que regulamenta a criação e manutenção de Unidades de Conservação através de duas principais classificações, a de Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. A primeira objetiva preservar a

No quadro 01 é possível observar a classificação das unidades presentes em São Luís. Esses lugares de natureza estão em diferentes locais da cidade, seus processos de apropriação e as relações estabelecidas entre essas naturezas e a população ludovicense vão se estabelecendo de maneira própria a cada circunstância.

Quadro 1- Unidades de Conservação de São Luís e suas esferas responsáveis

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
Área de relevante interesse ecológico da Quinta do Diamante	Parque da Lagoa da Jansen
APA do Maracanã	Parque Estadual do Bacanga
APA do Itapiracó	Parque Estadual do Rangedor
APA do Upaon-Açú	Parque do Bom Menino

Fonte: Elaborada pelo autor.

A formação ou transformações desses lugares estão sobre constantes desdobramentos, pois a interação humana opera de forma conjunta sobre a materialidade e os significados dos mesmos. Arantes (2013, p. 34) aponta que há uma junção relacional entre a construção dos lugares e a imagem ou sentidos que a estes são atribuídos. A autora passa a entender esse fenômeno como uma espécie de “simbiose de imagem e produto”.

Essas observações estimulam uma primeira aproximação com o objeto da pesquisa, já que procura refletir sobre o contexto em que essa natureza é apropriada na cidade de São Luís, e como esse modelo de natureza legitimado e operacionalizado por dispositivos legais se apresenta atualmente na cidade, mantendo UCs em relação constante com o processo de expansão urbana do município. No percurso, a análise vai sendo conduzida a uma unidade de conservação mais específica, trata-se da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, localizada em bairro que possui mesmo nome, com o sentido de descrever essa área e apresentar alguns dos primeiros aspectos do processo de socialização da natureza dessa unidade.

natureza pelo uso indireto (aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais), permitindo, por exemplo, visitas técnicas e desenvolvimento de pesquisa científica. A segunda objetiva compatibilizar a conservação com o uso sustentável pelo uso direto (aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais), neste último as formas de uso são amplas desde que estejam de acordo com o seu plano de manejo.

2.1 Constituição de Áreas de Conservação na Cidade de São Luís

A intensificação da vida urbana na cidade no período clássico tornou elevadas as preocupações estéticas pertinentes às cidades. A natureza é tida nesse segmento de ideias e transformações dos espaços como matéria e inspiração para formas que fossem úteis e adornassem as cidades (LEFEBVRE, 2001). Esse processo histórico vai se alterando e recompondo, produzindo, assim, uma interpretação antropocêntrica da natureza presente também na composição das cidades.

Na constituição de interpretação contemplativa da natureza, as sociedades greco-romanas produziram duas perspectivas, uma em que a humanidade era reconhecida como força ativa, que através do esforço lidava com as forças dominantes da natureza, a outra era de que a natureza vivenciada já era modificada pela ação humana através de campos de pastagem, lavouras e espaços de criação de animais, pois esses passavam a fazer parte da própria natureza do lugar, contrastando com relevo, mar, rios e clima de áreas habitadas (HENRIQUE, 2009).

Em outro período caracterizado pelo crescimento da ciência e valorização da razão, a humanidade passa a se perceber como construtora principal dos ambientes em que vive. A partir de então, a posição de centralidade dada à divindade vai cedendo lugar à ideia de que a humanidade está no centro dessas transformações (HENRIQUE, 2009). São estas as bases para que a concepção humana ocidental passe a emoldurar todas as coisas e, mais objetivamente, a natureza em um sistema de referências com correspondência a si própria. Essa percepção faz com que a natureza seja entendida como externa e passível de ser determinada pelo sistema de pensamento humano.

O desenvolvimento dessa perspectiva pareceu autorizar a humanidade a transformar a natureza conforme suas necessidades, essas transformações implicam em tentativas de controle da natureza pela inserção de novas espécies animais e vegetais, pelo desvio de cursos de rios, pelo corte de vegetação para construções de amplos espaços como centro de eventos, estádios de futebol, locais que receberão megaeventos ou estruturas que atraiam investimentos.

O aspecto visual das cidades é, em proporção considerável, parte de decisões políticas que manipulam linguagens simbólicas (discurso de sustentabilidade, desenvolvimento, estética dos espaços públicos e outros) para manusear o aspecto material dessa construção (reformas, alteração de limites, construção de estruturas com equipamentos urbanos). Essas escolhas trazem consigo apontamentos do que pode ser apresentado e do que deve ser ocultado. A apropriação da natureza na cidade pelos modelos de planejamento pode ser empregada como uma espécie de “estetização do poder” (ARANTES, 2013), situação em

que todas as estruturas que contenham natureza transformada ou a natureza dita conservada são postas em operacionalização para construir rótulos aos lugares urbanos.

Nesse sentido, aplicam-se sobre as cidades e a natureza com que se relaciona slogans como “cidades jardins”, “cidade histórica ou religiosa”, “cidade portuária”, dentre outros. Em São Luís, essas características são observadas por expressões como “Ilha do amor”, “Atenas maranhense” (Slogans atribuídos pelas atividades artísticas e beleza das paisagens), “Patrimônio histórico da humanidade” (pelo acervo histórico e cultural), “Janela para o mundo” (pela localização marítima da ilha que encurta o trajeto para outros continentes), “Cidade Porto” (pela localização estratégica aos mercados), dentre outras formas de se referir à cidade de São Luís.

Os elementos presentes nas cidades vão sendo pensados com o sentido de agregar valor monetário e, nessa relação, a natureza passa a estar presente na cidade através de ideias de higienismo e esteticismo. A primeira ligada à limpeza das cidades e da natureza, que através de técnicas padroniza a natureza nos lugares urbanos. O esteticismo estando ligado ao higienismo interpreta a natureza nos ambientes urbanos principalmente pela ideia de paisagem, em que o julgamento estético é aplicado com o sentido de compor uma natureza delimitada. Algo associado ao sentido de jardim, uma representação humana envolta em uma ideia romântica da natureza “selvagem” (HENRIQUE, 2009).

A concepção de uma “natureza natural”, elaborada como contraponto a uma natureza modificada, subsidia as delimitações ou parcelamento de territórios urbanos, colocando-os como de relevante interesse ambiental, enquanto outros são tidos como disponíveis para uma lógica degradativa do consumo (COMPANS, 2007). Isso não ausenta a possibilidade de flexibilização da própria norma, pois através da classificação ou reclassificação dos usos dos espaços urbanos se pode dar mais acesso a esses lugares delimitados de natureza. Por essa razão, as definições de usos tornam-se um dos elementos centrais dos chamados conflitos socioambientais.

As relações entre humanidade e natureza presentes nas cidades estão permeadas de construções técnicas, certa geometrização ou quantificação de valores em detrimento das qualidades de uso dos lugares. A Natureza presente na cidade passa a ser parte de um modelo que a interpreta como uma imagem, agregando às cidades uma noção de sustentabilidade globalmente difundida. Os usos coletivos que a população faz desses lugares e de suas naturezas não são por vezes percebidos como parte dessa relação. Segue-se uma romantização da natureza, usada como parte da estetização da cidade ou de empreendimentos do espaço urbano (HENRIQUE, 2009).

Para Arantes (2013), a forma como a lógica capitalista foi utilizando-se dos aspectos culturais dos lugares para a produção das cidades foi evidenciando a relação existente entre essas categorias na produção do urbano. A partir dessa reflexão, se pode observar que mudanças e a manutenção dos lugares da cidade relacionam precisamente Natureza e Cultura, segue-se nessa relação à produção de sentidos e potencialidades de uso que se agregam na cidade. Nessa perspectiva, a autora argumenta que:

[...] cultura e economia parecem estar correndo uma em direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo, portanto, a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de desenvolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a autoestima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio, constituem, pois, uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária (ARANTES, 2013, p. 47, grifo nosso).

É atrelando transformações dos espaços da cidade às práticas e seus sentidos e os fazendo objetos com valor de troca que o capitalismo elabora uma competição econômica global entre cidades (ARANTES, 2013). Essa competição é pontuada principalmente pela estrutura e serviços que os espaços urbanos possam apresentar, envolvendo os moradores por versões conceituais de cidadania e patrimônio. Essas elaborações produzem não somente alterações urbanísticas como percebem e conduzem a natureza ao status de propriedade ou patrimônio, com a intenção de produzir uma representação em torno de determinadas cidades.

Em São Luís existe alguma preocupação na manutenção e conservação do patrimônio histórico e artístico, e de forma crescente se tem observado algum interesse em questões referentes à natureza. Isso se expressa pela formação de complexos ambientais ou instalação de equipamentos urbanos em unidades de conservação como as do Parque do Rangedor, Parque da Lagoa da Jansen, Parque do Bom Menino e APA do Itapiracó. A explicação para essas transformações pode estar vinculada à tentativa de evidenciar a natureza presente na cidade, enquadrando-a em exigências do mercado no bojo das discussões da formação de “cidades sustentáveis”.

É preciso considerar que o contexto de formação de alguns dos bairros de São Luís próximos ou em relação direta com unidades de conservação se deu em condições de ocupações, sendo resultado de um processo de urbanização excludente, e que a criação legal dessas unidades esteve vinculada a interesses sociais e as tentativas de conter uma expansão urbana

sobre algumas áreas da cidade. Isso acabou implicando em uma fragmentação da natureza na produção urbana de São Luís.

Dessa maneira, as áreas protegidas estão em relação direta com a cidade, tanto alguns bairros que estão situados dentro das unidades, como seriam os casos do Maracanã, Lagoa da Jansen e do Itapiracó, como os que estão situados nos limites imediatos, como os bairros próximos ao Parque do Bacanga, Parque do Rangedor, e Parque do Diamante. Existem, assim, unidades de conservação próximas a áreas valorizadas da cidade, que costumam receber uma atenção específica⁴, e outras situadas na periferia que têm suas demandas alcançadas com dificuldade.

É provável que o processo de exclusão territorial urbana, também produtor da exclusão habitacional, somado aos períodos migratórios do campo em direção à cidade, tenham formado os bairros considerados periféricos que atualmente se encontram próximos ou são parte de algumas dessas unidades de conservação em São Luís. Essa caracterização da socialização da natureza na cidade de São Luís conta também com uma ligação com questões habitacionais, levando à construção de conjuntos e residenciais próximos a áreas de proteção, seja para atendimento de moradia ou pelo elemento da qualidade de vida associado a morar nas cercanias de áreas de beleza cênica.

Se antes a imagem de cidade com infraestrutura apresentava pouca preocupação com o ambiente, ou mesmo, não evidenciava de forma direta a relação e participação da natureza com esses lugares urbanos, no sentido de fazerem parte de um mesmo fluxo, agora, a natureza presente e participativa da cidade é apropriada e relacionada às atividades humanas por modelos urbanísticos e concepções paisagísticas que frequentemente se apresentam por meio dos parques, reservas e outros.

Na cidade de São Luís observa-se que, ao operacionalizar essas relações com a natureza, por meio das categorias de proteção instrumentalizadas em lei, a gestão urbana trabalha ao mesmo tempo diferentes aspectos/demandas, pois constrói espaços de lazer para a cidade, reforçando práticas existentes ou contrapondo-se a estas pela sugestão/prescrição de outras, fomentando um turismo contemplativo associado à beleza dos ambientes e produção de paisagens envolvidas no mito ocidental do primeiro jardim (DIEGUES, 2008).

Esses aspectos aproximam-se de uma forma de operar a noção de sustentabilidade associada ao crescimento econômico, nos moldes de uma ecoeficiência que relaciona interesses

⁴ Característica pontuada pela existência de plano de manejo, existência ou atualização do conselho consultivo, existência de infraestrutura relacionada à proteção das unidades, fiscalização, manutenção do diálogo com as comunidades que mantêm ralação com esses lugares.

de produção, e apropriação de características culturais realizadas nesses lugares. Arantes (2013, p. 54) analisa essa forma de produção urbana como uma questão de “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico”, objetivando o alcance de posição privilegiada nos chamados circuitos culturais internacionais.

Por essa razão, as transformações dos ambientes da cidade costumam estar voltadas para a lógica que objetivam lucro ou atração de investimentos. Assim, a natureza deixa de ser reconhecida como participante da produção da cidade, e as formas de uso e de conhecimentos oriundo das dinâmicas entre sociedade e natureza são empregadas para dominação e controle dos elementos ambientais, que passam a ser interpretados como recurso dentro de uma lógica material (HENRIQUE, 2009).

Há aqui uma observação a ser considerada, trata-se da transformação da concepção ocidental de Natureza que, tanto economicamente quanto para as ciências tidas como modernas, passa a perceber a humanidade como externa ou superior aos próprios fluxos de natureza dos quais faz parte (DESCOLA, 2016). Esse sentido de externalidade coloca sociedade e natureza em dois polos distintos, delimitando uma natureza fragmentada, exposta nos espaços urbanos como paisagens, parques, áreas de proteção, reservas e outros. Elaboram-se socialmente modelos de natureza na cidade, que reforçam e participam de um modelo econômico, e se tornam pautas de uma política ambiental.

2.2 Contexto de criação e formação da Apa do Itapiracó

A unidade de conservação do Itapiracó foi criada pelo decreto n. 13.150/1993, sendo classificada como parque do Itapiracó, sua reclassificação se deu por contradições com a Lei n. 4.771/1965 e com o decreto n. 84.017/1979. O primeiro documento era o código florestal da época e o segundo regulamentava a criação de parques nacionais. Por conta disso, o decreto n. 15.618/1997 é instituído, classificando essa unidade como Área de Proteção Ambiental.

A partir do ano 2000 essa e outras unidades passam a estar atreladas às formas de organização prevista no SNUC (Lei n. 9.985/2000). O sistema de unidades de conservação brasileiro apresenta duas categorias de classificação para as unidades de conservação, como já anunciado em nota, sendo orientado pelas noções de preservação e conservação. Uma se relaciona a usos indiretos dos recursos naturais, e a outra é relativa ao uso direto desses recursos através de propostas entendidas como sustentáveis, denominadas, respectivamente, de Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável.

De acordo com a concepção expressa em lei, as unidades devem ser criadas mediante estudos técnicos e consulta pública, com finalidade de identificar a localização e os limites apropriados para a preservação e conservação, e devem possuir plano de manejo para que fiquem claras as possibilidades de uso e as características dos espaços de proteção. A classificação das categorias presentes em cada uma das unidades pode ser visualizada no quadro 02, que apresenta a organização das unidades descritas no SNUC em proteção integral e uso sustentável, estabelecendo dentro das categorias gradações de preservação/conservação a partir do uso indicado a cada uma dessas áreas.

Quadro 2- Classificação das Unidades de Proteção de acordo com o SUNC

	UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL
1.	Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
2.	Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
3.	Parque Nacional	Floresta Nacional
4.	Monumento Natural	Reserva Extrativista
5.	Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
6.	_____	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
7.	_____	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Elaborada pelo autor.

Estando a unidade de conservação do Itapiracó nesse modelo de natureza, é classificada como unidade de uso sustentável e, mais especificamente, como Área de Proteção Ambiental. Sua forma organizativa é descrita, a partir dessa concepção, como uma unidade que associa determinado grau de ocupação humana, e se caracteriza por agregar elementos naturais, estéticos e culturais de valor para a qualidade de vida de suas populações. Nessa lógica, seus objetivos centram-se em moderar o processo de ocupação, instruindo ao uso sustentável dos recursos naturais. O SNUC prevê para essas áreas a formação de um conselho formado por representante do órgão responsável pela administração da área, por representantes de órgãos públicos, sociedade civil e população residente.

O processo de apropriação da natureza no Itapiracó demarca-se a partir dos anos 1960, quando o lugar é ocupado por iniciativa do Ministério da Agricultura, que adquiriu a possibilidade de fazer uso da terra por meio de um regime de comodato⁵. Esse local da cidade de São Luís já era conhecido como Itapiracó e sua área com cobertura vegetal era calculada em cerca de 435,60 hectares, as atividades do campo experimental envolveram citricultura, fruticultura, suinocultura e avicultura (OLIVEIRA, 2004). Essa forma de apropriação da natureza do Itapiracó foi acentuando usos relacionados à pesquisa e intervenções no local, e estabelecendo relações humanas com esse lugar da cidade (Figuras 01 e 02).

Figura 01- Ruína de uma estrutura do campo experimental do Ministério da Agricultura



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2017.

⁵ O regime de empréstimo em que o objeto ou imóvel emprestado não pode ser substituído por outro da mesma espécie e qualidade.

Figura 2- Antiga piscina de irrigação do campo experimental do Ministério da Agricultura



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2017.

Nesse período, foi também estabelecido um dos primeiros processos de ocupação humana, que recebeu o mesmo nome do local, Itapiracó. Eram casas de alguns trabalhadores que auxiliavam os funcionários do campo experimental, e de funcionários do próprio campo. Alguns desses últimos foram deixando essas residências após o encerramento das atividades do Ministério da Agricultura no Itapiracó, fato que ocorreu em meados dos anos 70. Em uma das entrevistas de pesquisa, uma das moradoras mais antigas da comunidade do Itapiracó, a Sra. Maria das Graças, descreve o processo de formação da comunidade do Itapiracó:

Quando a gente chegou aqui, soubemos logo que não podia mexer, nem cortar o mato, porque tinha os vigias do barracão onde hoje é o batalhão. Tinha um dotô do campo que chefiava. Quando nós chegamos aqui era o dotô Roberto, e depois o dotô Roberto saiu e veio um dotô Moraes, era dotô do federal, aqui diz que é federal. Ele era responsavi da área, ele quem mandava com os vigias, com os trabalhador. Que tinha os trabalhadores pra trabalhar ali no campo, eles trabalhavam de plantar, enxertava as planta. Inclusive lá no... não tem aquele hospital? Esqueci agora o nome. Ah! É Pan Diamante, lá tinha a secretaria deles, tinha alguma coisa deles lá, de lá vinha as orde, e aqui ficava os trabalhador, aí os dotô vinha pra ordenar o que era pra fazer. Quando a gente chegou aqui tinha o seu Lorenço com a família, tinha o seu Sebastião, que é parente aqui do meu marido Raimundo, e tinha a tia Agmar que era a cabeça da família. Ela que tava primeiro aqui quando o dono daqui se mudou pra avenida Joaquim Mochel, deixou a casa pra ela, aí a casa que era dela, ela deu pra seu Lorenço com a família e veio morar na casa desse que tinha mudado. Aí o irmão dela veio, Sebastião veio e ela acomodou, aí tinha o filho dela que tinha casa, aí depois foi a gente [...] foi um trazendo o outro do interior pra cá, é só pessoal do interior aqui, tudo é família. É um ali que é parente de outro aqui, aqui tudo termina sendo parente, essa casa de telha bem aí do lado, depois daquela ali, é da minha filha, essa aqui do lado era onde era o poço, o poço era aquele cacimbão, e aí era muito ruim, caia bicho era um cuidado de tá cobrindo, tá ajeitando, era feito um rodapé, mas aí tinha que cobrir porque era enorme a boca, aí eu disse: “vamo mandar cavar um poço artesiano”. E aí

cavam o poço bem aí perto por causa da água dele ali que era muito boa, muito boa mesmo, cavam o poço perto pra água dele de lá vim pra esse (grifo nosso).

Com a desativação do campo experimental, o terreno que pertencia à União é devolvido ao Departamento de Patrimônio do mesmo órgão. Os processos de ocupação em decorrência da expansão da cidade já ocorriam no Itapiracó e, de acordo com Pantoja (2017), o próprio ministério responsável pelo campo experimental já havia concedido cerca de 80 hectares de terra a seus funcionários, o que atualmente corresponde à área conhecida como Chácaras do Itapiracó, cuja ocupação se intensifica durante a década de 1990.

A ocupação urbana ao redor da APA foi se desenvolvendo através dos primeiros conjuntos habitacionais em São Luís que cresceram em torno dessa região da cidade a partir dos sistemas de Cooperativa Habitacional (COHAB) e outras instituições de cooperativismo, como a Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio (COHATRAC) e o Instituto da Previdência do Estado do Maranhão (IPEM). Esses conjuntos habitacionais foram implantados na cidade no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e receberam os nomes das cooperativas que os idealizaram. Nesse mesmo período, ocorre um crescimento populacional em São Luís, em virtude do processo migratório da população rural, que na época empregava-se principalmente na construção civil (OLIVEIRA, 2004).

Esse planejamento elaborado pelo governo do estado procurava atender às demandas de habitação em São Luís, pois ao implantar conjuntos habitacionais no sistema de cooperativas, obteve na época apoio do Banco Nacional de Habitações (BNH), suporte da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) (OLIVEIRA, 2004). Os lugares da cidade selecionados para a construção dos conjuntos habitacionais eram considerados áreas afastadas do centro comercial e residencial, que eram limitadas pelos rios Bacanga e Anil (OLIVEIRA, 2004).

A construção dos conjuntos habitacionais em torno do Itapiracó parece ter sido parte de um movimento que direcionou a ocupação territorial da malha urbana da cidade nos anos 1970. De acordo com Santos (2005), os outros dois movimentos seriam o crescimento do conjunto viário e a estabilização dos bairros periféricos. Na época, a distância entre os bairros e o centro da cidade formou vazios urbanos, desencadeando posterior especulação imobiliária exercida pelo crescente mercado imobiliário de São Luís.

Desse modo, pode-se dizer que os vínculos humanos criados com a natureza presente no Itapiracó são influenciados pelos processos de expansão urbana da própria cidade de São Luís, que na década de 1970 apresenta em sua formação urbana um crescimento horizontal que segue em direção aos limites com o município vizinho de São José de Ribamar.

A densidade populacional em torno do Itapiracó foi se tornando crescente, não somente pelas ocupações de moradores que procuravam habitação como pela formação de serviços e empreendimentos comerciais. Observando esses aspectos, e possivelmente tentando obter algum controle sobre a expansão urbana da cidade, o governo cria o decreto de nº 15.618 de junho de 1997, que, ao mesmo tempo em que revoga o decreto de nº13.150⁶, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó, justificando as mudanças de classificação pelos seguintes aspectos:

[...] Considerando que no Sítio do Itapiracó não ocorrem as condições determinantes a que se refere o inciso I do Art.2º da Lei 4.771 e Decreto 84.017, que justificam a criação de um “parque”;

Considerando que, de fato, mais de 70% do Sítio do Itapiracó apresenta cobertura florestal muito alterada, enquanto a lei e decreto citados, mencionam que num “parque” pelo menos 80% da área deverá apresentar cobertura florestal primitiva;

Considerando que, de fato, a extensão territorial do Sítio do Itapiracó é de 322 hectares, enquanto a lei e decreto citados, mencionam que num “parque” a extensão territorial deverá ser superior a 1.000 hectares;

Considerando que o Sítio do Itapiracó se encontra inserido em zona urbana, com elevadíssima densidade habitacional no entorno, e que a população exerce permanente e forte pressão antrópica;

Considerando a necessidade de preservar atributos naturais ainda remanescentes, e a possibilidade do uso sustentado dos recursos, como um instrumento de Educação Ambiental;

Considerando a oportunidade de viabilizar a implantação da infraestrutura para manifestações esportivas, culturais e de outros tipos de recreação e lazer, e, ainda de criar um polo de atração para turismo intermunicipal e turismo de eventos [...] (MARANHÃO, 1997).

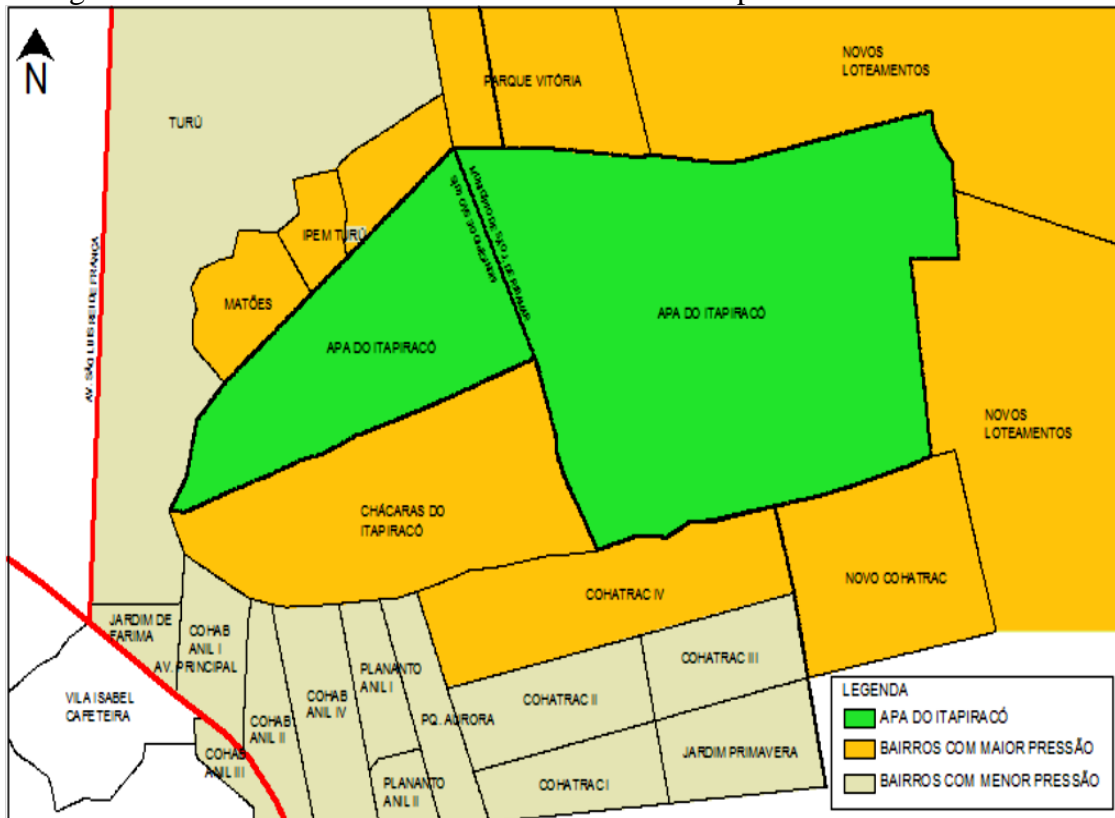
Observa-se, a partir do decreto, que a própria condição da APA do Itapiracó já mantém relação direta com a cidade, pois é identificada como inserida em zona urbana. As possibilidades de uso apontam ser variadas quando se atenta para as duas últimas considerações descritas no decreto, mas é preciso ressaltar que essas mesmas possibilidades costumam depender de decisões sociopolíticas envolvidas em maior ou menor medida com pessoas que mantêm relações com essa APA Urbana.

A APA do Itapiracó possui, de acordo com seu decreto de criação, 322 hectares. Se localiza entre bairros que foram sendo formados a partir da ocupação desse território, tais como: Turu, Ipem Turu, Parque Vitória, Chácaras do Itapiracó, Conjuntos Cohatrac, Assentamentos Terra Livre e Canudos (Figura 03). É caracterizada como pertencente ao domínio amazônico, e parte da Amazônia legal, ainda assim, a composição de sua flora pode ser percebida como

⁶ Decreto anterior que classificava o Itapiracó como parque, a sua revogação deu-se também por conta da quantidade de hectares com cobertura vegetal que não poderia ser classificado como parque, sendo reclassificado para Área de Proteção Ambiental (APA).

mista por apresentar vegetação que lembra tanto o bioma do cerrado quanto o amazônico (PANTOJA, 2017).

Figura 03- Bairros do entorno imediato da APA do Itapiracó



Fonte: Plano de Manejo da APA do Itapiracó (2006, p.18).

Por ter sido, em certo período, campo experimental, a APA possui espécies de outras regiões, como a castanha do Brasil e o *Eucalyptus grandis*; outra característica presente é a existência de bosques e alamedas com certo distanciamento, onde foram inseridas espécies frutíferas, como a manga, jaca e o caju (Figura 04). Esses são alguns dos caminhos do Itapiracó, melhor conhecidos pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), presente na APA para a fiscalização do lugar, e pelos moradores de seu interior e arredores, que, por vezes, coletam frutas das árvores e utilizam essas trilhas e alamedas como forma de caminhar pela APA do Itapiracó ou encurtar trajetos entre pontos diferentes dos bairros que a cercam.

Figura 04- Bosques de árvores frutíferas na APA do Itapiracó



Fonte: Acervo pessoal autor, do ano de 2017.

A extensão da APA é moradia de animais que encontram nos fluxos desse lugar de natureza condições de manutenção de suas vidas. E mesmo com a pressão urbana, se encontra nessa unidade de conservação a presença de pássaros e cobras (Figuras 05 e 06), bem como borboletas, abelhas, pacas, cotias, tatus, preguiças e pequenos macacos. As águas do rio Itapiracó fazem parte da bacia hidrográfica do rio Paciência como um afluente, sendo relevante área de recarga de aquífero, pois seu solo tem facilidade em reter água da chuva e suas matas de galeria contribuem com a alimentação do lençol freático.

O rio atualmente encontra-se poluído pelos esgotos, sendo alimentado por duas nascentes presentes nesse território. Essas características influenciam diretamente à vida dos animais e moradores da comunidade no interior da APA, pois muitas residências utilizam-se de poços artesianos para abastecimento de suas casas e realização de suas tarefas cotidianas. A água para essas pessoas significa mais que um recurso, é um dos elementos que garante a permanência nesse lugar com o qual já desenvolveram vínculo afetivo.

Figura 05- Registro de Jiboia (Boa Constrictor) na APA do Itapiracó



Fonte: Pantoja (2017).

Figura 06- Registro de Carcará na APA do Itapiracó (Caracara plancus)



Fonte: Silva e Fraga (2019).

O processo descrito envolve relações humanas com a natureza da APA do Itapiracó, evidenciando que esse lugar tem sido um ambiente de trocas e encontros dos processos da natureza em relação com a cidade. Dessa maneira, as formas de uso e habitação na área e nos seus arredores, ou mesmo suas transformações, podem implicar em mudanças sobre a vida humana e não humana na Ilha, levando a perceber que os fluxos de natureza em estreita relação

com as práticas humanas ultrapassam as demarcações postas através das classificações de unidades de conservação.

2.3 Usos e Relações na Apa do Itapiracó

Uma das primeiras unidades de conservação da cidade a receber obras de intervenção do governo foi a do Itapiracó, fazendo parte de uma conjuntura política de transformação dos lugares de natureza na cidade. Essas mudanças foram promovidas na cidade principalmente em algumas unidades de conservação como o Parque da Lagoa da Jansen⁷, APA do Itapiracó e o Parque do Rangedor, e parecem fazer parte de um planejamento direcionado ao mercado, que procura formar áreas de lazer e pontos de turismo ambiental em São Luís.

As obras do complexo ambiental da APA podem ter sido intensificadas a partir de 2015, mas as condições para esse processo estiveram ligadas a decisões de influência política, de cunho financeiro e de uma reestruturação urbana ligada ao discurso de sustentabilidade. Um dos primeiros aspetos utilizados para apontar a necessidade da obra era que algumas das atividades presentes na APA já eram ligadas a usos de lazer e esporte, pois moradores de bairros do entorno como o Turu, Ipem Turu, Parque Vitória e dos conjuntos Cohatrac já utilizavam a via de acesso principal como lugar de caminhadas e corridas.

O processo de escolha da APA do Itapiracó para receber as obras do complexo ambiental pode ter sido vinculado a uma decisão política por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). Em entrevista, uma das funcionárias da secretaria explicou o contexto de implantação do complexo ambiental, sinalizando que outra unidade de conservação poderia ter recebido a estrutura, mas a probabilidade de publicidade política negativa favoreceu o redirecionamento para a APA do Itapiracó. Assim a funcionária Maria Antonia Ferreira descreve o que esteve envolvido em todo o contexto de implantação da obra:

Eu vou te recapitular um pouco da história de como o complexo ambiental surgiu. Na gestão do secretário Othelino Neto foi apresentado originalmente um projeto para a construção da sede da secretária, e esse projeto tinha sido indicado para que fosse construído no Rangedor, isso lá em 2008. Aí não deu certo, muita coisa no Rangedor virou manchete quando a Assembleia Legislativa abriu sua entrada para a Avenida Jerônimo de Albuquerque, deu muita repercussão negativa, e eu acho que por conta disso e outras circunstâncias também, como a mudança de governo, a casação do Jackson Lago, uma série de coisas. Então por conta disso tudo, eu acho que esse projeto foi abortado, mas o projeto arquitetônico foi apresentado, estava pronto, o arquiteto voltou, apresentou esse projeto novamente ao então secretário Victor

⁷ Unidade de conservação da cidade que vem a algum tempo passando por um processo de reclassificação legal. A Lagoa da Jansen passará de sua condição de Parque para a classificação de Área de Proteção Ambiental. A mudança pode estar ligada à urbanização existente e à forte especulação imobiliária presente no lugar.

Mendes e já se reportou de toda a repercussão e de todos os históricos no Rangedor. Aí foi direcionado de que no Rangedor não era um bom local, e foi sugerido e ventilado a possibilidade de ser no Itapiracó, e aí se começou a amadurecer a ideia e isso foi encarado como uma coisa bacana.

Nesse trecho da entrevista, a funcionária expressa que o projeto para construção da sede SEMA foi redirecionado para uma unidade de conservação de uso sustentável, uma vez que a concepção proteção ambiental expressa em lei não permitiria a construção em uma área de uso restrito como a Estação Ecológica do Rangedor⁸. E mesmo se ocorresse a flexibilização da lei para reclassificação da Estação do Rangedor, na época haviam circulado notícias de uma obra da Assembleia Legislativa que passou por uma parte da estação do Rangedor, e qualquer outra tentativa atrairia uma atenção negativa para o governo.

Essa situação de escolha de um lugar de natureza para receber projetos que façam parte de um planejamento urbano envolve uma dinâmica com a própria noção de sustentabilidade, que sendo apropriada de diferentes maneiras e estando em arenas de políticas urbanas e ambientais é utilizada como recurso discursivo para agregar legitimidade a propostas de uso e relação com a natureza (ACSELRAD, 1999).

Os acontecimentos nessa arena política de decisões implicam em legitimações ou deslegitimações das ações e atores sociais, nesse sentido, autorizar uma obra em uma unidade de uso restrito seria um contrassenso à própria regra estabelecida na arena, implicando em dificuldades legais, sociais e políticas. É preciso considerar ainda que a noção de sustentabilidade é entendida socialmente como benéfica e, por isso, deter sua conceituação significa influenciar na classificação do que pode ser apreendido como boa ou má ação referente à natureza (ACSELRAD, 1999).

No período da implantação do projeto do Complexo Ambiental em uma das unidades de conservação da cidade de São Luís, a APA do Itapiracó foi sinalizada como um lugar adequado, aspecto que não se deveu somente aos usos que eram visualizados na APA, mas a uma conjuntura social e política que esteve envolvida com esse projeto. Os recursos para essa obra foram oriundos de compensação ambiental, e o projeto precisaria atender a alguns dos usos presentes na unidade, além da possibilidade de construção do prédio sede da secretaria. Esses aspectos também foram comentados pela funcionária da instituição em entrevista, quando coloca que:

⁸ Na época, o Sítio do Rangedor era classificado como Estação Ecológica, uma unidade de uso restrito que permite apenas pesquisas científicas. Em 2016, o Rangedor é reclassificado para Parque, outra modalidade de uso restrito, mas que permite atividades de recreação e de turismo ecológico.

[...] daí as coisas foram se direcionando de que no Itapiracó era um lugar interessante pra fazer a sede, mas simultaneamente a isso e com o aporte financeiro que a SEMA começou a ter com a compensação ambiental, se observou que havia também a viabilidade financeira pra executar um projeto dessa magnitude. E que deveria ser feito então um espaço de uso público, com os aparelhos de uso público pra que aquela área né, pudesse ganhar não só pela sede, mas também pela visibilidade de uso público de um parque urbano que a gente carece, que Ilha toda carece né! O máximo que se tem, que já se tem a diversos anos, e também por conta disso tudo é a confusão da Lagoa da Jansen. Mas se viu então, que o Itapiracó poderia trazer menos problemas, mais repercussão positiva do que negativa, então daí as coisas começaram a se direcionar para que ali tivesse então o desenvolvimento desse projeto que passou a se chamar de complexo ambiental.

A construção do Complexo Ambiental da APA do Itapiracó pode ser considerada um dos primeiros passos para uma política de governo que estimularia os usos dos lugares de natureza por meio da construção de Parques Ambientais Urbanos. Esse modelo se apresenta em outros lugares do estado, como Codó, Morros e Pedreiras. Esse planejamento teria como um dos objetivos a criação de lugares atrativos para o turismo e para o lazer, e ao mesmo tempo, utilizar a noção de sustentabilidade como sinônimo de uma natureza produtiva e rentável (LIMA, 2008).

Essa percepção está próxima da ideia de “cidade-empresa”, no qual o discurso sustentável tem a finalidade de aproximar a natureza de parâmetros internacionais de “cidade com natureza”, “cidades verdes”, etc. Acselrad (1999, p. 82) sugere que os usos da natureza em relação à cidade associados ao modelo de cidade-empresa reforçam uma produção de uma “ecocracia”. Trata-se de um sentido em que a noção de sustentabilidade é usada para elaborar uma classificação de cidades mais ou menos “sustentáveis”.

A natureza na cidade costuma nessa classificação ser identificada principalmente pela vegetação enquadrada no desenho urbano, se apresentando em fragmentos ou gradações com alguma dispersão. Essa é uma forma tecnicizada da natureza, uma socioconstrução que sedimentou a percepção de sociedade e natureza como formas de vida distantes, se interpondo sem considerar que as condições e interpretações sociais da natureza podem não ser as mesmas (LIMA, 2008).

O modelo tecno-material de regulação das cidades procura tornar os lugares eficientes para a racionalidade produtiva, que, por sua vez, enxerga a natureza como recurso. A intenção é melhorar os usos dos recursos que são explorados garantindo a conservação dos que foram pouco utilizados, o que exige a mobilização da noção de sustentabilidade ligada a ações políticas e sua potência simbólica. Acselrad descreve algumas das características dessa representação tecno-material, quando reflete:

Na perspectiva da eficiência especificamente material, a cidade sustentável será aquela que, para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos. Vigora aqui uma representação técnico-material da cidade como uma matriz composta por um vetor de consumo de espaço, energia e matérias-primas e um vetor de produção de rejeitos [...] Com base em uma leitura da cidade como lugar por excelência da perda de capacidade de transformação de energia em trabalho, caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética e desacelerar a trajetória da irreversibilidade. Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria-energia (ACSELRAD, 1999, p. 82).

A formação do Complexo Ambiental do Itapiracó envolveu elementos como: a) um modelo ou forma de apropriação da natureza desse lugar, b) uma decisão política que se propaga pela aplicação de uma interpretação de sustentabilidade e, c) emprego de recursos financeiros para a construção de estruturas que atualmente integram o espaço urbano da cidade. A noção de sustentabilidade somada aos usos presentes na parte em que foi construído o complexo/parque ambiental é utilizada para justificar a requalificação de um lugar da cidade com a natureza em evidência. Essa característica se manifesta discursivamente quando esse lugar passar a ser anunciado de maneira recorrente como “Complexo/Parque Ambiental do Itapiracó”, parecendo ser um lugar à parte dentro da própria APA que permite sua existência.

O projeto do Complexo/Parque do Itapiracó aparenta ter observado alguns dos usos que existiam em um segmento desse lugar, construindo equipamentos urbanos, fixando horários de funcionamento, e um ponto administrativo para que a manutenção e o controle sobre os usos estivessem adequados ao modelo planejado. Essa tarefa foi direcionada à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) que, através de um ponto administrativo na entrada da APA, articula as demandas do parque e questões de manutenção dos equipamentos urbanos, como praças, academias públicas, sanitários e iluminação. A SEMA nesses espaços ficaria estritamente ligada à conservação da fauna, flora, características hídricas e outros aspectos biológicos desse lugar.

Em certos trechos de entrevista feita com a gestão do Complexo/Parque do Itapiracó, é possível analisar que esse modelo de relação com a natureza na cidade foi sendo pensado como mais um item dentro dessa APA, como um lugar que pudesse evidenciar um planejamento sustentável para a cidade. A visão administrativa de gestão de recursos e cuidado com o patrimônio expõe uma preocupação com a materialidade do lugar, mas parece estabelecer mais uma classificação dentro da própria classificação que cria a APA, pois difunde uma ideia de parque ambiental a partir da noção de APA e, além disso, restringe o cuidado a uma parte da

APA que se encontra em evidência, deixando outros pontos em condições distintas. Ao explicar sobre a formação dessas administrações dos parques a gestora descreve:

Dentro de algumas áreas de proteção como a do Rangedor e do Itapiracó que já existiam e que a gente sabe que tem essa área de lazer e precisa de manutenção, pois a gente sabe que a depredação por si só acontece, os usuários estão praticando. E a gente tinha que ter uma pessoa aqui, como nos demais parques, então a SEGOV em consonância com a SEMA... porque a SEMA tem todo esse manuseio da biodiversidade aqui do parque. Ela [SEMA] veio pra cá, botou uma estrutura, que é esse contêiner administrativo, pra gente tá tratando as questões administrativas, tanto no que se refere à infraestrutura, quanto as que se referem à questão social, desse meio de campo que a gente faz, de organizar para com a sociedade... Aqui é um espaço público e é da sociedade, mas a sociedade não pode chegar e usar de qualquer maneira, sendo que a gente tem que ter essa ferramenta administrativa de horários também. Por essas demandas foi preciso ter essa questão administrativa do Parque Ambiental do Itapiracó. *Seria mais uma ramificação dentro das áreas de proteção ambiental, das APA's né!* Porque não são todas as APA's aqui em São Luís que têm parque ambiental, são algumas estruturas que têm essa área de lazer com campo de futebol, quadra poliesportiva e etc. O pessoal já faz uso (grifo nosso).

Essa forma de perceber a APA do Itapiracó parece dividi-la em duas partes, uma em que se situa o complexo/parque ambiental e outra que corresponde especificamente à APA. O cercamento e os equipamentos urbanos seriam as peças que demarcam isso no próprio lugar. Em outras palavras, mesmo que haja APA para além dessa delimitação do parque, as ferramentas governamentais parecem concentrar-se no complexo/parque dessa unidade de conservação. Para a lógica que delimita esses lugares parece ser mais apropriado conter a natureza através de cercas e adequação dos horários para que as pessoas frequentem o lugar, pois nessa perspectiva, isso facilita a manutenção dos equipamentos urbanos, a segurança e a vigilância do lugar e o alcance de resultados pertinentes à ideia de conservação. Esse processo de gestão é caracterizado pela funcionária do Parque do Itapiracó, em entrevista semiestruturada, quando ela diz:

Todos os parques tem que funcionar padrão, então eles funcionam de 05h da manhã, porque tem aqueles usuários que gostam de caminhar e fazer suas atividades antes de ir para o trabalho, até mesmo os que gostam de estar pegando o nascer do sol. Então, funciona das 05h da manhã às 11h e depois volta às atividades 16h às 21h. Assim funcionam todos os parques [...] Os parques vão inaugurar e o governador tem a preocupação de colocar o gestor, e aí esse gestor já entra na nossa linha de gestão, já está com a gente em reuniões, a gente já senta pra unificar tudo. Inclusive, as logomarcas do parque ambiental, se você for verificar, já tá saindo a mesma, essa mesma arvorezinha. Pra melhorar, porque a administração vem pra melhorar a gestão, as ideias que a gente coloca nas reuniões, tanto eu, como outros gestores, acabam sendo linkadas para outros parques, não fica só em um.

A criação dos complexos ambientais em diferentes tipos de unidades de conservação, como parques e APAs, segue certa padronização, pois, mesmo com condições diferentes, as estruturas implantadas estão voltadas ao lazer, às atividades esportivas e ao

turismo. Os pontos administrativos de cada um desses parques mantêm as estruturas e horários semelhantes de funcionamento. A uniformização do uso e das maneiras de operar sobre a natureza desses lugares é orientada por um modelo de se relacionar com a natureza que não deixam nítidas as ligações humanas e não humanas que permeiam a existência dos lugares, preocupando-se em destacar suas possibilidades contemplativas (LATOURE, 2019).

Dessa maneira, se observa que o discurso ambiental relacionado ao urbano é empregado tanto pelos atores sociais relacionados ao lugar quanto por uma política ambiental voltada a uma pauta internacional (ACSELRAD, 1999), pois mesmo que a ideia de construir a sede da secretaria tenha esfriado, deixando para trás apenas estruturas iniciais, os equipamentos do complexo seguiram o modelo de parques ambientais urbanos, procurando enquadrar a relação com a natureza deste lugar na interpretação de uma sustentabilidade eficiente.

A própria nomenclatura de complexo ou parque ambiental usada pelas propagandas governamentais e da mídia expressa aproximação com esse modelo de apropriação da natureza nas cidades, amplamente difundido por um discurso de sustentabilidade que alinha os usos da natureza a interesses de mercado (ACSELRAD, 1999). Algumas dessas características descritas podem ser observadas na entrevista feita com a funcionária da SEMA, pois ela descreve que:

[...] muitas vezes nas matérias que tu podes resgatar na história, a nomenclatura de complexo ambiental na maioria das vezes passa a substituir a nomenclatura de APA, então, foi mais ou menos nesse panorama que surgiu todo o projeto. Aí, após finalizado, a gestão do secretário Victor Mendes, passou por um ano de gestão da secretária Genilde e, em 2015, começou a do secretário Marcelo. As obras de construção da sede foram paralisadas, não sei se foram retomadas a essa altura, e foi apenas dada continuidade nas intervenções para os aparelhos públicos, e é isso. É essa a história que eu sei.

O Complexo Ambiental do Itapiracó pode ser entendido como um projeto de revitalização de pontos do seu entorno e de seu interior, mas ao mesmo tempo em que essa estrutura potencializa as atividades presentes nessa unidade de uso sustentável, também permite o controle sobre as formas que a natureza desse lugar pode ser utilizada. A interpretação é que esse modelo de unidade de conservação pode receber atividades diversas, como moradias, comércios e espaços públicos, desde que se considerem as atribuições do plano de manejo e as questões relativas à interpretação de sustentabilidade que instaura esse modelo como legítimo.

A formação da APA e do seu complexo ambiental chama a atenção para os processos sociais envolvidos nesse percurso, que decorrem da observação de demandas da população ludovicense e de decisões políticas relativas ao meio ambiente. As estruturas do complexo ambiental são usadas principalmente para atividades esportivas e de lazer em contato com a natureza, dentre as quais se tem: ciclismo, caminhada, corrida, trilhas, piqueniques e

pequenos encontros religiosos. Essas atividades são realizadas, normalmente nos horários em que a temperatura da cidade se encontra moderada, ou seja, início da manhã e fins de tarde.

Dentre as estruturas componentes do complexo ambiental, existem três praças ao longo da zona de amortecimento da unidade de conservação: Praça do Atleta, Praça da Criança e Praça da Família.

A Praça do Atleta (Figura 07), fica no limite com conjunto habitacional do Ipem Turu. Essa praça possui campo de futebol profissional e de areia, parquinho infantil, caixa de areia, pista externa, estacionamento e trilha ecológica que dá acesso à parte interna da APA.

Figura 07- Pessoas nos equipamentos da Praça do Atleta



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

A Praça do Atleta foi construída nesse local por já haver um campo de futebol improvisado por moradores dos arredores, o que indica que o uso fixo desse lugar condicionou sua estruturação. Nessa praça é possível observar pessoas com carrinhos vendendo água ou suquinho, crianças passeando ou brincando e atividades físicas mais específicas, como zumba ou funcional. A gestora descreve que as pessoas que costumam estar nessa praça:

[...] são moradores que querem jogar um vôlei, que guardam sua rede em casa, aí vem traz sua rede e arma para jogar vôlei. São pessoas que querem usar o campo de futebol, pois a comunidade usa bastante o campo de futebol, eles já têm horário fixo lá. E pessoas que querem sair de suas casas, levar suas crianças pra passear. Aqui no caso dos bairros adjacentes, eles levam as crianças, ali também eles vendem água, vendem suquinho, já é um público variado, que não necessariamente faz atividades físicas como aqui na pista principal.

Temos a Praça do Atleta com esse público diversificado, que vai pra jogar beach volley, beach soccer, pois lá tem duas quadras de futebol de areia e parquinho para as crianças. Inclusive lá também tem um grupo chamado “Atletus”, eles fazem funcional. Eles têm uns três anos ou mais, e nós fazemos uma parceria, ou seja, eles têm o grupo deles, os alunos deles, o professor de Ed. Física e etc. As pessoas desse grupo correm

aqui na reserva, mas quando eu preciso de alguma ajuda em ação social, ação ecológica, de limpeza, eu sempre marco com eles e fazemos essa parceria em benefício da reserva, do espaço.

A Praça da Criança (Figura 08) também faz divisa com o Ipem Turu e possui equipamentos urbanos como campo de futebol, pista externa, parquinho infantil e outras estruturas. Essa área foi pensada como forma de corresponder a usos de lazer das crianças de alguns dos bairros próximos, estruturando um uso que já ocorria nesse trecho da APA, assim como procurando evitar casos de descarte de resíduos sólidos que aconteciam nas proximidades do local, pela ampliação do uso desse ponto.

Figura 08- Quadra da Praça da Criança



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

Próxima a essa praça há uma quadra coberta poliesportiva que atende a uma escola municipal da localidade e outros grupos de pessoas. No processo de pesquisa, os sentidos dessa quadra foram descritos pela gestora do complexo:

Essa quadra poliesportiva atende tanto a escola municipal quanto os usuários da APA, quando ela foi construída, foi solicitada nesse intuito, porque a escola municipal não tinha nenhuma quadra, e se fosse ter seria na Praça da Família, mas ficaria a mais de 300 metros, então até que os alunos chegassem lá, já haveriam gasto tempo da aula. A quadra foi feita também nesse intuito, e quem cuida da quadra é o seu Mario, funcionário da SEDEL (Secretaria de Estado do Esporte e Lazer), ele faz essa gestão de horários, tanto do pessoal da escola, quanto dos usuários. A quadra tem servido a questões sociais, porque além do pessoal tá jogando seu futebol, futsal, vôlei, handebol e basquete, ela também fica disponível para evento de igrejas, para a Hemomar também, que as vezes se instala e colhe sangue, esses foram eventos que já tivemos. O pessoal olha o espaço coberto e pedi, e a gente disponibiliza.

O terceiro espaço público foi chamado de Praça da Família (Figura 09), localizada próxima ao bairro do Parque Vitória. Nessa estrutura existe espaço para terceira idade, quadra poliesportiva, campo de futebol, e trilha de acesso às outras praças e ao interior da APA. As observações desses pontos ao longo de uma das laterais da APA permitiu perceber diferentes usos, pessoas de diferentes faixas etárias e intenções distintas, sendo a relação com a natureza, o elemento de conexão dessas atividades. Esse aspecto foi descrito pela gestora da unidade, que afirma:

[...] quando o pessoal olha a reserva do Itapiracó eles se inspiram pra vir pra cá, justamente por toda essa questão de você estar praticando uma atividade física em contato com a natureza, até o ar, a vantagem de estar em um ambiente aberto, fica uma coisa até mais prazerosa pra se viver.

As questões relativas à estruturação e ampliação dos usos desses pontos localizados na zona de amortecimento da APA do Itapiracó, estão relacionadas à manutenção de controle sobre esse lugar de natureza, que nessas circunstâncias procura conter a expansão urbana pelos usos sociais das praças e suas estruturas. Foram as potencializações de usos comunitários já praticados que possibilitaram a redução de descarte de resíduo sólido ou poluição da zona de amortecimento da APA, mas, conforme foi possível observar, os moradores foram tentando adequar alguns dos seus usos a essa forma estabelecida, criando no processo novas formas de se apropriar do lugar, seja para geração de renda ou extensão de atividades presentes dentro dos bairros.

Figura 09- Entrada da Praça da Família



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

O projeto do Complexo Ambiental envolvia a construção do prédio sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), o prédio se localizaria próximo ao posto do Batalhão de Polícia Ambiental. Como mencionado, a construção não teve seguimento deixando nessa parte centralizada da APA apenas os fundamentos do que viria a ser o prédio. Sendo apontada por alguns moradores do entorno e pessoas ligadas a mobilizações sociais relativas à APA como um “elefante branco”, referência utilizada por conta do investimento de dinheiro público sem resultado específico (Figura10).

Figura 10- Estrutura inicial do prédio sede da SEMA



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

O trajeto principal da APA, conhecido como Estrada do Itapiracó, é asfaltado e costuma ser usado por ciclistas, pessoas de patins e skate. O lado direito da estrada é margeado por um calçadão, frequentado por moradores do Turu, Ipem Turu e Cohatrac, que durante as primeiras horas do dia costumam fazer suas caminhadas, corridas e demais atividades físicas apreciando a natureza da APA.

Nos fins de tarde e início das noites, o movimento no complexo se intensifica com o aumento de crianças e adolescentes que procuram entreter-se com brincadeiras, enquanto que outros aproveitam o lugar manutenção da qualidade de vida, através de atividades físicas. Em alguns momentos, foi possível observar, em um espaço circular próximo ao contêiner da SEGOV, a realização de encontros religiosos de católicos ou protestantes, onde as pessoas costumam cantar, fazer suas orações e realizar lanches. Alguns pontos de certas trilhas são

também espaços de pequenas cerimônias de religião de matriz africana, sendo possível encontrar estatuetas, oferendas e velas usadas como parte de ritos (Figura 11).

Todas essas atividades e usos expressam uma forma de apropriação do lugar e da estrutura do Complexo Ambiental da APA, sendo uma forma socialmente construída de se relacionar com a natureza presente nesse lugar. As diferenças estruturais que existem entre os bairros que estão nos limites da APA podem ser observadas a partir de condições de saneamento, asfalto e habitação, tornando os usos, as demandas e a relação com a natureza desse lugar diferentes para cada uma dessas comunidades.

Figura 11- Estatuetas e materiais usados em cerimônia afro-religiosa



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

Existe o uso da APA como moradia, pois para a comunidade do Itapiracó, que reside dentro da unidade de conservação, próximo à divisa intermunicipal entre São Luís e São José de Ribamar, o sentido dessa natureza pode estar conectado às práticas cotidianas, onde a agência da natureza e do tempo opera sobre as casas desses moradores, antes construídas de barro e atualmente de alvenaria (Figura 12). As maneiras de residir os levaram a construir suas casas retirando a menor quantidade possível de plantas e árvores, pois na época da formação da comunidade os moradores estavam sobre a observação do Ministério da Agricultura e depois sobre a vigilância do Batalhão de Polícia Ambiental.

Esses moradores do interior da APA estão principalmente localizados em duas ruas, a das Hortas e São Pedro. Em alguns quintais dessas residências é possível observar a construção de outras pequenas moradias, formadas a partir da ampliação das primeiras famílias

que, não podendo ultrapassar o lote cedido pelos chefes do campo experimental, decidiam construir a casa de filhos e alguns netos nos quintais de casa. Cada unidade familiar possui sua autonomia e chefes de família, mas compartilham o mesmo terreno.

Figura 12- Casa na comunidade do Itapiracó



Fonte: Acervo pessoal do autor, do ano de 2021.

Na parte mais interior da APA em que se encontra essa comunidade que se formou ainda no período do campo experimental, as pessoas costumam se entreter com os jogos de futebol e algumas festas organizadas pelos próprios moradores. Os campos do Barcelona e Peñarol são dois espaços dentro da comunidade, usados para prática do futebol. As famílias mais próximas dos campos procuram manter os cuidados com esses espaços comuns que representam para essas pessoas seu próprio espaço de lazer e confraternização. Em uma atividade de pesquisa relacionada à APA, em 2017, seu Zé Mario, morador da comunidade descreveu que no Itapiracó:

[...] temos tranquilidade e natureza ao nosso redor, nós trabalhamos em outras partes da cidade e no fim do dia voltamos para nosso sossego. Nós temos lazer também, aqui tem dois campos de futebol, o Peñarol e o Barcelona, o Barcelona quem cuida é minha família, a gente se junta bate uma pelada, os mais novos e os mais velhos se divertem. Algumas vezes alugamos os campos pra fazer festas e usamos o dinheiro pra manter os times e quando não, pra ajudar alguém daqui que precisa.

Os moradores foram criando maneiras de se relacionar à natureza da APA, fazendo uso das plantas frutíferas, formando caminhos internos que davam acesso a outros bairros que se formavam ao redor dessa unidade, construindo poços artesianos para abastecimento de suas

casas e contorno da problemática de poluição do rio. Para alcançar acesso à energia elétrica, os moradores tiveram de pagar alguém que pudesse puxar cabeamentos para as duas ruas. Como esse era um abastecimento precário, a comunidade solicitava constantemente em períodos políticos que essa necessidade fosse atendida, percebendo através das relações políticas a possibilidade de alcançar esse serviço. Na narrativa da Sra. Maria das Graças, foi possível observar a composição desse e de outros aspectos, quando descreve:

Aqui nem energia não tinha meu filho, era na lamparina, aí apareceu um rapaz que diz que trabalhava na CEMAR, e aí ele disse que se a gente pagasse pra ele, ele botava duas pernas de fio, já tinha um bocado de casa, quando era de dia a energia ainda arrastada, a geladeira ainda zoava, e quando era de noite dava mal pra clarear uma lâmpada, porque todo mundo ligava suas luz, e aí pronto, não dava certo, aí foi que através de político né, foi que graças a Deus, chegou essa energia boa pra nós aqui. Hoje presta! [...] a gente mora aqui já faz um bom tempo, meus filhos tudo estudaram por perto, estudaram na Cohab, depois na Maioba, depois voltaram a estudar na Cohab, porque aqui é cercado por bairro, uns de São Luís e outros de São José de Ribamar, aqui a gente viu surgir os Cohatracs. O Cohatrac! Era só mato e poeira, não tinha casa, depois que as firmas começaram a trabalhar. O Raimundo (Marido de D^a Maria) trabalhou nessas empresas, que construíram o Planalto Anil e os Cohatracs. Tem um esgoto lá do Cohatrac que justamente tem uma levada, lá no Cohatrac IV que desce assim, quando é no inverno aquela água ali vem de lá tudinho pro rio, que é aqui o rio Itapiracó, aí ninguém banha mais.

Os acessos criados para outros bairros dentro da APA permitiram que os moradores do Itapiracó alcançassem serviços como comércio e educação. As crianças eram levadas para escolas dos bairros vizinhos, pois na comunidade só há uma escola de ensino fundamental. A formação dessa unidade de ensino se deu a partir de uma escolinha montada pela professora Maria Nilce dos Remédios, no início das atividades a escola se chamava Professora Maria Regina, e funcionava em um barracão. Em período de campanhas políticas municipais de São José de Ribamar, um candidato a prefeito afirmou que, se a comunidade conseguisse o terreno, a escola seria construída de alvenaria. O resultado dessa articulação foi a construção da escola municipal que passou a se chamar Menino Jesus, vinculada à prefeitura de São José de Ribamar e localizada no interior da APA do Itapiracó.

O processo de formação das ruas das Hortas e São Pedro está ligado às primeiras relações estabelecidas nesse lugar. A partir das trilhas e caminhos de acesso aos bairros formados ao redor da APA, do uso de plantas frutíferas, da presença do rio e de outras estruturas que garantiam a permanência dos moradores, foram sendo tecidas relações afetivas e próprias a esse lugar. Esse estabelecimento possibilitou uma relação com a natureza, na qual os moradores do interior e dos arredores situam valores. Esse vínculo construído através da transformação da localidade em lugar é refletido por Lima (2008), quando aponta:

[...] o Lugar aparece como uma parada no movimento. A pausa permite que determinada localidade se transforme em um centro de reconhecido valor, na medida em que o indivíduo estabelece uma relação de intimidade através da permanência em um local. A permanência propicia o acompanhamento da dinâmica, da vida e do movimento da localidade, tornando possível a participação nos eventos. A participação e a permanência do local favorecem o estabelecimento de laços, pois se experimenta a vida na dimensão do corpo, das sensações e emoções. Portanto, a permanência associada à localidade é um importante elemento na constituição do Lugar. [...] A transformação do espaço em lugar acontece pela relação de familiaridade com o espaço, como já mencionado anteriormente, sendo que a relação de familiaridade implica relação afetiva, de reconhecimento e de satisfação de determinados desejos e interesses. Quando essas necessidades são satisfeitas, valoram-se os atributos que a localidade oferece (LIMA, 2008, p. 54).

As características que formam o Itapiracó e as maneiras de usos presentes nesse lugar lhe agregam sentidos que vão desde a procura por qualidade de vida por aqueles que costumam fazer atividades no complexo, até o sentido do morar ou habitar (LEFEBVRE, 1991). Ambos correspondem a uma vivência e estabelecimento de sentido a natureza presente nesse lugar, permitindo que a mobilização de argumentos ambientais seja apresentada a partir de lógicas de uso que não são uniformes, mas que se conectam aos fluxos de um mesmo lugar.

A APA do Itapiracó, por conter todas essas relações concomitantes, extrapola sua delimitação física e torna-se pauta de uma discussão ambiental promovida por pessoas de alguns dos bairros do seu entorno. Atores que acionam elementos da discussão ambiental para que seus usos sejam considerados, como também para garantir sua participação nas decisões referentes ao ordenamento territorial desse lugar, aspecto que ocorre após tentativa de loteamento da APA para construção de condômino e especulação imobiliária. Isso conduz a formação social de um problema e a um processo organizativo e coletivo que procura vincular suas demandas à forma de uso da natureza dessa unidade de conservação. Esses, por sua vez, serão alguns dos aspectos trabalhados nas próximas seções dessa reflexão.

3 FORMAÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA

A formação dos problemas ambientais pode ser entendida como um processo em que percepções individuais alcançam uma dimensão coletiva, e, através de ações discursivas e práticas, adquire interesse e relevância pública. Esse é um percurso de construção social em que situações que provocam incômodo, afetação ou prejuízo adquirem legitimidade ao serem interpretados como resultado do relacionamento entre sociedade e natureza. Nesse processo deve-se levar em conta as particularidades com as quais um problema é percebido como ambiental, o que envolve, em alguma medida, a formação de um repertório particular e a atuação do Estado, no que tange a assuntos de “meio ambiente” e “participação”. Nesse entendimento existe uma plasticidade nas estratégias acionadas no interior de uma confluência de situações (LOPES, 2004).

A construção e o reconhecimento de um problema como social envolvem aspectos políticos e culturais que oferecem ou dispõem condições para que debates ambientais sejam classificados ou definidos como publicamente relevantes. Nessas disputas as diferentes concepções se enfrentam para posicionarem as soluções que considerem pertinentes, o que, de acordo com Hannigan (2009, p. 52), elabora séries de “certezas contraditórias”. Nessa perspectiva, aceita-se a validade das preocupações que se ocupam de contestações sobre poluição, escassez de energia e outros. E, se ressalta que esses acontecimentos estão associados a atividades de definição, negociação e legitimação que ocorrem na dinâmica da sociedade (HANNIGAN, 2009).

É preciso recordar que, ao analisar a formação da discussão ambiental a partir da APA do Itapiracó como um problema ambiental que vem sendo socialmente construído, não se pretende inferir sobre sua importância enquanto problema social. Mas, em vez disso, apresentar reflexivamente o processo de validade que torna essa discussão um problema social, de características coletivas e que adquire através dos moradores do entorno e interior da APA uma relevância pública.

As forças e os processos que ocorrem na natureza estão ligados, em alguma dimensão, às construções humanas. Assim, a formação de um problema socioambiental não é percebida pelas Ciências Sociais apenas como uma relação entre a degradação ambiental e as variáveis sociais, mas como ações e discussões que envolvem percepção e poder (HANNIGAN, 2009). Este é um processo em que sociedade e natureza podem ser percebidas como indissociáveis, socialmente produzidas e mutáveis, uma construção em que linguagem,

elaborações discursivas, práticas ideológicas e materiais são alguns dos componentes envolvidos na produção social da natureza.

Nesta seção, busca-se ressaltar a construção do problema ambiental a partir da APA do Itapiracó, observando a formação argumentativa usada como parte do repertório dessa ação coletiva, e sinalizando brevemente como a defesa dessa argumentação transcorreu no período da pandemia do Covid-19, pois nesse momento as ações presenciais tornaram-se estritamente pontuais e a manutenção desse debate se concentra na promoção de discussões, disseminação de informações sobre a unidade de conservação e formação de instrumentos que reforcem a percepção da defesa da APA como um problema social.

3.1 A construção do problema ambiental a partir da APA do Itapiracó

Mesmo que as últimas mobilizações em torno da APA do Itapiracó possam ser consideradas recentes, por possuírem oficialmente pouco mais de três anos, e adquirirem notoriedade através de protestos e ações contra uma tentativa de loteamento da APA, já se observam algumas das características apontadas por Fuks (2001). Pois a mobilização em torno da APA, por vezes, recorre a elementos mais abrangentes da discussão ambiental, como a percepção da natureza enquanto bem ou propriedade coletiva. Nessa elaboração, a natureza é observada como um bem público, sendo entendida como necessidade, e precisando estar acessível.

A intensão de universalidade presente nessa noção de bem público prestada pelo direito ao meio ambiente não é tão aplicável na prática, pois a relação entre renda, escolaridade, interesse e mobilização em torno da questão ambiental revela que, em determinado grau, um ambiente está relacionado a uma coletividade restrita (FUKS, 2001). Isso faz entender o fato de as questões ambientais costumeiramente se apresentarem de maneira localizada, ou porque os benefícios da proteção se destinam a determinadas localizações socioespaciais. Conforme Mario Fuks, esse aspecto fica mais evidente quando:

[...] esta suposta vocação universalista do meio ambiente não está isenta de questionamentos. Em comum, as posições críticas entendem que, em maior ou menor grau, o meio ambiente é apenas o bem coletivo de um grupo restrito, seja porque a proteção ambiental expresse um valor socioespacialmente localizado, seja porque os benefícios da proteção ambiental tendem a se concentrar em determinadas coordenadas socioespaciais. Esses questionamentos tem como fundamento o fato de que os atores preocupados e mobilizados com a proteção ambiental são, em sua maioria, provenientes de grupos de maior poder aquisitivo e com grau de escolaridade, de um lado, e interesse e mobilização em torno da proteção ambiental, de outro,

revelaria que, na prática, a intenção de universalidade pressuposta no conceito de meio ambiente não se verifica (FUKS, 2001, p. 41).

A proteção ambiental de um lugar de natureza está associada a interesses de grupos específicos, empregada para a defesa de estilo de vida de grupos sociais bem definidos. A possibilidade de organização em um Fórum em Defesa da APA do Itapiracó (FAI) foi a forma encontrada pelos moradores para intervir e participar de decisões relacionadas a seu lugar de vivência. Essa questão não necessariamente pode ser interpretada como problemática; o que pode vir a ser controverso é quando esse lugar de natureza é tomado como uma fuga dos problemas socioambientais que a degradação da natureza possa desencadear, pois isso gera uma defesa da natureza voltada para determinadas classes e outros grupos sociais ficam excluídos das áreas ambientalmente valorizadas (FUKS, 2001).

É preciso considerar que a proteção de lugares de natureza atendendo a interesses restritos oculta a necessidade de se perceber que há na natureza uma lógica própria, e que a proteção de alguns lugares não significa que estes deixarão de ser afetados por intervenções realizadas em outros ambientes com os quais mantêm interconexão. Nesse sentido, os participantes do Fórum aparentam cruzar os limites estabelecidos pelo modelo de natureza vigente procurando parcerias com outros movimentos e atores relacionados às demais unidades de conservação presentes na cidade de São Luís.

As características de formação do Fórum não deixam de estar articuladas a certo contexto de ambientalização dos conflitos, neologismo empregado por José Lopes (2004) para análise de questões socioambientais. O processo de ambientalização é histórico e expõe como elementos de estudo transformações institucionais, bem como no comportamento humano em diferentes dimensões como o trabalho, ensino, lazer e vida cotidiana. Assim, Lopes (2004, p. 19) destaca cinco fatores relativos a essas transformações, sendo esses: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 70 e final do século XX, conflitos sociais em nível local, educação ambiental como código de conduta individual e coletivo, questão da “participação”, questão ambiental como fonte de legitimidade e argumentação nos conflitos sociais.

A mobilização em torno das possibilidades de uso da APA e de outros processos, como a formação do Conselho Consultivo. As atividades presentes no complexo ambiental da unidade e as formas de atuação da SEMA estão ligadas a essa composição apontada por Lopes (2004), pois, segundo o autor, esses são elementos que articulam a questão ambiental em diferentes regiões do Brasil.

As atividades de construção e institucionalização envolvidas pela questão ambiental estão relacionadas a interpretações que concebem diferentes usos e formas de planejar o lugar. Nessas situações, os grupos sociais participam de forma desigual, mobilizando-se com os modelos e ferramentas que dispõem, sejam esses grupos militantes ou técnicos administrativos. No que tange à APA do Itapiracó, essa mobilização vem ocorrendo por meio de um Fórum de base comunitária envolvendo distintos moradores.

Esse contexto envolve a passagem de uma dimensão interna referente a questões de manutenção, fiscalização e proteção da unidade de conservação do Itapiracó para uma dimensão social e pública, pois quando as mobilizações fazem associação entre a qualidade de vida, habitação, saúde, trabalho, e manutenção de afetividades presentes nesse lugar de natureza, tratando-as como demandas ambientais da cidade, adquirem pujança nas arenas de discussão e intervenção (LOPES, 2004). Logo, ao apontar problemas relativos à poluição, queimadas, desmatamento, ausência de uma educação ambiental e de projetos que estimulem a geração de renda pertinente ao uso da APA, os moradores do entorno da APA e os envolvidos na mobilização estão sinalizando a existência de possibilidades de contaminação da fauna e flora presentes na unidade de conservação, e consequentes prejuízos à sua maneira de viver.

A atenção que está voltada aos problemas ambientais e que atualmente possam parecer naturais é, na verdade, consequência de mudanças na percepção humana sobre seus ambientes e do engajamento de atores envolvidos na defesa dos lugares e suas naturezas. O processo de legalização dos problemas ambientais tem estimulado mudanças na forma da sociedade se relacionar com a natureza e, por consequência, sobre a representação desse conceito (FUKS, 2001).

Esse processo relacional é possível diante da institucionalização da questão ambiental que articula leis e estrutura órgãos públicos. Desse modo, trata-se de uma construção social, em que as ações coletivas mobilizam proposições entendidas como ambientais e atribuem legitimidade a suas causas nessas arenas de disputas. Esse processo corresponde ao que Lopes (2004) entende como parte de uma “ambientalização dos conflitos sociais”.

Essa composição histórica presente na trajetória dos que estão envolvidos na questão ambiental em torno da APA do Itapiracó permite pensar sobre esses lugares, não a partir de uma negação de que os mesmos possam ter relação com redes globais ou, ainda, que sofram processos de interferências e investidas de desterritorialização, mas como um momento marcado pela busca de alternativas e novos empregos de redes virtuais ou presencias na defesa dos lugares cotidianos e participantes da vida dos moradores. Esse aspecto dos espaços e

territórios diante do processo de globalização é comentado pelos participantes do Fórum, e em uma entrevista, o coordenador aponta esse elemento descrevendo:

Muitas pessoas acreditam que o espaço morreu, mas isso não é verdade, a milhares de anos a Amazônia é no mesmo local. O Brasil continua no continente sul-americano, então nada mais é, do que uma falácia acreditar que os territórios, as terras não têm importância, a gente sabe dessa importância. Mas a globalização a revolução digital em que os controladores, os exploradores internacionais, seculares, que a gente sabe que são grandes famílias que já a muito tempo exploram a terra, as riquezas da natureza, mantém o controle mais fácil e eficiente, mas essas tecnologias, embora nos coloquem em uma certa camisa de força elas nos dão a possibilidade de imaginar alternativas. E são essas alternativas que o FAI procura tá atento, eu como coordenador e a responsabilidade que carrego de liderar esse grupo de líderes, costumo dizer que não são soldados, mas outros líderes. Pois não adianta eu ter liderados ao meu lado, eu preciso de líderes ao meu lado, para que estes formem outros líderes, outros multiplicadores (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

Como esclarece Escobar (2005, p. 70), é possível pensar os lugares como construções que, mesmo permitindo saídas, retornos e fluxos de identidades, não desprezam o potencial do vínculo, do pertencimento, e mesmo a existência de limites. Nessa perspectiva, o lugar pode ser entendido como produtor e disseminador de práticas e conhecimentos, que são usados para um trabalho voltado para a manutenção da natureza. Essas formas de atuação produzidas a partir e para o lugar expressam, de alguma forma, não somente a conformidade com a adaptação, como a construção de vínculos afetivos com o lugar (ESCOBAR, 2005).

Em pesquisas de campo ocorridas em momentos acentuados da pandemia do Covid-19 foi possível observar que grupos de moradores que fazem trilhas na APA e os que residem dentro da unidade conhecem os caminhos do Itapiracó. Desse modo, ainda que essa unidade possa ser considerada pequena em extensão em relação a outras presentes em São Luís, são os sujeitos que mesclam sua formação social a esse lugar de natureza que sabem percorrer as trilhas, localizar pontos remanescentes de juçaral, olhos d'água, nascentes do rio Itapiracó, identificar as plantas e os lugares onde certos animais costumam se abrigar.

Esses moradores, que em seus fluxos de atividades e emprego de energia estão transitando entre as tarefas ditas urbanas, realizadas em centros comerciais e administrativos de São Luís, por vezes, próximos à APA, e suas atividades de habitação, lazer, práticas esportivas e religiosas realizadas na unidade de conservação, encontram formas de organizar o lugar, o modo de uso e a ocupação. É possível analisar o sentido dessa organização quando moradores expressam o processo de luta e a vivência junto à APA, lembrando:

[...] nós tivemos encontros específicos para pensar a APA, a APA como esse bem maior, que é a terra, o nosso lugar, somos nós. Agora não se pode omitir que já se

pensou na APA, um movimento que antecedeu essa organização, não do FAI, mas de se pensar a preservação. Alguns movimentos como o COMUNIC (Conselho Comunitário do Complexo COHATRAC), essa turma que se reunia pra pensar a questão do uso e ocupação da área, eu estava lendo a poucos dias sobre o que era isso aqui, a Maioba o Turu, eram aldeamentos com sua farta beleza e utilidade natural para quem dela vivia, que eram os nativos. E aí o processo de ocupação da cidade, de urbanização da cidade vai fazendo acontecer essa demarcação das áreas. [...] eu sempre digo e repito essa minha fala em todos os encontros que a gente vai. Eu não só moro próximo a APA, eu não tenho essa vivência de morar próximo agora, como eu também vivi a APA no momento em que ainda nem as chácaras existiam, quando meu pai nos levava, que ele tinha um amigo que era da agricultura e tinha ali uma plantaçãozinha. E nós descobrimos o rio do Itapiracó, então a minha adolescência eu tomei banho naquele rio caudaloso. A garotada ia pra lá! (Dorian Azevedo, 02/12/2021).

Em certa medida, a formação do problema ambiental na APA está envolta naquilo que Mário Fuks (2001, p. 23) aponta como uma questão de proteção do meio ambiente, que se torna presente tanto em países tidos como desenvolvidos como naqueles considerados em desenvolvimento. Isso se apresenta nos países de economia consolidada como associado à qualidade de vida, e nos de economia crescente esse aspecto é trabalhado com alguma objetividade, entendendo essa questão como elemento de sobrevivência. O entendimento de sobrevivência pode aqui ser interpretado não somente em relação a características produtivas, como a modos de vida ou práticas que estão ligados a lugares de natureza como a APA.

No discurso jurídico a definição dos direitos e deveres coloca o meio ambiente como “patrimônio público”, criando instrumentos legais que colocam a proteção de “bem de uso comum” ao alcance de diferentes setores da sociedade, porém ainda existe alguma distância entre esses instrumentos e a mobilização social relativa à defesa ambiental.

A ausência de mobilizações está também associada a aspectos referentes à instrução educacional e organizacional que as coletividades possam dispor para fazer valer suas demandas relacionadas à defesa ambiental (FUKS, 2001). No que se refere a unidade do Itapiracó, o Fórum da APA faz uso das formações acadêmicas de seus integrantes para acessar e tratar das demandas levantadas em suas reuniões. O valor da instrução educacional nas arenas de discussão ambiental foi sendo percebido no processo de pesquisa relativo à APA, e os atores envolvidos percebem essa circunstância quando descrevem:

[...] quando vai uma pessoa que talvez não tenha conhecimento ou busque se aprofundar em determinado assunto, muitas vezes as portas são fechadas porque o espaço ou órgão que você procura não é o órgão competente pra tratar sobre aquela demanda, e saber discernir essas problemáticas e buscar dialogar com esses atores é de fundamental importância, então se todo advogado além de ter sua advocacia privada, pudesse dar um pouco de colaboração na advocacia popular, pros movimentos populares, certamente essa relação entre Estado e a Sociedade Civil seria muito mais benéfica a todos. Então, meu caminhar é muito nesse sentido, de cumprir

esse papel, [...] A advocacia no artigo 133 da constituição diz que o advogado é indispensável para a administração da justiça. Então é com isso que eu tento contribuir dentro do Fórum (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

Na análise de Fuks (2001, p. 88), para além da esfera do Estado, há dois tipos de segmentos de atores relacionados a protestos e ações civis públicas ambientais, indivíduos e grupos de moradores, e grupos organizados em associações comunitárias. Tais atores costumam residir em lugares distantes do centro ou em áreas estruturadas da cidade, e suas reclamações estão associadas a problemas urbanos como poluição sonora ou do ar, descarte irregular, saneamento, dentre outros. Essas são algumas das características percebidas no ativismo que vem sendo desenvolvido pelo Fórum da APA, ao se considerar seu processo de organização, sua localização tida como distante em relação ao centro de São Luís e a diferença de infraestrutura presente nos bairros relacionados a essa unidade.

Os encaminhamentos de denúncia ao Ministério Público referentes a poluição e degradação ambiental, como no caso da APA do Itapiracó, expressam um incômodo que afeta o modo de vida dos bairros. A percepção ambiental como lente que agrega certos privilégios para resolução de problemas urbanísticos é empregada por grupos de moradores ou associações comunitárias para obter o alcance de suas demandas. Isto se deve ao fato de as decisões sobre certos assuntos ambientais provocarem efeitos específicos na região de moradia dos que reivindicam (FUKS, 2001).

É preciso destacar que há diferenças entre o grau de interesse e quantidade de benefícios que podem ter os envolvidos em uma situação de proteção do lugar, podendo existir nessas situações dois sentidos, no primeiro, o consumo desse bem de uso comum não é universal e isso os leva a reivindicar, no segundo, a proteção ambiental de um lugar pode estar relacionada a interesses específicos dos grupos (FUKS, 2001). A perspectiva ambiental incorpora e reformula as bases de argumentação ligadas a temas que atuam no contexto mais amplo da cidade, o que influencia diretamente nas disputas pela definição do uso do espaço urbano.

A maior quantidade de atores interessados na proteção ambiental leva a uma diversificação dos possíveis conflitos que possam haver na definição do uso desse espaço. Nesse sentido, os perfis dos grupos envolvidos nos conflitos ambientais agregarão sentido ao meio ambiente como problema social. Estando em um meio que pode se modelado e remodelado, como é o caso do meio urbano, a natureza como conceito em disputa é interpretada a partir da forma de representar dos diferentes atores. Desse modo, no campo das Ciências Sociais, a natureza não existe como um bem ambiental universal e uniforme, assim como os atores envolvidos com a sua proteção são entendidos como diversos (FUKS, 2001).

A proteção ambiental não é composta de sentidos ou representações homogêneas nas relações sociais, mesmo em situações de preocupação com a proteção da natureza, diferentes setores da sociedade apresentariam representações distintas da questão ambiental. Em casos como o da APA do Itapiracó, as situações podem ser encaixadas na abrangência do que pode ser considerado como problema ambiental, assim o discurso ambiental pode ser apropriado para qualificar os problemas urbanos sobre nova perspectiva. Nessas circunstâncias a proteção judicial pode adquirir mais elementos para operar sobre as causas que possam surgir.

O uso do direito e das legislações como forma de repertório de ação coletiva é empregado para reafirmar e legitimar as reivindicações relativas ao espaço interno e arredores da APA, essa forma é também empregada para retificar informações ou mesmo atualizá-las, considerando que esses elementos afetam o ordenamento territorial da unidade de conservação. É característica de movimentos da sociedade civil solicitar revisão ou correções em documentos publicados pelos órgãos do governo através de ofícios, solicitação de reuniões ou mesmo dispositivos jurídicos agregando-os como parte do repertório de ação (LOSEKANN, 2013).

Na situação da APA do Itapiracó, o Fórum tem desempenhado algumas dessas ações com finalidades de revisão do decreto de criação da APA e de seu plano de manejo, procurando conhecer as dimensões atuais da unidade de conservação e suas possibilidades de usos. Ao mesmo tempo, esses processos contestam aspectos como a desatualização das informações relativas a esse lugar de conservação e cobram a participação intermunicipal a partir das prefeituras de São Luís e São José de Ribamar, justificado pelo fato da APA se situar na divisa entre os dois municípios.

Fuks (2001, p. 126) analisa que nas arenas de formulação das questões que dizem respeito ao meio ambiente como problema social, os grupos ou mobilizações coletivas articulam suas atividades por pretenderem repercutir no âmbito da ação e do debate público. Assim, suas representações passam por um processo de construção social, e para que sejam incorporadas ou penetrem no universo de representação de outros o objeto desconhecido é associado ao que se conhece e são reconsiderados. Em outras palavras, o que era “estranho” pode passar a ser tido como um incômodo a se refletir nessa elaboração ou reelaboração de representações sociais, e situações podem passar a ser percebidas como problema ambiental.

Analisar as ações e construções simbólicas presentes nos recursos argumentativos e a forma de enquadrar os assuntos é também analisar as referências empregadas para a definição do que pode ser socialmente considerado como problema ambiental. Os recursos simbólicos e retóricos orientam o debate público das questões ambientais e passam a compor as ideias que circulam no senso comum (FUKS, 2001).

Pode-se dizer que as versões disputando legitimidade no processo de construção do que pode ou não ser considerado parte da questão ambiental são permeadas por outros quadros de referência que foram objetos de disputas anteriores, estando envolvidos na forma como um problema é elaborado e como será tratado. Esse aspecto envolve-se na escolha e estruturação em modelo de Fórum, pois alguns de seus integrantes possuem alguma experiência em mobilizações, organizações coletivas e ações políticas, por terem integrado ou integrarem comitês de praças, associações comunitárias, partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações de participação social.

3.2 Construção argumentativa do problema

A ação coletiva⁹ promovida pelos moradores do entorno da APA do Itapiracó permitiu a inter-relação entre suas proposições discursivas e as práticas acionadas. O sentido de discurso pode ser interpretado nos termos de Hannigan (2009), que o percebe como um conjunto de ideias e conceitos que são produzidos, reproduzidos e transformados em práticas. Trata-se de formas de interpretar o mundo cotidiano, que se fundem às instituições sociais e às demandas do conhecimento.

Nessa perspectiva, os discursos como séries organizadas possuem três intuitos, o de dar significado válido à ação, mobilizar a ação e definir alternativas. Em boa medida, os interesses são constituídos através dos discursos, assim como das práticas institucionais e instituições. Dessa maneira, para Hannigan (2009), não se trata apenas de expressar poder pelo emprego de palavras e linguagem, mas de construir estruturas e espaços de ações com significado, posições e aplicação da forma como se compreende o objeto em disputa.

Os repertórios, entendidos também em sua dimensão discursiva e usados nas ações, são ligados a elementos contextuais. Desse modo, variam a partir do lugar, do recorte de tempo e da situação em que se inscreve a mobilização, assim pode haver inovação, porém dentro dos limites que estas características colocam. Mobilizações como caminhadas, protestos, publicações, dentre outras, podem ser interpretadas como posturas ou performances de repertório de confronto político, sendo entendidas como formas que articulam os termos

⁹ Maciel (2011, p. 106) recorda através desse conceito que os métodos de mobilização são produzidos de maneiras formais ou informais, pelos quais os grupos articulam ações coletivas de forma fundamentada ou durável. Essas formas de se organizar podem ser em partidos, entidades, sindicatos, redes, fóruns e campanhas.

práticos e as elaborações mentais, atitudes percebidas como instrumentos de lutas políticas (LOSEKANN, 2013).

Por essa razão, se pode analisar que as inquietações em torno da APA do Itapiracó não estão somente nos processos legais usados para organizar as disputas pela definição dessa situação ambiental como problema social. É preciso considerar o contexto argumentativo usado no processo de legitimação social da questão ambiental, desenvolvido a partir de demandas coletivas. Assim, percebe-se que os elementos argumentativos estão envolvidos na organização de conflitos ambientais que estão ou procuram se colocar em arenas públicas, aproximando-se do que possa ser socialmente considerado como problema ambiental (FUKS, 2001). Nesse transcurso, a definição composta a partir do processo de disputa do conceito de natureza vai, posteriormente, sendo instituída e legalizada, e os grupos em torno dessa questão vão adquirindo legitimidade sobre essa conceituação socialmente elaborada.

As discussões sobre a relação entre os ecossistemas fomentaram o discurso ecológico, que era antes dividido em dois principais segmentos, um empregado pela Biologia e Geografia, referindo-se à troca de fluxos entre fauna e flora de determinada região; enquanto o outro segmento era usado pela Economia, e se referia à conservação de recursos ambientais empregados pelo sistema produtivo. Na Ecologia se estabelece relação direta entre esses aspectos, havendo intensa preocupação com a poluição tóxica e uma ética com a natureza (HANNIGAN, 2009).

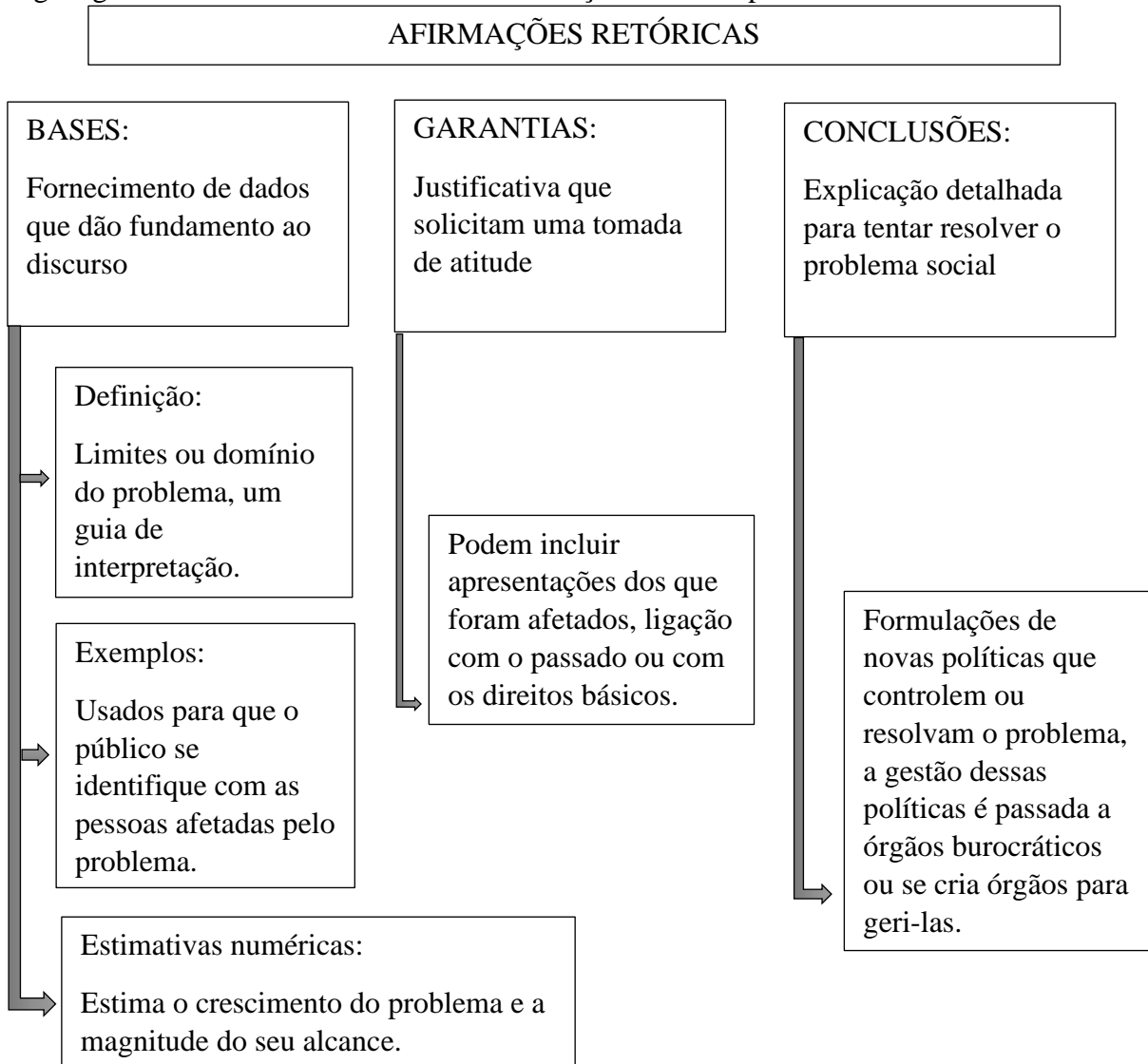
De acordo com Hannigan (2009, p. 62), dados de organizações ambientais, entre os anos de 1980 a 1990, começam a perceber que os lugares de descarte de poluentes ou de construção de empreendimentos geradores de desgaste ambiental localizavam-se, em sua maioria, próximos a comunidades negras, latinas e outras populações consideradas pelo Estado como vulneráveis. As reflexões desse período conduzem à construção do conceito de Racismo Ambiental, analisando essas circunstâncias por meio da relação entre impacto da natureza e disparidades socioeconômicas.

As reflexões sobre problemas ambientais passam a ressaltar a conexão entre os ambientes e as dinâmicas sociais, e a prática discursiva agrega debates que passam a ser entendidos como referentes à justiça ambiental. Nessa trajetória, a ligação entre problemas ambientais e desigualdade social se torna nítida, dando-se ênfase ao fato de que problemas ambientais afetam principalmente populações negras e minorias.

A capacidade de persuasão do argumento pode ser percebida, a partir da perspectiva desenvolvida por Hannigan (2009), como importante recurso retórico na construção social dos problemas ambientais. Esses argumentos são compostos por três categorias presentes nas

afirmações persuasivas empregadas na retórica, essas são: bases, garantias e conclusões. Para a visualização desse esquema de análise, se construiu o organograma abaixo:

Organograma 01: Recursos retóricos na construção social do problema ambiental.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da interpretação do trabalho de Hannigan, 2021.

As “bases” destacadas pelo Fórum são características da unidade de conservação, suas dimensões e sua contribuição para a manutenção dos ecossistemas presentes na ilha, ressaltando sua relevância para os bairros de seu entorno e para o equilíbrio de biomas nativos. Em busca das “garantias”, os moradores organizam suas justificativas pontuando as dificuldades de defesa do Itapiracó e as relações de impacto que a degradação pode causar sobre os usos e as possibilidades de uso dessa natureza. A fase de “conclusão”, descrita nessa perspectiva, ainda pode ser observada como em estágio inicial, pois a mobilização aciona políticas já existentes, por exemplo, políticas sobre resíduos sólidos e funcionamento do

conselho consultivo, e procura também elaborar projetos que sejam futuramente aplicados na APA.

Uma das propostas que acompanhou o Fórum desde seu processo de oficialização foi a construção de um ecoponto. Trata-se de uma estrutura pertence à política municipal de tratamento de resíduos sólidos, e acessá-la foi para esse movimento uma de suas pautas de luta, colocada, inclusive, como um dos objetivos do regimento interno do FAI. A movimentação do Fórum junto ao Comitê Gestor de Limpeza Urbana (CGLU) de São Luís levou a várias reuniões a audiência de criação do ecoponto (Figura 13).

Figura 13: Audiência com o prefeito para assinatura do documento de criação do Ecoponto, em 2018



Fonte: Fórum da APA do Itapiracó.

A instalação do ecoponto é interpretada pelo movimento como mobilização de uma política já existente e que se aplicaria ao contexto de resíduo sólido descartado irregularmente em um dos setores tidos como críticos em torno da APA, situado mais precisamente na Av. Joaquim Mochel (Figura 14). Demandar a construção do ecoponto e movimentar essa política

significou para o Fórum o início de uma participação na organização territorial desse lugar e parte de suas ações de engajamento na discussão ambiental local.

Figura 14: Ecoponto Itapiracó, situado às margens da APA



Fonte: Fórum da APA do Itapiracó.

Embora o movimento considere que a “política dos Ecopontos” ainda precise de ajustes em sua aplicação prática, pois entendem que esse equipamento poderia estar associado a ações educativas e de sensibilização dos bairros relacionados à APA, perceberam que essa estrutura poderia conter a formação de mais pontos de descarte irregular de resíduos sólidos no território da APA do Itapiracó. Essa luta foi descrita como um trabalho junto à comunidade e abertura de possíveis ações de educação ambiental voltadas ao tratamento de resíduos sólidos.

[...] um dos ícones da nossa caminhada de luta foi a instalação do primeiro Ecoponto da região do complexo Cohab e Cohatrac, algo bastante significativo pra quem conhece a região do complexo Cohab e Cohatrac sabe que é uma densidade demográfica grande, muitas vezes maior do que cidades de nosso interior do estado. Então trabalhar essa pauta junto à comunidade, por exemplo, incluir esse ecoponto do Itapiracó nessa região foi necessário, porque a gente acabou com um lixão a céu aberto, onde supostamente existia esse loteamento. Então, onde um suposto dono dizia ter um terreno de mais ou menos dez campos de futebol na APA do Itapiracó, a gente conseguiu no lugar dele fazer uma supressão, incluir um equipamento público que ainda hoje não cumpre seu potencial. A gente entende que um Ecoponto tem um potencial maior do que apenas aguardar o descarte desses resíduos por parte da comunidade, mas ele tem um papel pedagógico, papel educacional, a gestão dos resíduos sólidos precisa tá linkado com a questão educacional do entorno, precisa tá linkado com a gestão da própria unidade de conservação, temos apenas um ecoponto no entorno da APA do Itapiracó, quando na verdade há a necessidade de pelo menos

mais uns dois Ecopontos no entorno dessa unidade de conservação (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

Ao se relacionar a construção analítica de Hannigan (2009) sobre recursos retóricos ao entendimento de repertório presente na ação coletiva (MACIEL, 2011), três recursos podem ser demarcados na construção social da questão ou problema ambiental. O primeiro é a “retórica da retidão”, quando a chamada de atenção para um problema é envolta em valores ou moralidade, esse recurso costuma ser empregado no início da formulação do problema. O segundo é a “retórica da racionalidade”, na qual se usam argumentos persuasivos e o debate se torna sofisticado pela discussão de detalhes das políticas a serem aplicadas. O terceiro é a do “arquétipo”, modelos que são construídos e que possuem forte poder de persuasão dentro do processo de argumentação.

Essas características de valores morais, sofisticação para se discutir certos temas em arenas e sugestão de modelo para lidar com algumas pautas ligadas a problemas ambientais, e que, por sua vez, indicam a formação de uma questão ambiental relacionada à unidade de conservação do Itapiracó, podem ser percebidas em um dos trechos de entrevista com o coordenador do FAI, quando destaca que:

[...] quando a gente se isola em nosso mundo e julgamos ser detentores da verdade isso prejudica, porque muitas vezes os egos super inflamam, e na construção de algo que é comum de interesse público, essas questões laterais que não agregam e apenas dividem precisam ser com muita sabedoria colocadas de lado, centrando o foco. Algo que é bastante difícil hoje é a gente manter o foco em questões centrais, que muitas vezes não traz o retorno financeiro, um lucro como o capitalismo prega, quando na verdade os valores por nós construídos ou resgatados através desse Fórum são valores transcendentais, valores espirituais pra quem acredita na espiritualidade, a colaboração, a cooperação, a solidariedade, a justiça social, são valores que a gente não consegue mensurar, mas a gente sabe que existem e são os principais valores que faltam na sociedade. E considerando que o Fórum da APA do Itapiracó atua de âmbito local a gente tem tentado, por exemplo, persuadir os componentes do Fórum Estadual de Educação Ambiental a fortalecerem a construção de um programa de âmbito local, o Guardiã. E dentro desse programa “Guardião” existem inúmeros projetos que podem ser implementados conforme as condições que forem aparecendo, e aí se é pra realizar um trabalho ou projeto, como por exemplo, a coleta solidária a gente exige a participação do poder público, a participação de instituição não governamentais que trabalham com a causa e que podem tá dando sua parcela de contribuição. (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021)

O processo de argumentação pode ser analisado por uma interação continuada, percebida por três subprocessos, são estes: a) animando o problema, que consiste em adquirir espaço, divulgando informações e capacitando possíveis multiplicadores, b) legitimando o problema, que significa construir respeitabilidade em torno da temática do problema, definindo objetivos e tornando o problema legal, e c) demonstrando o problema, que se traduz em

competir por espaço nas agendas públicas, obter convênios com outros argumentadores, convencer membros da oposição, e aumentar os limites da responsabilidade (HANNIGAN, 2009).

A construção social do problema ambiental em torno da APA do Itapiracó emerge a partir da experiência relacionada ao lugar de vivência, o que, nesse caso, também é uma fonte de percepção de problemas ambientais. Nessa interpretação, o conhecimento prático dos moradores do entorno e do interior da APA, e de pessoas relacionadas à proteção do espaço, como os agentes do batalhão de polícia ambiental (BPA), podem se combinar nesse processo social de construção do problema ambiental.

O Fórum procura apresentar os argumentos ambientais acompanhados de imagens e dados que chamem a atenção do público e colaborem para legitimar a questão, empregando conceitos e palavras mais fáceis de serem propagadas e que reforcem o teor da problemática (FUKS, 2001). Tratam-se de palavras como “conservação”, “preservação”, “combate ao desmatamento”, “cuidados com resíduo sólidos” e, em especial, a frase tema: “A APA é Nossa”, referência de que a unidade de conservação do Itapiracó está em relação direta com os moradores dos bairros, e sinalização da existência de pertencimento a esse lugar de natureza.

A demonstração do problema exige do Fórum que em fluxos de discussões haja alguma sutileza de estratégia, pois algumas pautas podem causar desagradáveis pressões sobre legisladores. Por essa razão, o preparo de “molduras” para os argumentos deve destacar características que chamem a atenção dos envolvidos no contexto de discussão, sendo apresentados envoltos em interesses econômicos, estatísticos e aspectos de cientificidade (HANNIGAN, 2009).

Nesse sentido, percebe-se que a dimensão de questões relativas à natureza potencialmente mobiliza diferentes níveis institucionais. E no caso da APA do Itapiracó, a nível municipal, duas áreas da região metropolitana de São Luís (São Luís e São José de Ribamar) podem ser envolvidas, o nível estadual é acionado por se tratar de uma unidade de conservação de criação e gestão do governo do estado do Maranhão e, finalmente, o federal, uma vez que a unidade de conservação se encontra legalmente em terras da União. É preciso acrescentar a agência da natureza nesse processo, pois o acionamento dos diferentes níveis institucionais se deve ao fato de que, em boa medida, os espaços de natureza presentes em cidades são anteriores e possuem uma interconectividade entre seus biomas que ultrapassam as formas organizativas estipuladas em lei.

Mobilizações como a que se desenvolve em torno da APA do Itapiracó trazem consigo performances, conceito aqui entendido como formas de agir dentro do contexto

ambiental da cidade de São Luís, expressando não somente as atuações dos integrantes desse movimento como as articulações discursivas que são utilizadas por eles. Essas performances podem ser estudadas como associativas, sendo articuladas tanto na construção de relações com pessoas da sociedade civil, como também na formação de ligações com setores do Estado (LOSEKANN, 2013).

A participação popular foi sendo possível no Brasil a partir do processo de redemocratização que possibilitou lutas pelas demandas sociais e criação de políticas públicas. Essas práticas foram sendo percebidas como uma nova forma de gestão pública, mas nem sempre se adaptam às diferentes realidades que conectam humanos e não humanos. Em análise sobre esse contexto, Lopes assevera:

A experiência dos movimentos sociais brasileiros surgidos no processo de redemocratização e de luta contra o regime autoritário, propiciou a busca por políticas públicas favorecendo uma maior participação popular. A constituição de 1988 estimula tais práticas. Essa seria uma nova forma de gerir a coisa pública, e o conjunto do Estado vai nessa direção. No entanto, nem sempre as formas e os instrumentos participativos oferecidos por essas políticas encontram eco nas práticas da população ou na pequena política local. E nem sempre as propostas políticas democráticas sabem lidar com as demandas da população. A etnografia de situações como as de conselhos municipais de meio ambiente e de audiências públicas pode mostrar os efeitos de dominação exercidos pela presença técnica de expertise, bem como o abafamento e a falta de espaço de diálogo com o saber leigo. A eficácia de conselhos locais de meio ambiente e de programas de Agenda 21 locais geralmente depende da experiência da participação política da população, de sua história de mobilização, desde formas comunitárias originárias de igrejas, de associações de bairro, de participação sindical (LOPES, 2004, p. 28).

A organização dos que estão envolvidos em discussões referentes às demandas ambientais se circunscrevem ao uso de conceitos e a forma como é possível mobilizá-los em disputas argumentativas. O repertório empregado nesses debates é condicionado às formas como transcorre a argumentação, pois sobre essa se interpõe as diferentes percepções envolvidas. Por essa razão, o acionamento de conceitos como “sustentabilidade”, “conservação/preservação”, “poluição”, “mobilização social”, “apropriação”, “participação comunitária”, a depender das circunstâncias relacionadas à unidade de conservação, é empregado na defesa de uma concepção ou na aquisição de legitimidade sobre algum ponto da discussão (LOPES, 2004).

As formas argumentativas tornam-se singulares por expressar dois aspectos culturais: contextuais e públicos. A contextualização se refere a símbolos e sentidos, trata-se de valores, temas e crenças locais pertencentes a um contexto específicos e que não podem ser transferidos, já o aspecto público se refere à veiculação e ao consumo dessas interpretações

distintas (FUKS, 2001). O controle dessas características culturais pode ocorrer quando um grupo torna sua versão preponderante.

No caso da APA do Itapiracó, é observado o uso dos recursos argumentativos, e a mobilização dos conceitos mencionados, percebidos nas reuniões do Fórum e do Conselho Consultivo, pois essas formas argumentativas e conceituais orientam até certo ponto as temáticas postas no conselho, por exemplo, fiscalização, conservação, educação ambiental, descarte de resíduo sólido, reconhecimento de problemáticas na área e envolvimento da comunidade.

Nessa perspectiva, é possível interpretar que os modos sociais de apropriação do mundo material articulam as técnicas ao contexto em que se vive. Esses modos relacionam o acesso aos recursos ambientais e às formas culturais expressas por uma racionalidade que define as práticas sociotécnicas. É, talvez, por essa razão, que, ao considerar a luta simbólica dentro da emergência da questão ambiental, seja preciso pensar que pode não se tratar de um universal ecológico que se apresenta através de causas particulares, mas, em vez disso, uma universalização de causas particulares, através de valores compartilháveis que justificam as ações (ACSELRAD, 2004).

Nesse contexto de lutas simbólicas e práticas argumentativas, as mídias sociais tornam-se ferramentas necessárias para aproximar atores envolvidos em lutas ambientais, assim como para difundir lutas e mobilizações que tenham relação com a problemática ambiental. O uso dessas redes e mídias sociais se intensificou no período da pandemia do Covid-19, pois estas circunstâncias conduziram ao isolamento social e à articulação das atividades de forma remota.

3.3 Contexto de ações do Fórum em defesa da APA do Itapiracó na pandemia do Covid-19

Em um contexto de adversidades como o da pandemia do Covid-19, em que as maneiras de atuação descritas enquanto parte do repertório e das estratégias do movimento a partir da APA do Itapiracó não puderam transcorrer de forma habitual, o movimento procurou intensificar suas atividades através das redes sociais, utilizando aplicativos de comunicação e plataformas de reuniões que servissem para continuidade das atividades.

A dificuldade de se reunir presencialmente levou o Fórum a transpor algumas das suas ações para o ambiente virtual, as assembleias abertas e reuniões da diretoria executiva passaram a ser em salas virtuais do *Google Meet*, as rodas de conversas em que convidados de

diferentes segmentos eram chamados a falar sobre aspectos da questão ambiental foram realizadas através de *lives* no *Instagram*. Houve intensificação no uso dos grupos de *WhatsApp* para publicizar informações e transmitir notícias.

Os convidados para as *lives* podem ser percebidos como estratégicos em temas referentes à APA, ou mesmo podem ser tidos como colaborações e parcerias favoráveis para questões que envolvam a unidade de conservação e seu entorno. Alguns dos atores convidados para entrevistas ao vivo nas redes sociais do Fórum estão ligados a instâncias do poder público, como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAM) (Figura 15), o presidente do Comitê Gestor de Limpeza Urbana (CGLU), a Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), o presidente do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), dentre outros.

Figura 15: Live do FAI com a Secretária Municipal do Meio Ambiente



Fonte: Rede Social do FAI.

Para essas entrevistas e conversas publicizadas pelas redes sociais do movimento, grupos e pessoas envolvidas com a educação ambiental formal e não formal, pesquisadores, professores universitários, representante do Fórum Estadual de Educação Ambiental (FEEA) (Figura 16), e de movimentos sociais, foram convidados para falar das lutas e relevância das problemáticas socioambientais, procurando pontuar a APA do Itapiracó e seu Fórum nesse contexto.

Figura 16: Live do FAI com Professor Pesquisador

Fonte: Rede Social do FAI.

As *lives* foram organizadas a partir de temas que abordassem pautas ambientais ligadas direta ou indiretamente à unidade de conservação, o que, de se certa forma, estabelecia um formato de transmissão dinâmico e com roteiro, um método em que o mediador e convidado destacassem o sentido da discussão a partir da construção de significados, e, ao mesmo tempo, se difundisse suas interpretações para o alcance de outras arenas e atores (HANNIGAN, 2009).

Esses momentos podem ser observados como parte da construção argumentativa, que, ocorrendo em um contexto adverso, salientaram que as transformações na natureza afetam nitidamente as maneiras de vida em diferentes lugares do globo. A partir disso, se analisa que as *lives* do FAI buscavam apontar a atualidade dos problemas ambientais e a pertinência dessas discussões relacionando-os à APA e à cidade de São Luís. As entrevistas circulavam em torno de temáticas ambientais, usando uma comunicação acessível, para que as pessoas que as assistissem pudessem se identificar com as pautas de luta do Fórum.

A partir da interpretação de que as redes sociais são um espaço para apresentar e discutir circunstâncias relativas a problemas ambientais, o Fórum da APA expôs características observadas como problemas e procurou aproximar atores que estivessem relacionados a essas demandas. Através dessa iniciativa, essa mobilização coletiva buscou não somente dar ciência

do que acontece na unidade de conservação, mas simultaneamente trabalhar a sensibilização e aproximar outros atores dessa pauta de discussão.

É preciso considerar, ainda, que o atual contexto político vivido no Brasil reflete sobre as problemáticas ambientais, seus modelos legais de organização dos espaços de natureza e sobre as possibilidades de atuação dos movimentos sociais ligados à pauta ambiental, pois as decisões do governo federal flexibilizam as leis do modelo ambiental operante, enfraquecendo a possibilidade de repertório dos movimentos por essa via e permitindo aumento da exploração e especulação nos lugares de natureza.

Ocorre que, no caso da APA do Itapiracó, embora se encontre sobre gestão estadual, as terras pertencem legalmente à esfera federal, estando sobre responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). E, mesmo havendo a possibilidade de transferência da gestão para a esfera estadual isso ainda não ocorreu, o que pode estar ligado a discordâncias políticas entre essas duas esferas do poder. Em termos práticos, as mudanças realizadas ou planejadas podem esbarrar nessa dificuldade, e as alterações desencadeadas a nível nacional podem inferir sobre essa unidade de conservação de São Luís.

As circunstâncias da pandemia exigiram do movimento, a partir da APA, transformações nas suas estratégias, e, para consolidar e formar novos contatos e parcerias, o FAI fez uso das redes sociais, mobilizando essas redes como instrumentos de estratégia política. Quando se perguntou sobre o FAI em contexto de pandemia em uma entrevista de pesquisa, foram descritas algumas das formas encontradas para continuar as atividades.

Acho que nos fortalecemos, porque muitos pararam no meio do caminho, colocando a problemática da pandemia como justificativa de suspender a sua militância, e nós não. Diante das dificuldades e considerando que o tempo urge, pois temos pouco espaço de tempo. Até mesmo a nível nacional, a gente verifica aí o desgoverno Bolsonaro gerando um retrocesso no tocante a institucionalidade, questão de legislação, isso é complicado. E aí antes da chegada da pandemia nós realizávamos as rodas de conversa, e essa rodas tinham um propósito, não era apenas trazer esses atores, esses personagens, esses estudiosos pra fazer uma palestra, na verdade todas essas intervenções são pensadas de forma estratégica, porque política e estratégia andam juntas, eu não posso ter estratégia apenas e deixar estratégia de fora, o poder público é político, a estratégia é necessária. E nesses diálogos das rodas de conversa a gente trazia esses atores para que ao final, no plano simbólico assumissem um compromisso, com a defesa do meio ambiente. E aí resolvemos inaugurar as lives do FAI. As lives do FAI vieram com essa mesma objetividade das rodas de conversa, e aí levamos pro mundo virtual, aquilo que acontecia através do contato, da comunicação que é indispensável no mundo real a gente levou pro mundo virtual. (grifo nosso) (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

A mobilização a partir da APA do Itapiracó aparenta se perceber como processo político, mas seus componentes estrategicamente preferem que o Fórum não esteja vinculado a

nenhum partido, o que objetivamente não os impede de estabelecerem parcerias, solicitar apoio para projetos específicos ou dialogarem com pessoas de vinculação partidária que tenham engajamento com questões sociais e ambientais.

Para os componentes do FAI, as *lives* e pontuais reuniões virtuais foram uma forma de trabalhar as parcerias e contatos de interesse do Fórum. Nessas situações se colocavam pautas diretas e indiretas relativas à APA do Itapiracó, no intuito desses atores estratégicos tomarem ciência e se manifestarem como partidários da causa.

[...] essas lives foram com atores estratégicos, não apenas pra levar conteúdo educacional e informacional, que é importante, mas uma forma de coloca-los a par das problemáticas levantadas por nós e traze-los como parceiros. Não levamos pra ridiculariza-los, muitas vezes a gente acha que ir pra mídia e bater num certo ator, ou um certo político vai fazer a diferença, as vezes pode ser o remédio, mas o nosso primeiro passo é abrir o diálogo, isso tá dentro do nosso regimento, isso tá no nosso compromisso ético e moral, o diálogo e a cooperação. Não sendo possível por esses meios legais e legítimos aí a gente toma as medidas necessárias, uma ação popular, uma denúncia junto ao Ministério Público, uma passeata, uma manifestação, enfim para cada problema uma solução, para cada solução exige-se atores competentes, qualificados, esse foi o nosso grande aprendizado. (grifo nosso) (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

Nesse período de isolamento social, o Fórum procurou criar ferramentas que sejam úteis nas arenas que tratem sobre a gestão e ordenamento da APA, para isso reuniu integrantes de sua Comissão de Estudos e Pesquisas (CEP-FAI) para construção de um relatório inicial com base técnico-científica. Assim, profissionais voluntários de áreas como Biologia, Ciências Sociais, História, Segurança Pública, Serviço Social, Direito e Pedagogia reuniram-se para coletar os dados, fazer algumas investigações *in loco* e construir um relatório com algumas primeiras impressões a partir do perímetro da unidade de conservação. A intenção foi atualizar os dados de conservação da APA, identificar ações entendidas como danosas à natureza, os usos e interações sociais mantidas com o lugar, e apontar algumas das ações que o Fórum desenvolve na defesa da unidade de conservação. Essa produção foi comentada pelo coordenador em trecho de entrevista, quando ele assinala:

[...] se pararmos para analisar recentemente fizemos uma caminhada de contemplação e diagnostico, e ao final teve um produto, a elaboração do relatório técnico, ali a gente pode constatar que o perímetro dessa unidade de conservação ainda padece de muitas problemáticas, sobretudo esse descarte de resíduo. Se existisse, por exemplo, mais um ecoponto certamente essa problemática seria uma a menos e aí a gente poderia fazer a inclusão de catadores, poderia fazer a inclusão dos próprios carroceiros que tem uma parcela grande, vamos dizer assim, quanto a essa externalidade negativa. Infelizmente a gente não tem como resolver essa problemática com uma varinha de condão, na verdade exige muita boa vontade, tanto da comunidade, quanto da sensibilidade dos gestores públicos (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

O acionamento de estudos técnicos e científicos pode ser interpretado como relevante para organizações, a exemplo do Fórum, pois sendo essa unidade gerida por uma Secretaria de Estado do Meio Ambiente que opera com instrumentos a partir de áreas como a Geografia, Biologia, Engenharia Ambiental e outras áreas associadas, é preciso que os movimentos se apropriem dessas ferramentas para adquirir lugar de fala nas discussões e encaminhamentos. Essa característica de apropriação e elaboração de atividades técnicas e científicas é percebida em diferentes contextos de questões ambientais no Brasil, e esteve presente nas participações de ativistas no processo de elaboração da constituição de 1988, pois, de acordo com Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 162), os ambientalistas observaram o “poder simbólico da expertise técnico-científico”, que foi a maneira encontrada para legitimar suas preocupações e reivindicações na arena política.

Dentre as ações desenvolvidas pelas redes sociais do FAI nesse período pandêmico, destaca-se, ainda, a *live* que buscou angariar fundos para a reconstrução da Ponte da Juçara, estrutura que liga as duas ruas da comunidade do interior da APA e que fica nos limites entre São Luís e São José e Ribamar (Figura 17). Essa demanda se apresentou através de alguns contatos que integrantes do Fórum mantêm com os moradores do interior da APA. A ponte permite que as crianças encurtem e tenham acesso à única escola de educação básica no interior da unidade de conservação, além de favorecer o fluxo aos que trabalham em bairros próximos e demais localidades da cidade.

A intenção de reformar a ponte que passa por cima de uma parte do rio, que por ações do tempo e agência da natureza estava deteriorando-se, impulsionou o Fórum a produzir uma *live* que reunisse moradores e atores da região de São José de Ribamar que possuem alguma influência nas redes sociais, procurando contribuir na arrecadação do material necessário e chamando a atenção do poder público para a necessidade desse segmento de moradores da APA. É possível observar através dessa situação e das descrita anteriormente a atuação do Fórum como entidade que procura mobilizar politicamente atores e poder público para trabalhar as questões dessa APA urbana, reconhecendo e acionado a problemática ambiental como problema social.

Figura 17: Live do FAI para tratar da questão da Ponte da Juçara



Fonte: Rede Social do FAI.

Em momentos em que a curva de contaminação pelo Covid-19 esteve acentuada, o Fórum se propôs não somente a desenvolver o relatório, mas também iniciou um levantamento socioeconômico dos moradores do interior da APA; o objetivo seria entender o modo de vida desses atores em contato direto e cotidiano com a natureza dessa unidade de conservação. É preciso considerar que, para esse segmento de moradores, as regras de uso territorial são demarcadoras do espaço que podem ocupar e das intervenções possíveis a esses atores. Em entrevista de campo foi possível analisar a pertinência dessa aproximação entre os moradores do entorno e do interior da APA e quais as maneiras pensadas a partir dessa mobilização para construção dessa relação.

É o passo mais importante, e o mais difícil. Porque exigem muitas mãos e muitos braços, a equipe, nossos recursos humanos são reduzidos, e além de serem reduzidos existem as atribuições de cada um dos membros. Mas diante dessa necessidade nós criamos o questionário socioeconômico pra ser aplicado dentro da comunidade que fica na APA do Itapiracó, então o primeiro passo é entender a vida daquelas pessoas o mínimo possível pra que diante de uma realidade concreta a gente possa propor as soluções que estejam ao nosso alcance e coerentes com os anseios daquela comunidade. Então, dentro da APA do Itapiracó esse trabalho de diálogo, de relação e convivência com os moradores é de fundamental importância [...] por exemplo, questão de titularidade dos moradores, que até hoje ampla maioria não tem titularidade da terra, se você não tem titularidade daquele local onde você mora, certamente empréstimo, financiamento, política pública são impossibilitados de chegar a esses moradores, porque a sua residência é como se fosse a garantia desses instrumentos e incentivos que partem, por exemplo, do poder público. Então, temos dialogado com a

comunidade na medida do possível, a pandemia dando uma oportunidade a gente pretende finalizar esse diagnóstico dentro da unidade de conservação (Mauro Carramilo Jr., 30/11/2021).

Esses elementos estão sendo percebidos como parte da estratégia de mobilização, pois as relações mantidas em lutas de caráter ambiental envolvem não somente o acionamento de instituições do poder público mas também formas de interação entre os atores de militância, políticos e institucionais, compondo formas e repertórios próprios de ação. É nesse processo de construção que movimentos de pauta ambiental conseguem vir a participar de elaborações legais e formas de gerir os lugares e suas naturezas, percebidos a partir da lógica ocidental de conservação.

As formas de atuação, as parcerias e os instrumentos utilizados por esse modelo de organização coletiva não colocam somente a APA e os segmentos de seus moradores em evidência, mas ambos em uma relação que pode ser evidenciada; característica que precisa ser destacada pela organização dos moradores em forma de Fórum e pelo acionamento desse lugar de natureza como princípio de acesso a políticas públicas, a outros modelos de geração de renda local, a práticas socioeducativas estreitamente ligadas à natureza e a um planejamento urbano que considere esses processos como interligados a fluxos de vida humanos e não humanos.

4 CONSTITUIÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NA APA DO ITAPIRACÓ

As recentes atividades em torno da APA do Itapiracó, observadas a partir de práticas de pessoas que objetivam a sua proteção, como da luta para a criação do Conselho Consultivo dessa unidade, constituem episódios que permitem perceber mobilizações que aparentam incorporar uma “ecologia política” (LATOURE, 2019).

A ecologia política se inscreve numa pauta social que é absorvida de diferentes formas, seja no modo de produção, nas modificações da vida pública, no dirigir de instituições, e nas políticas específicas voltadas à relação entre natureza e sociedade (LOPES, 2004)¹⁰. Tratam-se de estratégias que pensam a durabilidade dos “recursos” e, por vezes, as práticas cotidianas presentes no lugar.

As maneiras de se relacionar com a natureza de distintos lugares vão sendo elaboradas com a participação efetiva de contextos sociais caracterizados por aspectos que

¹⁰ José Sergio Leite Lopes (2004, p.17) utiliza-se da categoria ambientalização dos conflitos para representar a interiorização de questões que se relacionam a problemáticas ambientais, ressaltando as diferentes formas que as questões ambientais podem ser relacionadas a outras questões presentes em sociedade.

podem ser considerados como parte de uma concepção de vida (ESCOBAR, 2005). Essa pontuação pode ser observada não apenas como uma menção ao desejo humano de se estabelecer e obter a produção pelas quais os sujeitos mantêm suas formas de sociabilidades, mas como parte de um processo em que as relações humanas são construídas com a participação ativa da natureza presente em seus espaços cotidianos.

Os contextos sociais de transformação dos espaços de natureza na cidade de São Luís envolvem articulações políticas, mudanças de conjuntura e transformações nas concepções estabelecidas, acontecimentos que relacionam diferentes atores em suas lutas sociais por participação nas decisões que inferem sobre os seus lugares de convívio e atuação (FUKS, 2001). Nesse contexto, pode-se dizer que em torno da APA do Itapiracó vem se configurando atividades relativas à questão ambiental. Tais ações são percebidas pela mobilização de conceitos relacionados à natureza, formação de articulação social e política, e aproximação de instituições que discutem a questão ambiental no estado e na ilha.

Nessa perspectiva, esta seção pretende descrever os sentidos sociais que levaram a formação dessa mobilização a partir da APA, procurando analisar a construção do Fórum da APA do Itapiracó (FAI) como parte de uma ação coletiva (MACIEL, 2011), sua organização e articulação social, bem como o processo de composição do Conselho Consultivo; aspectos que relacionam o problema ambiental às formas ativas de elaboração de um problema social, que passam a ser expressos na linguagem dos atores envolvidos e em suas atitudes (LOPES, 2004).

4.1 Fórum da APA do Itapiracó como mobilização coletiva

A atuação envolvida com as questões referente à APA, que articulam os usos dessa unidade desde seus arredores até o seu interior, envolve, principalmente, os moradores dos bairros Cohatrac IV, Ipem Turu, Parque Vitória e Itapiracó. As preocupações destacadas transitam entre aspectos de conservação, memória afetiva, ato de residir, práticas esportivas e de lazer, a fim de articular as questões da APA à melhoria e manutenção do modo de vida dessas pessoas.

A partir dos aspectos de interação socioambiental descritos na segunda seção se pode perceber uma diferenciada construção de vínculos entre esse lugar e os moradores que se encontram dentro e no entorno da unidade de conservação. Os usos estabelecidos nesse ambiente proporcionam aos moradores do entorno e do interior da unidade vivências específicas, sejam ligadas à qualidade de vida e ao cuidado com essa natureza próxima às suas residências, ou à necessidade de habitar e manutenção da vida.

Como recurso explicativo dessa análise, classificamos os moradores a partir de duas categorias: 1) os do entorno, que são tanto os dos bairros imediatos, a chamada zona de amortecimento da unidade de conservação (Ipem Turu, Parque Vitória, Cohatrac IV, Chácaras Itapiracó, Canudos e Terra Livre), como os bairros considerados próximos (Turu, Cohab, e os Cohatrac I, II, III); 2) os do interior da APA (Comunidade do Itapiracó, composta pelas ruas das Hortas e São Pedro e que abriga mais de quarenta famílias); entendendo que ambas as categorias de moradores se articulam a essa unidade de conservação, podendo ter pautas em comum que conforme as circunstâncias vão se apresentando.

Essas categorias estão sendo pensadas como maneiras de sinalizar relações que transitam nesse mesmo lugar, havendo articulações entre os moradores pelo aspecto de estarem ligados a essa unidade de conservação. Assim, algumas das inquietações relativas à APA podem movimentar-se entre esses moradores do entorno e do interior da unidade, intensificando a participação de um segmento ou outro quando o assunto tratado é saneamento básico para prevenção de poluição da APA, saúde pública, resíduo sólido, conservação da natureza, manutenção dos equipamentos urbanos e a regularização fundiária decorrente do impasse governamental entre esfera estadual e federal.

Por essa razão, existe a necessidade de reintrodução do lugar ou da formação do lugar enquanto categoria teórico-prática nas discussões referentes à questão ambiental, sendo o campo das teorias do pós-desenvolvimento e da ecologia política arena para essa reintrodução, tanto em seu trato nas discussões sobre globalização, como na defesa do lugar (ESCOBAR, 2005)¹¹.

No que tange à discussão sobre a APA do Itapiracó, essa reflexão está relacionada às interpretações de vida que associam esse lugar de proteção ambiental ao habitar. Nesse sentido, residir dentro ou nos arredores da unidade de conservação pode significar para ambas as categorias de moradores a necessidade de reafirmar esse local como “lugar de natureza”, procurando formas de operar dentro da lógica global de classificação e consumo dos lugares para o alcance de suas demandas (SHIRAISHI NETO, 2017).

Os moradores do entorno, principalmente os que residem no bairro do Cohatrac, articulam formas de atuarem dentro desse modelo de natureza estabelecido, pois a convivência próxima à APA é percebida como elemento que agrega qualidade de vida e traz equilíbrio à condição urbanizada dessa parte da cidade. Esses atores percebem que a natureza presente na APA mantém relação com as amenidades climáticas e a condição do ar, permitindo encontros

¹¹ O lugar como categoria de análise numa situação de conflitos socioambientais foi analisado por Lima (2008) em Curitiba, PR.

e práticas entre as pessoas dos bairros próximos em contato direto com a natureza. Esses podem ser entendidos como alguns dos elementos que instigaram a manifestação contra o loteamento de uma parte da APA (Figura 18), e que, posteriormente, fomentaram a formação de um movimento em defesa desse lugar de natureza.

Figura 18- Placa anunciando venda de lotes na APA do Itapiracó



Fonte: Fórum da APA do Itapiracó

Em 2018, diante de um processo de loteamento e venda ilegal de lotes nas bordas da APA do Itapiracó, ou mais precisamente no que seria a “zona de amortecimento”, um grupo de moradores do Cohatrac IV se mobilizou com intuito de frear e deter esse processo especulativo dos terrenos. Os moradores que acompanhavam esse problema de loteamento e venda ilegal de terrenos convocaram moradores dos bairros próximos, em sua maioria das demais unidades do Cohatrac, que se organizaram, promovendo um repertório de mobilizações, como: protestos, cartazes e frases de efeito (Figura 19). Nessas ações, alguns políticos representantes das comissões de meio ambiente da câmara municipal de São Luís e da assembleia legislativa do estado se aproveitaram e somaram à luta, participando de algumas atividades.

Figura 19- Protesto contra a tentativa de loteamento da APA



Fonte: Blog Amauri Jorge (2018).

Essa mobilização social em torno da APA do Itapiracó consistiu em um reforço às articulações e reuniões que os moradores já vinham fazendo e que tratavam de questões relacionadas à proteção da unidade. O loteamento e a venda ilegal de lotes serviram como estopim para que os moradores se organizassem em torno do “Movimento em Defesa da APA do Itapiracó”, algo que para aquele momento seria uma resistência inicial à especulação imobiliária, possibilitou uma maior percepção dos moradores da conexão da APA do Itapiracó ao Cohatrac, Cohab e outros bairros do entorno. Essa situação pode ser entendida pela narrativa de Dorian Azevedo, componente do Fórum que esteve desde sua fase inicial, e que, ao descrever a motivação da mobilização, lembra:

Primeiro o que motivou...nós temos aquele motivo imediato que foi aquele fato ocorrido, que foi o fato da especulação imobiliária no interior da área de proteção, esse foi o fato que desencadeou imediatamente a necessidade. Só que o que gestou, e eu gosto de fazer lembrar que o movimento tava em curso, o movimento social do Complexo Cohab-Cohatrac, ele tava em curso. Então essa demanda ela veio por conta de um movimento social já em curso no Complexo Cohab-Cohatrac e ela se apresentou porque tudo que dizia respeito as questões urbanas e que envolve ambientais, tudo isso dizia respeito obviamente e nos interessava. *Quando nos chegou à informação desse problema imediato, que foi o problema da tentativa de ocupação com essa especulação imobiliária o que é que aconteceu? Nós tomamos conhecimento e fomos nos sentar para organizar, posto que já existia um movimento e nós então trouxemos a demanda para o movimento* (Dorian, 02/12/2021, grifo nosso).

Esse acontecimento trouxe à tona alguns dos anseios que os moradores do entorno já vinham observando, e pôde ser percebido como uma oportunidade para a formação e consolidação de um espaço permanente de discussões e proposições denominado Fórum em Defesa da APA do Itapiracó (FAI). Essa ocasião pode ser caracterizada como uma janela de oportunidade, pois esses momentos se constituem de formas ou chances para que concepções

ou interesses desejados pelos movimentos organizados a partir da sociedade civil¹² sejam, de alguma maneira, aplicados (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). É preciso ainda considerar que o aproveitamento dessas estruturas de oportunidades está condicionado às articulações e relações que os movimentos possam dispor dentro de um contexto demarcado espacialmente e temporalmente.

Na análise da formação dessa mobilização em torno da APA do Itapiracó chama a atenção o fato de que um acontecimento específico possibilitou a aglutinação de diferentes atores próximos para fazer frente a futuras tentativas de especulação e, principalmente, virem a se envolver na organização territorial dessa unidade de conservação.

É possível refletir a partir dessa mobilização que a formação de grupos com engajamento ambientalista é resultado de processos socialmente construídos, em que estruturas de oportunidade podem ser pontos de partida relevantes para a organização desses grupos. Ao analisar esse tipo de fenômeno a partir da teoria do processo político, Alonso, Maciel e Costa destacam:

A Teoria do Processo Político salienta que movimentos sociais surgem tipicamente quando mudanças nas oportunidades políticas, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, aumentam as possibilidades para grupos sociais se mobilizarem, abrindo ou criando novos canais para expressão de reivindicações. Isso pode ocorrer de três maneiras. Primeiro, pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder. Segundo, por mudanças no estilo de interações políticas entre o Estado e os movimentos sociais, especialmente a redução da repressão a mobilizações. Terceiro, pela presença de aliados potenciais, como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes. Tais fatores aumentam as possibilidades de os grupos sociais insatisfeitos expressarem suas demandas na arena pública (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 153).

Embora essa percepção esteja sendo desenvolvida pelos autores em uma análise sobre o contexto de redemocratização no Brasil, não se pode negar a aplicabilidade de estruturas de oportunidade em contextos locais como as que foram encontradas pelos componentes do Fórum, quando da tentativa de “grilagem” das terras da APA do Itapiracó, aspecto percebido pelos moradores do entorno e combatido de forma organizada.

A preocupação dos moradores do entorno da APA está também associada ao contexto contemporâneo de discussões ambientais nas esferas públicas. No Brasil, esse cenário se tornou possível a partir da década de 70, quando a questão ambiental ganha alguma

¹² O sentido de sociedade civil aqui abordado é próximo ao de Losekann (2013, p. 344) que o interpreta como uma diversidade de atores que não estão na condição de representantes do Estado ou dos interesses do mercado, e que nas suas ações estão mobilizando a lei como parte de seu repertório. Tratam-se de atores que se mobilizam a partir de causas coletivas, tais como associações civis, movimentos sociais, ONGs, sindicatos, ativistas em geral e redes. Considera-se aqui a disputa pela conceituação de sociedade civil presente nas discussões sobre ação coletiva.

intensidade com a criação da Secretária Especial do Meio Ambiente, e um aparato burocrático-legal ambiental. Essa característica produziu uma legislação de cunho específico, ampliando o espaço de ação política, em que novas mobilizações propagam suas pautas reivindicativas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Assim, os atuais movimentos que tratam questões ambientais foram também possíveis por mudanças de conjunturas e surgimentos de oportunidades trazidas pela redemocratização e o contexto internacional de discussão das questões ambientais, que foram adquirindo abrangência pública nacional.

É possível analisar as mobilizações em torno da unidade de conservação do Itapiracó como processos de uma ação coletiva pautada em micromobilizações. Em outras palavras, tratam-se de situações nas quais interações que acontecem em instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade aglutinam pessoas com propensões voltadas a uma mesma questão, que se articulam a partir de um lugar, e produzem um ativismo ambiental (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Nesse sentido, a relação dos envolvidos nesse ativismo ambiental é construída pela interação sociocultural e pessoal, em que vínculos afetivos, laços de fidelidade comunitária, interpretações semelhantes, e o sentimento de pertencimento vão sendo construídos.

Ao analisar o conceito de ação coletiva, Maciel (2011, p. 100) coloca que as “mobilizações coletivas são investigadas do ponto de vista simultaneamente político-institucional, estratégico e simbólico-cognitivo”, e que as ações estariam conectadas a três aspectos: “estruturas de oportunidade políticas” ou “janelas de oportunidade”, ao suporte prático que as janelas de oportunidade oferecem às ações e às formulações interpretativas dos atores na definição do problema social. Isso significa que as circunstâncias políticas de um determinado período histórico podem estimular ou inibir as formas que os atores selecionam para suas ações, construindo cenários e/ou instrumentos que estão atrelados à “estruturas políticas de oportunidade” ou “janelas de oportunidade”. Estes, por sua vez, são acontecimentos não necessariamente presos a alguma formalidade, mas que interferem na ação e trajetória de mobilizações coletivas, que associados ao recorte de tempo definem as estratégias da ação coletiva, compondo repertórios de ações práticas como protestos públicos, greves e procedimentos judiciais (MACIEL, 2011).

A dimensão simbólico-cognitiva é representada pela construção de interpretações e discursos usados pelos atores para indicar o problema, seus motivos e as possíveis saídas. Tratam-se de quadros interpretativos, também chamados de “frames”, empregados pelos grupos na legitimidade de suas causas e formação de um entendimento coletivo. Essas características são melhor apresentadas por Maciel, quando em sua análise descreve:

Primeiro, a ação coletiva é condicionada por estruturas de incentivos e/ou constrangimentos políticos numa determinada época histórica, que possibilitam, mas também limitam as escolhas dos agentes entre cursos de ação possíveis. O conceito de estrutura de oportunidades políticas tem sido utilizado para descrever “as dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais – do ambiente político que tanto facilitam ou dificultam a emergência da ação coletiva como impactam a trajetória histórica das mobilizações coletivas (Tarrow, 1988). Essas dimensões são compostas por três fatores: as mudanças no estilo de interação entre Estado e sociedade, como repressão, cooptação ou negociação; o aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às demandas sociais; e a disponibilidade de aliados políticos e sociais para os grupos mobilizados dentre partidos, elites sociais, meios de comunicação, comunidade científica, sindicatos e outros movimentos sociais (Kriesi, 1995). Segundo a estrutura de oportunidades políticas condiciona, em determinadas conjunturas históricas, estratégias de mobilização que permitem dar suporte prático à ação coletiva. Por meio desses suportes, os movimentos sociais mobilizam “repertórios de ação” compostos de formas de ação política não institucionalizadas – protestos públicos, greves, boicotes – e institucionalizadas, como lobbies e o uso das normas e procedimentos judiciais. (Tilly, 1978; Kriesi, 1995). Terceiro, a emergência e o curso das mobilizações políticas dependem, ainda, da construção de esquemas interpretativos e discursivos pelos agentes para definir problemas sociais, indicar suas causas e propor estratégias de solução (Benford e Snow, 2000). Os quadros interpretativos (frames) expressam as disputas valorativas e cognitivas, empreendidas pelos grupos mobilizados, para reinterpretar a realidade social, angariar legitimidade pública às causas e construir identidades coletivas (MACIEL, 2011, p. 100).

O movimento que levou à formação do Fórum da APA do Itapiracó (FAI) pode ser observado como uma ação coletiva relacionada a um tipo de ativismo ambiental, reflexão desenvolvida a partir dos estudos de Alonso, Costa e Maciel (2007), sobre a formação do ativismo ambiental no Brasil. Esses estudos assinalam que as diferenças sociais e políticas dão a cada grupo específicos estilos de ativismos. No entanto, três contextos de micromobilizações, que se tornaram ativismo ambiental no Brasil, são observados de maneira nítida, no primeiro, a origem do ativismo está relacionada a grupos conservacionistas, formados por pessoas de envolvimento técnico ou que ocupavam cargos profissionais relacionados à questão ambiental, esses eram cientistas naturais, engenheiros agrônomos e funcionários públicos que trabalhavam em instituições ligadas às demandas sobre natureza.

No Brasil, o segundo modelo de ativismo ambiental esteve ligado a artistas plásticos, escritores e jornalistas que, associados à atividade de contracultura e atentos às problemáticas de poluição urbana, produziram um tipo de ativismo articulado a expressões, eventos artísticos, e que, na época, esteve voltado à sociedade civil e à mobilização pela redemocratização.

O terceiro tipo de ativismo reuniu profissionais liberais e pequenos empresários que dispunham de alguma experiência de trabalho em associações ou ações políticas, caracterizando-se pelo envolvimento da sociedade civil e protestos comunitários que contestavam obras governamentais ou de investimento privado que pudesse trazer dificuldades

aos moradores do local. Tratam-se de movimentos que se apresentavam por diferentes instrumentos, como abaixo-assinados, acionamento de universidades e instituições que pudessem apoiar suas causas.

Algumas das características descritas nessa perspectiva de análise são observadas na mobilização que se organiza em torno da APA do Itapiracó, produzindo, dessa maneira, um ativismo ambiental construído a partir de uma organização civil e provocada por atividade entendida como degradativa e de privatização do solo da APA. Também é possível observar um processo de institucionalização do movimento quando buscam estabelecer relações com as secretarias municipal e estadual de meio ambiente, outros movimentos sociais e universidades. Dessa maneira, os componentes do Fórum vão aprendendo a operar com a burocracia desses órgãos e a traçar projetos nos quais essas relações possam ser aplicadas, tentando participar das decisões relativas à unidade de conservação ligada a seus bairros.

Por meio da perspectiva de micromobilizações, pode-se dizer que o Fórum foi sendo formado a partir de um incômodo partilhado por moradores próximos à unidade de conservação, que, ao demonstrar preocupação com a conservação da APA, foram também observando a pertinente relação entre seu local de moradia e a questão ambiental do lugar. Essa é outra característica relativa à ação coletiva, pois os envolvidos em mobilizações constroem interpretações a partir do seu contexto, e junto a essas interpretações são empregadas as habilidades de que dispõem (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Nesse cenário, as interpretações estimulam as atividades coletivas procurando tratar as insatisfações partilhadas, e, de acordo com Alonso, Costa e Maciel (2007), abrem-se “frames”. Essa categoria no caso da APA do Itapiracó está sendo entendida como formas interpretativas e leituras cognitivas produzidas pelas pessoas envolvidas nessa realidade, e que lhes permite questionar uma situação social, pontuando grupos ou autoridades responsáveis e estabelecendo ações para modificar a situação percebida como problemática. Quando questionado em entrevista sobre a motivação de criação do Fórum da APA do Itapiracó (FAI), o atual coordenador Mauro Carramilo Jr. afirmou:

Pra te falar a verdade, eu entendo que é uma continuidade, vamos dizer assim, de um processo já anterior a minha participação nessa luta socioambiental, e tenho uma responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho comunitário de defesa desse espaço que é de natureza. Um espaço especialmente protegido e que tem uma finalidade a ser cumprida. Então até mesmo pela minha formação eu sempre procuro entender aquilo que tá ao meu alcance. Por exemplo, legislação existente, e aí eu tento implementar aquilo que é possível, então no meu caminhar eu penso muito nessa situação. [...] É uma defesa de uma pauta ambiental, através dessa pauta existem outros temas conexos, e se o intuito foi impedir o loteamento, a mobilização e a complexidade das problemáticas fizeram com que a gente criasse esse instrumento, pra de forma contínua e permanente nos mantermos vigilantes quanto a essa

necessidade, não só de âmbito local, mas estadual, nacional e até mundial. Poque não há um outro planeta a gente tá dentro do planeta Terra e tudo que fazemos é orgânico, é sistêmico, não tem nada separado, vamos dizer assim, de educação, de gestão, defesa do meio ambiente, defesa dos animais, defesa das próprias pessoas, da dignidade das pessoas. Tudo isso tá conectado ao meu modo de ver, e é o que a constituição determina, que é dever de todos, da sociedade, do poder público de manter um ambiente ecologicamente equilibrado. Então é dever de todos, primeiro, segundo e terceiro setor (Mauro, 30/11/2021),

Não se desconsidera a possibilidade de haver outras tentativas ou mesmo ações que estivessem relacionadas a estes anseios antes do ocorrido que envolveu a tentativa de loteamento, mas se observa que a ameaça à natureza presente nesse lugar de conservação situado em ambiente urbano representou um risco aos usos e benefícios daqueles que residem próximo à área de proteção ambiental, porque dentre as potencialidades do local podem ser citados, além do aspecto do lazer e esporte, a possibilidade desse lugar de natureza mobilizar políticas públicas ambientais voltadas a projetos educativos e de geração de renda local. Falando sobre sua inserção no movimento, Mauro Carramilo Jr. também articula os aspectos que levaram à formação do FAI:

Foi com a necessidade que eu vi ali da comunidade de defender aquele espaço, que comecei a me debruçar sobre essa temática, sobre a questão do direito ambiental, do direito ecológico, e aí essa necessidade de embargar o loteamento fez essa mobilização. A comunidade verificou a necessidade de criar um instrumento, e do instrumento a necessidade de criar um regimento, e dentro desse regimento a gente colocou os objetivos de curto, médio e longo prazo a serem atingidos. E aí nossa caminhada é muito nesse sentido, de pautar nossa atuação justamente nesses objetivos. [...] E se pararmos pra analisar, eu sempre considero Ela (APA do Itapiracó) como um pedaço da Floresta Amazônica, e se é um pedaço da Floresta Amazônica em pleno território ludovicense é um patrimônio nacional, se é um patrimônio nacional tem suas funções, tem os seu benefícios a serem gerados para as próprias pessoas que moram dentro da unidade de conservação e no seu entorno. Você bem sabe, que além das áreas especialmente protegidas de unidade de conservação de uso sustentável existem as áreas quilombolas, os territórios indígenas, todos são espaços especialmente protegidos, e aí fomentar políticas públicas para essas localidades, pra essas terras é de fundamental importância porque pode gerar dignidade para essas pessoas. Então o foco do Fórum da APA do Itapiracó é nesse sentido também, não apenas defender a fauna e a flora que são indispensáveis, mas também através dos usos e recursos que tem ali a gente trazer um pouco de esperança, tanto pra comunidade que fica dentro da unidade de conservação, que padece com problemas básicos, como por exemplo, o sanitário, o transporte público, o direito de ir e vir, a água potável também, há uma certa dificuldade. Até uma oportunidade de gerar renda é possível, mas infelizmente quando não há uma organização, não há uma busca por parte do poder público para que se venha trazer esses instrumentos, fica difícil caminhar, e aí pela minha formação, pela capacidade postulatória que o advogado tem, acredito que tenho contribuído, modéstia à parte, pelo fato da pressão, da efetivação daquele direito. (Mauro, 30/11/2021, grifo nosso).

O agrupamento dessas possibilidades está relacionado a diferentes usos que são pensados em relação à APA. Essas formas de interpretar e estabelecer vínculos com esse lugar expressam uma maneira de se apropriar ou fazer uso da natureza que está sintonizado com

princípios que norteiam a vida social (ACSELRAD, 2009). Assim, a percepção dos moradores parece se aproximar do entendimento de que qualquer atividade desempenhada dentro da APA terá de considerar o tempo que a natureza utiliza para sua manutenção, sendo a observação desses processos marcadores temporais para a organização de atividades humanas que estejam estreitamente ligadas à possibilidade de uso, bem como o alcance de objetivos concretos.

A formação do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó está também atrelada a falhas das instituições governamentais, que, por não corresponderem às expectativas da comunidade, geram estímulos para novas formas de ação coletiva (LOSEKANN, 2013). Considera-se parte disso as dificuldades de fiscalização em torno da APA, observadas pelos moradores do entorno, e apontadas como aspecto que favorece ocupações irregulares e especulação imobiliária por construtoras, assim como o descarte de resíduos sólidos, desmatamento, queimadas e outras problemáticas. Isso estimulou a formação de uma mobilização em torno da APA, buscando a observância e a articulação de ações voltadas à solução dessas questões.

Os processos de criação, organização e transformação nos quais a APA do Itapiracó está incluída é parte de uma maneira de se relacionar com a natureza, elaborada por algumas sociedades ocidentais. Nessa produção, os materiais que se encontravam nesses lugares são modificados, reconstruindo seus sentidos para atender a uma lógica produtiva que interpreta a natureza apenas como recurso ou fonte de matéria-prima (ACSELRAD, 2004). Essa concepção econômica de produção que permeia os modos de vida da maioria das sociedades ocidentais foi sendo obrigada a observar através de acidentes e conflitos socioambientais a necessidade de rever a sua relação com as naturezas, e, para tanto, criaram-se estratégias ligadas às noções de conservação e preservação.

Ao se pensar sobre algumas das formulações que estão imbricadas na estruturação desse modelo que organiza a natureza em unidade de conservação, pode-se destacar duas elaborações analisadas por Acsehrad (2004) e relativas às formas de se apropriar e fazer uso da natureza. A primeira corresponde às formas de economia dos recursos, que busca reduzir o desperdício de energia e matéria, pois, sendo esgotáveis os recursos do planeta, é preciso poupá-los. A segunda se aproxima de uma reflexão das finalidades para as quais os recursos ambientais que a humanidade se apropria estão sendo empregados, esta circunscreve-se em formulações que questionam se esse modo de se relacionar com os ambientes não está posto para resolver problemas econômicos, em vez de se colocar como parte fundamental do cuidado com a vida. Sobre essas formulações, Acsehrad explica:

[...] A primeira, onde prevalece a problemática das quantidades de matéria e energia, postula que, sendo finitos os recursos do planeta, temos de economizá-los. *Tal concepção, de perfil tendencialmente economicista, resulta em que se busque postergar, por medidas de combate ao desperdício, o momento em que os recursos se esgotarão.* Uma outra formulação que compreende e ultrapassa a questão das quantidades, coloca pergunta distinta: se o mundo e seus recursos são finitos, quais são os fins para os quais nós deles nos apropriamos? Para produzir tanques ou arados? Para fabricar armas mortíferas ou para alimentos para os que tem fome? Ou, poderíamos dizer no caso brasileiro, para exportar pasta de celulose e grãos para equilibrar as contas externas e cumprir o compromisso com os credores internacionais do país ou para viabilizar a agricultura familiar de alimentos? *Nesta ótica, não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social* (ACSELRAD, 2004, p. 07) (grifo nosso).

Essas formulações estão ligadas à noção de degradação ambiental, empregada como explicação para tomadas de medidas protetivas com relação à natureza. Existem, de acordo com Hannigan (2009), dois principais enfoques que tratam essa noção da degradação, que são o ecológico e o da modernização reflexiva.

A explicação ecológica antes vinculou a questão da degradação ambiental a uma *Ecologia Humana*, que esteve ligada a uma *Sociologia Urbana* no modelo ecológico pensado pela *Sociologia* da escola de Chicago, cujo um dos grandes expoentes foi o sociólogo Robert Park. Nesse modelo, a divisão do trabalho tornava os humanos menos dependentes dos seus ambientes físicos, pois a tecnologia permitia aos humanos transformarem seus ambientes em vez de estarem à mercê das forças neles presentes. Assim, a organização humana em grupos e comunidades era algo interpretado como cultural, com suas bases em tradições e costumes (HANNIGAN, 2009). Nesse modelo de *Ecologia Humana*, a sociedade se organizava em dois níveis, o biótico e o cultural, reforçando uma distinção entre humanidade e qualquer outro grupo de seres vivos do planeta.

A modernização reflexiva é analisada como novo momento histórico da modernidade causado pelos efeitos do processo industrial das sociedades ocidentais que se acumularam durante o processo de modernização (FERREIRA, 2006). Trata-se de um processo que, de certo modo, acredita em possibilidades de uma reforma ecológica da modernidade, nessa perspectiva, a ciência e a tecnologia são elementos de significativa importância, pois podem contribuir diretamente para mudanças no processo produtivo.

Em ambas as perspectivas, as questões ambientais são pensadas para a manutenção da cadeia de produção, dessa maneira, o mercado utiliza os elementos presentes na natureza para atendimento de demandas e produção de lucro. É preciso ressaltar que, com relação à produção de demanda, essa pode ser facilmente criada por estratégias publicitárias (HANNIGAN, 2009). Assim, se a cadeia produtiva é agressiva com os ecossistemas, entrando em conflito direto com as características de defesa ambiental, o Estado, enquanto instituição,

assume um papel regulador, procurando equilibrar-se entre seus papéis de facilitador da acumulação de capital e de regulador dos usos dos recursos naturais.

O impasse presente nessa concepção ocidental de natureza possui alguma dialética, e a resposta a esse processo de contradições que produz degradação ambiental é a criação de áreas protegidas (ACSELRAD, 2009), pois estas, além de atenderem a uma demanda pública de proteção ambiental, são percebidas pela cadeia produtiva como reservas de recurso para futura geração de mercadoria.

A modernidade ocidental transformou a concepção de natureza em cenário, colocando a atuação humana como principal. Essa simplificação desarticula a consistência ontológica da natureza, agregando aos espaços naturais os sentidos de reservas de recursos e posterior armazém de resíduos (OST, 1995).

O regime de um dualismo na concepção de natureza cria um impasse, pois se concentra na retenção da diferença entre humanos e não humanos, ocultando o vínculo que há entre sociedade e natureza, uma relação que, por existir, não implica na redução de um ao outro. A oposição entre esses segmentos é tão antiga como moderna, mas entre esses elementos entendidos como antagônicos existem vínculos, pois um não transita sem o outro, e cada um contém, ainda que eventualmente, uma parte do outro (OST, 1995, p. 21). Desse processo ocorrem interações que elaboram e redefinem os termos da própria existência.

Os tipos de relações pautadas nesse modelo que distancia sociedade e natureza negam às interações o seu transcorrer nesses lugares, ou ainda em relação aos mesmos, atribuindo ao Estado formas de intervenção e limitando a participação dos atores em relação direta com esses lugares, deixando terras a margem de uma especulação futura, possivelmente condicionada a uma flexibilização legal das categorias de áreas protegidas. Sobre o processo de formação desse modelo de natureza, Hannigan exemplifica:

De vez em quando o Estado necessita se engajar num grau limitado de intervenção ambiental com o objetivo de barrar a degradação de recursos naturais e aumentar a sua legitimidade para com o público. Por exemplo, na era progressista da política americana, no fim do século dezenove e começo do século vinte, o governo americano respondeu ao desmatamento descontrolado, mineração e caça em territórios selvagens expandindo sua jurisdição sobre o meio ambiente. Especialmente sobre a presidência de Theodore Roosevelt foram criadas florestas nacionais, parque e santuários de vida selvagem, colocaram-se e regras para uso de terras públicas e restringiu-se a caça de espécies. Isto foi feito, contudo, mais por cauda de um desejo de aumentar a eficiência industrial (HAYS, 1959), regular a competição e garantir um suprimento estável de recursos (MODAVI, 1991), como também do senso de fúria moral. Da mesma forma a emergência súbita de resíduos tóxicos como matéria primeira da mídia nos anos de 1980 levou o Congresso dos Estados Unidos a esforços para passar uma nova lei de “Superfundos” que daria ao governo autoridade e mecanismos fiscais para assumir operações de limpeza sem primeiro ter que identificar legalmente as partes responsáveis (HANNIGAN, 2009, p. 41).

Essas elaborações entrelaçadas no processo de produção de categorias de proteção da natureza foram se tornando construções tidas como necessárias por conta do tipo de relação que se formou entre a sociedade e natureza, pois nesse transcurso foi sendo estabelecida uma distância entre ambos, e se constituindo intentos próximos de ideias utilitaristas, ou, ainda, de dominação e extração de elementos da natureza. Esses passam a ser tratados e geridos como recursos, instrumentos ou meios necessários à produção de mercadorias (ACSELRAD, 2009).

A organização por meio de categorias de proteção da natureza seria, de acordo com essa lógica de classificação, uma forma de poupar recursos e responder a alguns dos problemas relativos à noção de degradação, que ao longo do tempo, por seus efeitos evidentes, tornou-se um problema social (HANNIGAN, 2009).

Sobre essa característica da questão ambiental ser interpretada como problemática social, Fuks (2001) destaca duas abordagens, uma pautada na alegação de que a preocupação e mobilização social são reações esperadas diante do processo de desgaste ambiental, supondo que os fenômenos sociais relacionados à problemática ambiental possam ser entendidos através das condições objetivas que as produziu. A outra desloca o foco das condições objetivas, considerando também o processo social de construção do meio ambiente como problema social.

É na segunda perspectiva que se entende que os problemas ambientais são enunciados enquanto questões relevantes a partir de mobilizações e grupos, em outras palavras, tais questões não adquirem visibilidade sem que certos grupos e atores as tornem assunto de responsabilidade pública. Assim, atores que participam da arena de disputa em torno dos assuntos públicos não podem ser observados como simples narradores da questão ambiental, pois podem estar agindo de acordo com interesses e formas próprias de conceber a Natureza (FUKS, 2001).

Essas reflexões permitem pensar as ações em torno da APA do Itapiracó como parte de um processo social em construção, que ao reunir pessoas dos bairros busca dar visibilidade às questões de uso e possibilidade de uso do território da APA. Desse modo, se estabelece um contexto em que as discussões ambientais e, mais especificamente, uma discussão sobre lugares de natureza na cidade, são levadas ao poder público como demanda necessária. Por essa razão, os moradores do entorno da unidade de conservação procuraram se organizar em um movimento que intitularam como “Em defesa da APA”, para se inserirem em redes de discussões relacionadas à temática ambiental e sua transversalidade, bem como estabelecer contatos que pudessem favorecer o fortalecimento e a visibilidade das questões relativas a essa unidade de conservação.

A maneira pensada para enfrentar a problemática que se configurava foi usando as formas que se apresentavam como adequadas a cada momento, e a primeira parte da questão consistiu em dar notoriedade ao fato de que na APA do Itapiracó havia uma tentativa de construção de uma empresa privada que visava lucrar em solo público. Isso possivelmente acarretaria a intensificação das problemáticas e a degradação de uma natureza relacionada aos bairros, seja pelas amenidades, qualidade de vida ou memórias afetivas que se confundem com as histórias de vida. Nesse processo, os moradores fizeram uso de comunicação em programa de rádio local, blogs, redes sociais, e jornal impresso que circulava em bairros da região. Em trecho de uma das entrevistas, Dorian Azevedo descreve esse processo de alcance dos bairros para o engajamento nessa mobilização, quando lembra:

[...] fizemos várias reuniões em colégios, fizemos reuniões no batalhão, então nós usamos uma estratégia de itinerância, nós resolvemos usar a metodologia das reuniões em itinerância, no entorno da área de proteção, da área ofendida. E isso pegou a avenida do Solar dos Lusitanos, fizemos reuniões no Alto do Itapiracó, na Terra Livre e Canudos, fizemos várias reuniões. Esse processo metodológico o FOCCO (Fórum Comunitário do Complexo Cohab- Cohatrac) já utilizava em uma de suas ações que era o “CineFOCCO”. Nos reunimos várias vezes, batalhão de polícia, escolas, associações comunitárias do entorno, do Terra Livre, Altos do Itapiracó, reunião nas igrejas, então a gente fez uma série de reuniões onde foi discutido com a comunidade o que se fazer. Se expõe o problema, o problema da violação desse direito ambiental, se expos a comunidade esse problema e se pensou o que fazer. Aí fomos trabalhando esse processo em construção, uma construção coletiva, tivemos reunião com muita gente, eu tinha um dossiê com listas de frequência com muita gente, desde ocupantes lá das Chácaras do Itapiracó, presidente de associação da Chácara do Itapiracó, todos os entes, todos os atores foram se mobilizando por conta de seus interesses, eles estão ali dentro e viram possibilidade de fazer alguma coisa. “Ah! Tão se mobilizando pela APA, nós vamos pra lá, pra tentar também ver a questão da titulação das nossas terras” (Dorian, 02/12/2021, grifo nosso).

O envolvimento de organizações, movimentos sociais e comunidades locais os levam a estabelecer relações com instituições públicas (Figura 20) e a mobilizarem órgãos judiciais para cobrar ações sobre suas demandas locais relacionadas à natureza. E, nesse mesmo processo, essas mobilizações sociais empenham esforço para acompanhar e participar das decisões referentes às demandas. Por essa razão, a mobilização do direito a partir de uma organização social é empregada para que objetivos condizentes aos interesses e valores da organização sejam concretizados. Ressalta-se, aqui, a pertinência dos repertórios como um formato usado na ação coletiva, que dependem da forma como essas redes de ação coletiva se organizam na prática. Assim, condicionado ao contexto, o direito pode ser caracterizado como parte desse repertório de ação coletiva em arenas que definem problemas ambientais (LOSEKANN, 2013).

A aproximação dos componentes do Fórum das temáticas ambientais exigiu dos moradores que procurassem alguma especialização referente à formação e manutenção legal de Unidades de Conservação. Esses moradores procuraram, então, entender termos e conceitos que se apresentam em leis como a do Sistema de Unidade de Conservação (SNUC), as formas pelas quais poderiam participar do processo de gestão da unidade de tipo APA, bem como sobre os instrumentos e documentos que autorizam e descrevem quais usos são pertinentes a Áreas de Proteção Ambiental.

Figura 20- Reunião com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Maranhão



Fonte: Fórum da APA do Itapiracó (2018).

Foi articulando as características analisadas que as atividades da mobilização chamaram a atenção da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), que formulou representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), informando a instalação de placas de venda de lotes no interior da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó por uma empresa de engenharia e construção. A apuração do MPF mostrou que a empresa que estava loteando não é proprietária do terreno, estando sua propriedade do outro lado da avenida que faz limite com a APA, em local diferente de onde se situava a placa de venda, ou seja, as

terras da APA do Itapiracó não podem ser comercializadas por estarem totalmente situadas em terras da União.

Desse modo, em novembro de 2018, o MPF propôs uma ação civil pública na justiça federal pedindo que os responsáveis fossem condenados, não podendo promover a venda ou atos de alienação do imóvel no interior da APA, a placa foi retirada por funcionários da SEMA (Figura 18) e foi emitida uma liminar favorável no mesmo ano, que foi posteriormente confirmada por sentença.

A produção dessas relações também é marcada por momentos tidos como simbólicos e que sinalizam certo processo de institucionalização pelo reconhecimento de uma luta relacionada à pauta ambiental. Esses momentos são marcos na formação do Fórum da APA do Itapiracó, sendo tratados por membros como Camilo Rocha, que esteve desde o início dessa construção, como aspectos que contribuíram para a oficialização do FAI.

É que esse momento de março seria como nossa data de fundação. Na verdade, assim, com essa reunião a gente oficializou o FAI, porque nela estava representada o poder executivo, o poder legislativo, a comunidade e a academia de alguma forma também estava lá. Foi um encontro cheio de muitos participantes, bombeiros, polícia, diversas autoridades. Foi bem interessante o momento lá, e foi apresentado a linha do tempo que a gente fez, que resgata a criação da APA desde de 97, e aí com a inserção das pessoas lutando pela APA, e dentro da plenária foi apresentada a linha do tempo porque resgataríamos um pouco da história, chegando até aqui e daqui pra frente centrar, concentrar esforços pra ir continuando em favor da preservação, então foi muito interessante (Camilo Rocha, 02/12/2021).

Desse modo, no dia 17 de março de 2018, em uma audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão- ALEMA, na Faculdade Pitágoras, o Fórum da APA do Itapiracó se institucionaliza e se apresenta oficialmente como entidade de defesa dessa unidade de conservação (Figura 21).

Figura 21- Audiência Pública de oficialização do FAI



Fonte: Fórum da APA do Itapiracó (2018).

De acordo com Losekann (2013, p. 319), é preciso considerar que as formas de interpretação que mobilizam a ação coletiva não são elaboradas apenas pela união de formas ideológicas e daqueles que as sustentam, mas pela negociação de ideias e ações entre os atores. Assim, as formulações que foram sendo discutidas pelos moradores nas reuniões que ocorreram antes de irem às ruas em protesto foram geradoras de um processo de caracterização do que seria certo ou errado, justo ou injusto, resguardando ou não a complexidade dos fatos que fogem a essa classificação. Destaca-se, aqui, a negociação dessas ideias e seu compartilhar, pois produzem uma compreensão da realidade minimamente partilhada por aqueles que estão envolvidos em uma ação coletiva.

4.2 Organização do FAI

Os atores que compõem o Fórum em defesa da APA do Itapiracó são, em sua maioria, dos bairros do entorno, e em geral apresentam alguma instrução educacional. Essa característica é articulada às pautas levantadas pelo movimento, em que as formações técnicas ou acadêmicas desses atores são empregadas para organizar maneiras de atender às demandas, elaboração de metodologias e de documentos que reforcem e fundamentem os sentidos da causa defendida. Esses atores procuram as ferramentas presentes no próprio sistema de criação das

unidades de conservação para se instrumentalizarem nos debates referentes à APA, e associam esses aspectos a uma estrutura de mobilização de base comunitária disposta em reuniões abertas, composição de coordenação e comissões técnicas especializadas.

Em seu regimento interno, o Fórum se coloca como estrutura permanente de discussão, formado por movimentos sociais, redes da sociedade civil, associações, cidadãos interessados, estudantes, juventude, centros de ensino, entidades religiosas, entre outros. A estrutura do FAI é organizada em assembleia geral, diretoria executiva e comissões técnicas especializadas. O movimento coloca a assembleia geral como instância deliberativa em que seus membros (pessoas físicas ou jurídicas) podem votar desde que tenha filiação homologada, a diretoria executiva é composta pelos cargos de coordenador, vice coordenador, primeiro secretário e segundo secretário.

A estrutura do Fórum conta ainda com as câmaras temáticas ou comissões técnicas especializadas (CET's), que, por sua vez, dividem-se em: Comissão de Articulação e Mobilização (CAM-FAI), Comissão de Estudos e Pesquisas (CEP-FAI), e Comissão Jurídica (CJ-FAI). A comissão de Articulação e Mobilização é responsável por criar e cuidar das redes sociais do movimento, atrair novos membros e participar de eventos de interesse do FAI, a comissão de Estudo e Pesquisa procura propor estudos e desenvolver pesquisas sobre questões ambientais relativas aos objetivos do Fórum, propor campanhas educativas e buscar alternativas tidas como sustentáveis, e a comissão jurídica tem a responsabilidade de assessorar e representar juridicamente o FAI, analisando legislação sobre questões ambientais, e termos de parceria e cooperação, dentre outras tarefas.

Essa forma de organização aparenta ter sido construída nesse modelo um tanto quanto burocrático, aproximando-se de formato de associações ou entidades sociais, para adquirir institucionalidade e uma base de funcionamento comunitário, bem como manter em aberto as possibilidades de operar sobre questões tidas como amplas e que relacionadas a pautas ambientais possam ser apropriadas e discutidas pelo Fórum. A partir de análise de entrevistas se percebe que essa estrutura organizativa pode ser entendida como um elemento que agrega na representação das pautas e contribui na formação de parcerias.

Para efeito organizacional é dividido em uma executiva, dentro dessa executiva há a figura do coordenador, do vice coordenador, do primeiro e segundo secretário, não temos tesoureiro, porque não é uma pessoa jurídica, é um Fórum, onde congregam-se diversas instituições governamentais ou não governamentais, pra facilitar as soluções a gente também tem as comissões técnicas especializadas, e aí se dividem em comissão de ensino e pesquisa, te a comissão de mobilização e articulação e mobilização e não poderia deixar de ter a comissão jurídica, que é para que possamos ter os instrumentos que nos dão os fundamentos para trilharmos os caminhos corretos,

pra que lá na frente quando a gente bater na porta de um órgão termos as portas abertas e que permaneçam abertas. É mais ou menos assim que se divide o Fórum da APA do Itapiracó (Mauro, 30/11/2021).

Assim como outras mobilizações organizadas a partir de grupos que percebem a necessidade de agregarem a certas demandas o status de problema social/ambiental, o FAI emprega nessa construção o conhecimento e a trajetória de seus integrantes. Eles podem vir a contribuir em bens materiais, organizacionais e simbólicos, conferindo ao grupo o alcance de alguns de seus objetivos.

É preciso observar que tornar o assunto público permite uma maior participação em diversas arenas, mesmo as que não necessariamente foram formadas para se discutir a conceituação e o controle (poder) sobre pautas referentes à questão ambiental. Porém, nas arenas em que o conceito se torna alvo de disputas, a exigência de conhecimentos técnicos pode restringir a participação, os interesses e a legitimidade daqueles que se coloquem no debate, por essa razão, é uma estratégia relevante para o Fórum manter componentes e contatos especializados (FUKS, 2001).

A ação política exige atenção para quem compõe a arena que discute as decisões que incidem sobre a APA, e o Fórum aparenta operar com essa disputa mantendo relações com instituições e com pessoas físicas, procurando acioná-las de acordo com as exigências da arena de discussão. Em entrevista, o coordenador descreve quem são os componentes do Fórum em Defesa da APA do Itapiracó e como essas relações podem ser empregadas nas práticas:

Dentro do Fórum da APA do Itapiracó, que é formado por pessoas físicas e jurídicas, temos aberto diálogo com instituições privadas, mas também públicas [...] Ainda que as vezes a pessoa ache que não tem um papel relevante, mas a gente sabe que com a soma das partes é que se faz o todo, então se somos fortes hoje é porque é formado por diversos membros, e esses membros apesar de suas dificuldades, apesar de suas atribuições profissionais, questões familiares, afinal estamos passando por uma pandemia. *Mas ainda assim, não podemos arredar o pé daquilo que nos incumbe que é a defesa da nossa causa comum, então a gente tem a participação, a colaboração de cientista político, de historiador, de biólogo, de pedagogo, de arquiteto, de pessoas que tem conhecimento estratégico militar, tem outros que trabalham na questão da própria advocacia, e outros que não tem uma formação em si, mas que tem muita boa vontade de tá colaborando. Enfim, diante das problemáticas a gente tenta verificar aqueles melhores atores para trazer as melhores soluções, se o problema é o resíduo ou o esgoto sendo lançado, como constatamos no rio Itapiracó, a gente contou com a participação do Marcos Silva, que é Supervisor/ Coordenador Socioambiental da CAEMA, então isso é de fundamental importância, porque muitas vezes a minha formação em advocacia fica limitada a um parecer, a um relatório, a algo mais técnico de um especialista. Mas o grande problema ou o grande lance dessa nossa construção coletiva é não nos isolarmos nas especialidades, porque a vida é complexa e são essas especialidades que as vezes estão ali isoladas nas suas caixinhas não conseguem se conectarem, se comunicarem com outras disciplinas que são necessárias, é apenas a título formativo ou pedagógico que existem essas divisões. Na verdade, a vida é complexa e tá tudo conectado [...] a nossa conexão não se limita a isso, é na nossa vivência, na nossa convivência, aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer, isso tudo são competências que a pessoa aprende na*

prática, a teoria é importante, mas é a prática que vai demonstrar qual caminho a gente deve seguir (Mauro, 30/11/2021, grifo nosso).

Nesse contexto, a aproximação e a procura dessa mobilização por pessoas relacionadas com a unidade de conservação, atores envolvidos com temáticas da questão ambiental, órgãos da gestão pública, organizações comunitárias e não governamentais que possuem preocupações relativas à discussão, tornou-se elemento necessário. E pode, em certa medida, ser entendida pelo que aponta Fuks (2001, p. 26), quando analisa que “nem todos os segmentos ou estratos da sociedade participam da composição da questão ambiental como problema social”. As interpretações e demandas que se apresentam nesta arena estão relacionadas a grupos sociais que possuem recursos, sendo estes organizacionais e simbólicos, para a condução de suas demandas ao campo judicial, ou outra arena pública que precise ser acionada para legitimar sua participação ou a concepção de natureza que sustenta.

Os atores envolvidos na questão ambiental da APA do Itapiracó também observam a possibilidade de transpor suas ações entre escalas das esferas políticas, conduzindo-as conforme necessário entre as esferas municipais (São Luís e São José de Ribamar), estadual e federal. Para que essa transposição ou deslocamento de ações possam acontecer, os atores precisam estar atentos à porosidade das decisões entre as instâncias de poder (LOSEKANN, 2013). Ao descrever o papel do Fórum como um espaço de diálogos e instrumento de resistência, o coordenador destaca aspectos relativos à mudança de gestão e transposição de esferas, comentando que:

Quando a gente sabe que a sensibilidade por parte da gestão pública é bastante difícil. Então, a manutenção do diálogo e a existência de um Fórum como esse é fundamental, porque ele não deixa essa centelha, essa chama morrer. Gestão municipal a cada quatro anos muda, gestão estadual também, mas a comunidade não muda, as problemáticas continuam as mesmas, e se o diálogo é iniciado em uma gestão e interrompida numa outra gestão, as políticas públicas certamente podem não serem efetivadas. Então, a gente continua na expectativa de manter essa caminhada, esse diálogo. E onde quer que seja necessário fincar o nosso pé, darmos a nossa parcela de contribuição, seja no âmbito local, seja no Estadual e quiçá no Federal a gente vai tá colaborando (Mauro, 30/11/2021).

A questão ambiental aproxima pessoas de diferentes segmentos da sociedade. Essa potencialidade é também responsável pelo processo de “fluxo da ação”, conceito interpretado como afinidades de luta entre atores que desempenham distintas ocupações ou posições em sociedade civil ou no Estado, transitando nas discussões ou operacionalização da questão ambiental local (LOSEKANN, 2013). A percepção dos fluxos de ação exercita uma forma de análise que tenta não dicotomizar a relação entre Estado e sociedade, mas os entende como

heterogêneos e ambivalentes, com aspectos em disputa, e que, a depender das circunstâncias, influenciam na dinâmica da contestação ou cooperação.

Mesmo que se criem redes de contato entre movimentos e instituições públicas, essa ação não é elaborada sem alguma criticidade, pois ocorre o monitoramento daquilo que está sendo cobrado ou solicitado pelos atores envolvidos em questões relativas a APA. Desse modo, pode haver contestação por meio de repertórios de ações coletiva, como protestos em lugares públicos, abaixo-assinados e ações civis públicas, quando a comunidade interpreta que sua perspectiva foi negligenciada. É preciso ressaltar que essa possibilidade não inviabiliza a atuação conjunta entre movimento e instituições públicas, ou mesmo qualquer outro ator de sua rede, mas antes reforça o aspecto relacional presente em questões ambientais. Em trecho de entrevista, Mauro Carramilo Jr., na condição de coordenador do FAI, retrata esse aspecto:

[...] conscientes e de pé no chão, com otimismo crítico, e saber que as coisas acontecem onde a gente mora, é na comunidade onde a gente vive, é nos bairros, são nas ruas. Enfim, é na praça pública, é na manifestação, é uma passeata, que são instrumentos que existem a muito tempo, e aí por exemplo, um abaixo assinado que muitos vezes não damos valor, mas é um instrumento de pressão popular mais antigo que há, e ainda hoje surte seus efeitos, se você que elaborar ou lutar por uma política pública, ainda hoje o abaixo-assinado é válido, e fizemos uso desse instrumento no início da nossa caminhada contra o loteamento, e aí recentemente tivemos a conquista de sentença procedente por parte do Ministério Público Federal, uma ação ajuizada na justiça federal, e que definitivamente ali fica claro que esse pretenso proprietário dessa parte da APA do Itapiracó, do loteamento, perdeu pra justiça, essa intenção dele foi prejudicada, porque ali ficou consignado que a APA do Itapiracó é da comunidade, é do poder público, o poder público que tem a titularidade de preservar essa unidade de conservação e um empreendimento privado que visa o lucro, nada mais, nada menos ferir a constituição (Mauro, 30/11/2021).

A ação coletiva analisada através do Fórum e a organização desse movimento a partir da unidade de conservação do Itapiracó articulam a formação de uma questão ambiental, que se apresenta através de participação em arenas que discutem seus distintos aspectos, a formação de parcerias, uso de estratégias que divulgam os motivos da mobilização e uma atuação prática promovida através de ações e projetos.

4.2.1 Parcerias e articulações do FAI

As ações e os repertórios dos moradores do entorno da APA atuam principalmente em duas direções que podem ser percebidas como relacionadas; uma em que os moradores se envolvem em atividades de uso e cuidados com a APA, promovendo ações de limpeza nas trilhas, prática de trilhas ecológicas, registros de pontos em que estão sendo descartados resíduos sólidos, encontros feitos dentro ou nos arredores da APA e cuidados com praças e

espaços públicos próximos a esta unidade; outra em que esse grupo procura chamar a atenção do poder público através de narrativas de uso, produção de relatório, projetos em escolas e rodas de conversa com pessoas que trabalham com temáticas ambientais.

Losekann (2001, p. 334) reflete que os significados dos movimentos sociais vão sendo formados e reformados à medida que os ativistas que o compõem não são isolados de outros atores sociais, assim os sentidos das lutas não são externos à ação de seus atores, sendo possível entender que o movimento em construção em torno da APA reivindica e atribui sentido as suas lutas a partir das vivências e relações que se cruzam nesse mesmo lugar.

Os tipos de reivindicações levantados pela mobilização em torno da APA podem ser entendidos como resultado de um engajamento que correlaciona aspectos da natureza desse espaço de conservação às condições sociais de vida nos bairros que estão em suas proximidades e interior. Desse modo, verifica-se que por meio de ações práticas e discursivas os moradores de alguns dos bairros do entorno da APA acionaram a legislação, as redes e mídias sociais e os contatos estabelecidos com figuras de influência para a proteção de suas relações com a unidade de conservação, buscando conter danos à saúde por conta da poluição, a continuidade de um espaço que lhes proporciona lazer, as possibilidades de geração de renda através do uso equilibrado da APA e a manutenção de alguma qualidade de vida. Algumas dessas parcerias que o FAI criou e tenta manter são descritas em trecho de entrevista com Dorian Azevedo:

[...] esse processo ele foi, e gosto de dizer isso, porque isso é o que aconteceu, teve uma dinâmica muito interessante, as reuniões, o envolvimento, ampla divulgação, que a publicidade, a mobilização, a sensibilização através dos meios de comunicação, nós tínhamos na época o jornal do bairro, nos colocamos na rádio, o programa Fala Comunidade fez diversas inflexões sobre esse processo. Então houve uma divulgação grande, uma repercussão muito grande, e então nós temos que pensar que as ações de fundo coletivo, nascidas no seio da comunidade pra elas se efetivarem também precisam fazer... É o Estado né, nós não podemos nos eximir da existência do Estado, e dos poderes que compõe esse Estado, e aí nós fomos, nós tivemos uma adesão, primeiro do deputado Bira do Pindaré que para além de ser um deputado, eu não tô fazendo campanha aqui pro Bira, mas Bira muito engajado com sua trajetória de vida nos movimentos sociais e aí ele fez contato, na época estava como reitor do IEMA, Secretário da Ciência e Tecnologia, aí a FAPEMA com Profº Alex, e nós começamos a articular esses atores, esse atores importantes para a construção efetiva do Fórum e nós então trabalhamos a logística, fizemos todo o movimento preliminar ao encontro macro, no teatro Fiquene, atualmente Faculdade Pitágoras (Dorian, 02/12/2021).

Nesse esforço os envolvidos mobilizam seus quadros interpretativos procurando relacionar as problemáticas sociais à dimensão ambiental, apontado aquilo que classificam como injustiça ou descaso das esferas responsáveis e articulando os atores que podem fomentar esses apontamentos, bem como desencadear possibilidades de soluções apropriadas, demarcando de maneira constante a necessária participação de movimentos relacionados à pauta ambiental e a APA do Itapiracó. Observa-se através da entrevista com o coordenador que

as parcerias estão associadas às problemáticas que vão sendo identificadas pelo Fórum, ele aponta que procuram envolver atores que possuam alguma relação de trabalho com tais assuntos, e afirma:

No que tange às parcerias, elas vão de acordo com as problemáticas a serem enfrentadas, se a competência quanto a questão de resíduo incube ao município, então o dialogo tem de ser aberto com o município, porque a gente sabe o que o poder privado ou a iniciativa privada pode fazer tudo aquilo que não seja contrário a lei, e o poder público só pode fazer aquilo que está prevista na lei, é o princípio da legalidade. Isso pra comunidade, pra evolução da humanidade é como se fosse um impedimento, precisa ser superado, a superação só é possível com esses novos movimentos, como esses novos empreendimentos econômicos solidários, sociedades cooperativas, no âmbito municipal essa parceria, então pra questão de resíduos sólidos, um exemplo básico, o dialogo tem que ser feito com a Secretária de Meio Ambiente, quanto a questão de pesquisa, ou vamos dizer de diagnóstico de alguma problemática que tem a ver com a questão da natureza a gente busca uma instituição de ensino superior ou um estudante da área, ou um profissional pra resolver a questão. Se a questão é uma titularidade de terras, que é uma problemática gritante da unidade de conservação, segundo o decreto são 322 hectares, mas de acordo com o IMESC, hoje é muito menos do que isso. A gente no relatório coloca esse problema e a solução é uma lei nova que defina o real limite dessa unidade de conservação, então você vê que o dialogo já é com a Assembleia Legislativa do Estado, questão de agricultura familiar já é uma outra instituição que pode ser buscada, inclusive já buscamos por exemplo a EMBRAPA, a AGERP e a SEMAPA (Mauro, 30/11/2021).

A percepção do Fórum como um instrumento de controle social permite aos moradores pensarem em outros embates em arenas jurídicas, observados a partir do interesse de revisão das dimensões da APA presente no decreto de criação, assim como do seu plano de manejo, ambos instrumentos legais presentes nesse modelo ocidental de organização da natureza, e que por percepções e situações cotidianas vividas pelos moradores têm seus sentidos questionados no uso e na aplicação da lei.

O Fórum, nesse contexto, pode ser entendido como uma mobilização que envolve associações, pois procura relacionar uma rede de ativismos, sejam estes formais ou informais, pessoas relacionadas a partidos políticos, universidades, ONGs, associações locais e setores públicos e burocráticos do Estado. Essa articulação em rede é entendida por Losekann (2013, p. 338) como relevante para as mobilizações, pois coloca em conexão diferentes atores e performances envolvidas com a questão ambiental, proporcionando uma leitura ambientada das problemáticas que expõem mais nitidamente a relação entre sociedade e natureza.

Há a possibilidade de entender o Fórum como uma modalidade de confronto que não se coloca nem como para-institucional nem como anti-institucional (LOSEKANN, 2013), mas como uma mobilização que se concretiza criando relações com a burocracia e proximidades com instituições, objetivando tratar alguns aspectos considerados entraves para o tratamento das demandas entendidas pelo Fórum como socioambientais, uma forma de operar que,

paradoxalmente, concilia formas de cooperação e confronto. Essas características são encontradas em colocações do coordenador do FAI, pois em entrevista, Mauro Carramilo Jr. descreve a importância das parcerias e de instrumentos como a denúncia por parte dos movimentos:

[...] as soluções para os problemas exigem atores diferentes. A denúncia é um instrumento que pode ser utilizado, mas denúncia sem proposição de uma solução ela é infecunda. Então ao passo que a gente denuncia carregamos a responsabilidade de dar os caminhos pras soluções, e para isso contamos com os técnicos, com os membros que compõem o Fórum e outros atores, como por exemplo, as parcerias advindas da nossa colaboração junto ao Fórum Estadual de Educação Ambiental (FEEA), onde ali a gente pode ter a felicidade de fortalecer laços afetivos com Ministério Público, promotores de justiça do Meio Ambiente, o Conselho Estadual de Educação Ambiental (CEE), do qual ressalto a figura do professor Roberto Mauro Gurgel, professor emérito da UFMA, agrônomo por formação, ressalto também a participação do Drº Sálvio Dino, além de advogado, é um especialista na área de direito ambiental, e inúmeros outros atores, como por exemplo o desembargador Cleones Cunha que tem um trabalho referente a difusão do direito ecológico. [...] as parcerias são fundamentais, sem as parcerias não tem como fazermos o que a gente faz (Mauro, 30/11/2021).

Os integrantes do Fórum da APA do Itapiracó, por vezes, articulam as questões referentes à conservação dessa unidade com abordagens transnacionais, e isso ocorre quando fazem associação entre a questão ambiental local e aquela discutida em âmbito global. Desse modo, quando são empregadas expressões como “a APA do Itapiracó é um pedaço da floresta Amazônica” ou “cuidar da natureza da APA não é só uma questão local, é uma questão de importância global”, demandas do lugar são ressignificadas e adquirem características antissistêmicas e contra-hegemônicas (ESCOBAR, 2005), uma vez que admite-se o sentido ampliado da discussão ambiental desse lugar, sem hierarquicamente posicioná-lo em uma sustentabilidade que alimenta ou retroalimenta o capital global, mas que esteja particularmente atenta a demandas do lugar. Durante a entrevista com Mauro, essa interconexão das questões ambientais associada a argumentações globalmente difundidas foi observada como parte das ações do movimento, que permite transitar em diferentes esferas relacionadas à temática ambiental. Assim ele relembra:

Dentro desses três anos de existência a gente teve oportunidade de ser convidado para participar da coordenação do Fórum Estadual de Educação Ambiental (FEEA), um pouco mais novo, mas não menos importante, até mesmo pelos brilhantes membros e membras que compõe esse fórum de âmbito estadual. Mas considerando a defesa dessa nossa APA, Papa Francisco fala muito da defesa da casa comum, fala muito da defesa da Amazônia, é o tema mais em voga hoje em dia, não só no Brasil, mas a nível mundial, então se a gente parar pra analisar que a APA do Itapiracó é um pedaço da floresta Amazônica, então quer dizer que a gente tá nessa discussão de âmbito local e que pode servir de parâmetro para nível estadual, que foi esse o convite que nos fizeram, até a gente achava que fazia pouca coisa, mas no decorrer do tempo observamos que dentro desses três anos de existência, modéstia a parte, somos um movimento, uma organização não governamental, um Fórum constituído formalmente que tem prestado relevante serviço, não só na defesa da APA do Itapiracó, mas sido

referência para outras comunidades, no que tange ao processo de articulação e mobilização. A resolução de nossos principais problemas dentre os quais a questão das mudanças climáticas necessita dessa cosmovisão, dessa visão holística (Mauro, 30/11/2021).

Nesses últimos anos, a atuação do Fórum fez com que seus integrantes analisassem que a questão ambiental erguida a partir da APA do Itapiracó relaciona-se a temas mais amplos e que o processo de organização e mobilização está intimamente atrelado às parcerias que conseguem desenvolver. Essa perspectiva os conduziu à ocupação de posições em outros fóruns institucionalizados, como o Fórum Estadual de Educação Ambiental (FEEA), ao convite para participar da municipalização da educação ambiental nos quatro municípios da região metropolitana de São Luís, a construírem relação com projetos do governo como a Escola Ambiental do Maranhão e o programa Agente Jovem Ambiental (AJA). O Fórum tenta articular a execução do “Programa Guardiã”, projeto construído pela coordenação e voltado à educação ambiental de jovens do interior e entorno da APA do Itapiracó. Essas questões são narradas pelo coordenador quando descreve quais os projetos que o FAI tem se envolvido:

[...] as parcerias são fundamentais para movimentos como esses, se não existirem as parcerias se torna impossível defender uma unidade de conservação, defender a coleta seletiva de porta em porta, porque exigem tanto recursos humanos quanto financeiros e o Plano Estadual de Educação Ambiental (PEEA) prevê isso, que há a necessidade de apoio, de fortalecimento, de incentivo da educação ambiental não formal. O que a gente faz muito é a questão da educação ambiental não formal, mas considerando que essa divisão é apenas pedagógica, a título de organização a gente sabe que o trabalho com educação ambiental formal é necessário, e aí a gente exige a associação entre a gestão escolar e, vamos dizer assim, a gestão ambiental. A unidade de conservação existe ali, ela tem que cumprir sua função ecossistêmica, e existem instituições de ensino superior ao redor, existem instituições de ensino ao redor, existe um plano estadual de educação ambiental também que é o nosso guia. Então aquilo que a gente constrói, como por exemplo, um programa desse (Programa Guardiã) é de fundamental importância, tá fundamentado no Plano Estadual de Educação Ambiental. A gente tem colaborado também na municipalização da educação ambiental nos quatro municípios da região metropolitana, esses diálogos, essas construções, são as nossas perspectivas, programa Guardiã com alguns projetos que tem a ver com implementação do Plano Estadual de Educação Ambiental, posso citar a questão da gestão de resíduos sólidos, questão dos recursos hídricos, a retirada de plástico de dentro do rio tem a ver com política de defesa dos recursos hídricos, o próprio apoio a unidade de conservação é uma das temáticas que estão dentro do PEEA, a questão do diálogo com as instituições de ensino superior é a sétima temática do PEEA, combate ao desmatamento e a incêndios com o diálogo que a gente tem feito com o próprio corpo de bombeiros militar, é uma outra temática que tá dentro desse programa “Guardiã”. A gente sabe que os problemas são muitos, então as soluções e parcerias tem de ser variadas e de mesma força pra poder efetivar aquilo que a gente acredita (Mauro, 30/11/2021).

As mobilizações de cunho ambiental desenvolvidas pelos moradores do entorno da APA do Itapiracó, assim como outros movimentos, precisam articular um conjunto de interações para que suas pautas sejam conhecidas e novos membros possam aderir à luta. Por essa razão, uma rede de relações formais e não formais vai sendo elaborada, ocorrendo interação

com uma multiplicidade de atores, grupos e organizações com similaridades e aproximações com a identidade pensada para o Fórum.

As relações mantidas pelo Fórum e os grupos com os quais estabelece vínculo estão engajadas em discussões políticas e/ou culturais, característica evidenciada pela relação mantida com outros movimentos que discutem participação comunitária na gestão e organização dos espaços públicos, como seriam os casos do Fórum Comunitário do Complexo Cohab/Cohatrac (FOCCO), do Movimento Popular de Lutas Urbanas no bairro do João de Deus (MPLU), do Comitê da Praça das Árvores e do Instituto Empoderar-se. Mobilizações que promovem ações voltadas a lutas urbanas e ambientais, acesso a serviços, melhoria da estrutura de bairros, oferta de capacitação e desenvolvimento do conhecimento da população, orientações referentes à assistência social, direitos das mulheres e combate à violência de gênero. Esses outros movimentos possuem suas pautas próprias e se articulam em diferentes instâncias às problemáticas ambientais, aspecto que explica a manutenção de relação com o Fórum em Defesa da APA do Itapiracó.

A manutenção dessa rede de relações torna-se necessária para que estruturas de oportunidade sejam melhor aproveitadas, e para que em situações de adversidade esses movimentos possam promover apoio mútuo e salvaguardar a existência de sua pauta central, bem como projetá-la a outras arenas, ampliando seu potencial de atuação em demandas relativas a questões diretas e indiretamente relacionadas ao problema ambiental dos lugares (LOSEKANN, 2013).

4.3 Formação do conselho consultivo da APA do Itapiracó

A formação do Conselho Consultivo da APA do Itapiracó (CONAPI) foi uma das pautas de luta que estiveram nas ações e discussões promovidas pelo Fórum da APA. Desde a mobilização que culminou em protesto pela defesa da APA e contestação do loteamento e venda ilegal de terras nas bordas da unidade, essa questão passou a ser interpretada como um aspecto que favorecia a participação da comunidade em decisões pertinentes ao planejamento e ordenamento do território da unidade de conservação.

Os atores que compõem o Fórum moveram-se através dessa organização, interpretada pelos mesmos como forma de participação comunitária para solicitar e acompanhar a formação do Conselho Consultivo junto à SEMA. Nesse cenário, aconteceram reuniões de mobilização para convocar setores da sociedade interessados em compor o conselho consultivo

da APA (Figura 22). As reuniões eram organizadas pela SEMA e o FAI convidava seus integrantes para acompanhar o processo e elaborar formas de participar do Conselho.

Figura 22: Reunião para formação do Conselho Consultivo da APA do Itapiracó, em 2018



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O conselho é um instrumento definido pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação SNUC (Lei n.9.985/2000) e percebido como uma forma de democratizar a gestão das unidades de conservação, sendo que nas unidades de uso sustentável os poderes do Conselho são consultivos¹³. O coordenador do FAI coloca que para o movimento se tratou de uma luta importante:

[...] vimos que havia necessidade do conselho consultivo, instrumento indispensável para uma unidade de conservação. Inclusive a atribuição do conselho consultivo junto ao órgão gestor hoje compete a Superintendência de Gestão de Unidade de Conservação da SEMA, que preside o conselho consultivo. De 1998 até 2003 mais ou menos deveria ter sido criado esse conselho consultivo, e infelizmente apenas em 2019, portanto com dezoito anos de atraso no mínimo, foi implantado esse conselho consultivo que tem como uma de suas finalidades a elaboração ou revisão do plano de manejo da unidade de conservação. Então foi uma outra grande vitória, a implantação do conselho consultivo, o qual alguns amigos compõem, e a gente tem caminhado no sentido de tornar esse conselho consultivo eficiente, que venha a cumprir a função que tá prevista na legislação (Mauro, 30/11/2021).

¹³ O SNUC (Lei n.9.985/2000) dispõe sobre os poderes do conselho por unidade de conservação, consultivo e deliberativo. Em complemento, o Decreto 4.340/2002 esclarece que os conselhos consultivos podem opinar sobre questões da unidade que representa, enquanto que o deliberativo tem o poder de ratificar, ou seja, validar ou não propostas para uma unidade de conservação.

Algumas dificuldades foram enfrentadas pelos atores do terceiro setor, composto por ONGS, fundações e associações de interesse sociais, tendo em vista que, para se candidatarem à vaga de conselheiros, precisavam comprovar a documentação da instituição com seu respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Assim, a primeira questão que pode ser percebida como obstáculo para assumir posição de conselheiro é a organização de uma documentação junto à instituição que busca assento no conselho da APA do Itapiracó.

A organização de documentos e a ausência de instituições levou a uma prorrogação do prazo de candidatura durante o processo de eleição do Conselho, circunstância em que algumas instituições com a ajuda de membros do Fórum foram se estruturando para poder participar.

Nessa ocasião, o Fórum mobilizou-se organizando convite e fazendo chamadas para que instituições do terceiro setor apresentassem candidatura ao conselho, que seria mais uma forma de participação na gestão da APA (Figura 23). Dessa maneira, os esforços do Fórum foram direcionados a participar, divulgar, prestar instruções, promover discussões e esclarecimentos, tanto às instituições que o compõem, como às outras que pudessem manifestar interesse em participar do Conselho.

Figura 23: Convite do FAI para chamada de entidades do 3º setor

Foto: Tatiane Santos

CONVITE

O Fórum da Apa do Itapiracó (FAI), em parceria com Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), tem a honra de convidar segmentos e entidades do 3º setor (Associações, ONGS, entidades filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) para inscrição no Conselho Consultivo da área de Proteção Ambiental do Itapiracó.

Observa-se que o prazo foi prorrogado! Sendo necessário a imediata inclusão dos segmentos acima citados. Precisamos articular, mobilizar para concretizar, assim, construir uma APA para todos!

A APA do Itapiracó é uma Unidade de Conservação (UC) estadual, tendo como objetivo básico a conservação da natureza.

"A APA É NOSSA"

Reunião: 02/10/2019
Local: Faculdade Pitágoras- SALA 808 (Av. Rei de França-prédio ao lado da praça de alimentação)
Horário: 19h00
 Mais informações: (98)98227-7933

FAI
 Fórum da APA do Itapiracó

SEMA
 GOVERNO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Fonte: Fórum da APA do Itapiracó (2019).

As reuniões de mobilização conduziram ao processo de eleição que se realizou em novembro de 2019, e o Conselho Consultivo foi formalizado pela Portaria SEMA nº 0230 de

03 de dezembro do mesmo ano. O conselho ficou composto por cinco instituições do poder público, duas do setor privado e duas entidades da sociedade civil organizada, conforme disposto no quadro 03.

Quadro 3- Membros do Conselho Consultivo da APA do Itapiracó por setor

SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA	Aprend Informática	Instituto de Desenvolvimento Estadual de Apoio Social – IDEAS
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM	Instituto de Capacitação Gersyka Emmel – ICGE	Clube de Mães Santa Rita – CMSR
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA	-	-
Secretaria de Estado da Educação – SEDUC	-	-
Secretaria Municipal de Educação – SEMED	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Portaria da SEMA nº 0230/2019.

A eleição foi realizada em uma pequena cerimônia organizada pela SEMA, em uma faculdade próxima à unidade de conservação, os conselheiros e seus suplentes receberam uma certificação de membro do conselho. O primeiro grupo de conselheiros do CONAPI, sigla definida durante reuniões de construção do regimento interno, teve após seu momento de formalização os compromissos de elaborar seu regimento e desenvolver um plano de ações referente às questões da APA do Itapiracó, processo que deveria ocorrer durante o biênio de 2019-2021.

A possibilidade de participar ou de vincular-se ao Conselho Consultivo da APA pode ser interpretada como uma garantia de envolvimento em decisões que serão tomadas a respeito desse lugar de natureza. E mesmo que os conselheiros não tenham precisamente poder de decisão, podem definir determinadas agendas. Tendo ciência do que se planeja para a APA, os atores envolvidos podem se organizar e procurar alternativas em que as suas concepções do lugar também sejam apreciadas.

Assim, o Conselho Consultivo pode ser um cenário que permite a exposição de concepções sobre natureza, um ambiente em que, entre concordâncias e discordâncias, essas

concepções encontram uma forma de se associar ou disputar as ações interventivas sobre a unidade de conservação do Itapiracó.

É preciso considerar que nesses espaços de exposição e de disputa da categoria *natureza*, certos atores que representam instituições governamentais possuem posicionamento privilegiado nas discussões promovidas na arena. Isto se deve a seus pronunciamentos marcados por maior visibilidade e seu discurso oficial amparado por formulações estatais e legais (leis e decretos), esses elementos conferem a esses atores condições especiais de participação nos debates da arena (FUKS, 2001). Os conselhos de unidades de conservação são parte de uma política de gestão da natureza, e apresentam formas de participação que são compostas por audiências públicas, processo de eleição de conselheiros e composição do conselho pelo Estado, setor privado e sociedade civil.

O que chama a atenção é que, mesmo esses instrumentos de participação popular sendo dispostos de maneiras diferentes nas políticas públicas ambientais, ainda é possível perceber em reuniões que aglutinam os diferentes segmentos que há algum domínio sobre a pauta de discussões por parte das equipes técnicas, que, ao empregarem termos, conceitos e legislação, direcionam de algum modo os debates (LOPES, 2004).

Observa-se que o Conselho da APA deve ser consultivo e não deliberativo, o conselho é presidido por funcionários da SEMA e, mesmo que os conselheiros tenham alguma intimidade com os termos técnicos da questão ambiental, a participação de alguns costuma estar associada à questão do uso social do espaço. Isso lhes agrega alguma legitimidade e os direciona em dois sentidos, o de exercer influências sobre as decisões que inferem no lugar de natureza e o de fiscalização dessas ações, que são oportunizadas pela participação no conselho.

Em cenários como o do conselho consultivo a argumentação constitui um importante veículo de caracterização dos assuntos públicos e, nesse sentido, é preciso estar atento às associações existentes entre a questão ambiental e às demandas sociais, econômicas e políticas, uma vez que configuram o contexto em que certas demandas podem ser definidas como problemas sociais e a formação desse contexto leva em conta a dimensão simbólica dos argumentos, pois esses conferem particularidades ao processo de disputa nos espaços de participação (FUKS, 2001).

Os elementos referentes à APA fazem refletir sobre a noção conceitual de natureza como uma construção social que se mantém materialmente e simbolicamente. Nessa reflexão, é fácil perceber que aquilo que é colocado como “ambientalmente correto” é discutido em espaços como o do Conselho Consultivo, determinando e distribuindo a participação na gestão dos elementos ambientais, dando alguma legitimidade às práticas que podem ser exercidas em

certos lugares. Acsehrad analisa que as práticas e as determinações sobre espaços de natureza são variáveis no tempo e espaço e estão ligadas às interpretações culturais:

Deste ponto de vista, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação- ou seja, a designação daquilo que é ou não ambientalmente benigno- redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas de luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Os aspectos de conservação apresentados pelos moradores através do Fórum e a busca pela formação e participação no conselho consultivo evocam a relevância do problema ambiental também pelas semelhanças de suas demandas com outros lugares de conservação da cidade de São Luís, considerando a existência de uma interligação entre os ambientes que pode afetar não somente um lugar, mas todo um ecossistema de uma região. Desse modo, as perspectivas de uso discutidas no Fórum procuram interligar as ideias pertinentes à conservação com possibilidades de geração de renda para os moradores do entorno e do interior da unidade de conservação.

Em entrevista, o coordenador do Fórum se refere ao Direito como um instrumento dessa ação coletiva, pois aponta a possibilidade de mobilizar a legislação que cria as unidades de conservação a partir das necessidades de seus moradores, do potencial que esses lugares de natureza possuem para o acionamento de política pública e da associação/comparação com outras lutas ambientalizadas (LOPES, 2004). Dessa maneira, Mauro Carramilo Jr. caracteriza esse processo afirmando:

[...] tem coisa na constituição que eu não concordo, mas eu não posso me acomodar, e se eu não posso me acomodar é principalmente pela minha função ou minha vocação de operador do Direito, eu aprendi que o Direito não é só um conjunto de regras e princípios, na verdade o Direito é pra ser entendido e imaginar aquilo que é possível ser feito, a imaginação hoje do que é possível ser feito é muito limitada pelo positivismo, pela interpretação literal da lei, e isso prejudica o interesse de parcelas mais desfavorecidas da sociedade, mais marginalizadas, como os indígenas, afrodescendentes, e as mulheres que possuem um papel fundamental na construção desse novo modo de se viver.

Faço essa reflexão justamente pra dizer que acredito realmente que esses espaços especialmente protegidos são os palcos para que ações afirmativas, políticas públicas de inclusão sejam garantidas, sejam asseguradas a essas populações, que essa receitas advindas da exploração dos nossos recursos naturais, é uma outra pauta que como membro do FAI e do FEEA tenho levado, é a de que esses recursos precisam ser revalorizados pela nossa população e essas receitas são carregadas aos cofres públicos, ao orçamento público. Precisam ser investidos em cidadãs e cidadãos

comuns, eles precisam ser empoderados, as pessoas precisam ser abordadas não como beneficiários a serem cooptados, mas como agentes a serem capacitados, agentes a serem empoderados, empoderamento feminino, afrodescendente, dos indígenas. Os indígenas defendem suas terras, mas sabemos que as riquezas naturais é que são objeto de especulação, de cobiça, não apenas dos interesses nacionais como dos internacionais. Eles não estão interessados nos animais que estão nas florestas, estão de olho nas riquezas, nos recursos naturais, nosso papel é romper essa exploração predatória (Mauro, 30/11/2021, grifo nosso).

Em espaços como o Conselho Consultivo e o Fórum procuram-se pensar no uso da APA, em técnicas de produção comunitária que envolvam a materialidade da unidade de conservação às relações presentes no lugar. Esses elementos se apresentam por meio de propostas de trilhas ecológicas, jardinagem pedagógica, ideias que envolvam a agricultura familiar, cultivo e venda de plantas ornamentais feitas a partir das comunidades que residem no interior e entorno da APA. Trata-se de desenvolver uma perspectiva que se condicione ao modelo local de vida em interação com a natureza desse lugar, aproveitando práticas que já estejam vinculadas ao território da APA. Esse lugar de múltiplas relações e ações conecta sistemas simbólicos/culturais que estarão intimamente relacionados a qualquer produção que se estabeleça. Escobar faz alusão a essa característica quando analisa:

Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas. [...] Antropólogos ecológicos, orientados ao simbólico, responderam ao reduzido interesse etnobiológico nas taxonomias populares, deslocando a classificação de seu lugar privilegiado, afirmando que a classificação é só um aspecto do processo pelo qual os humanos dotam de significado e propósito as características do entorno natural. Numa tentativa de deslocá-la, no entanto, a maioria dos antropólogos não está disposta a renunciar à existência de mecanismos subjacentes que organizam as relações entre os humanos e seu ambiente. Para Descola, por exemplo, estes mecanismos –ou “esquemas da práxis” (1996: 87) – consistem em procedimentos estruturantes que combinam modos de identificação, definindo limites entre o eu e o outro nas interações humanas/não-humanas, modos de relação (tais como a reciprocidade, a predação ou a proteção), e modos de classificação (a sinalização lingüística de categorias estáveis, reconhecidas socialmente) (ESCOBAR, 2005, p.72).

Essas ações expressam que a vida em seu curso de experiências e sensações está associada aos lugares que permitem seu fluxo. Assim, o conhecimento do mundo pode ser entendido como associado ao contexto em que a vida humana se envolve com o ambiente. Esse elemento faz com que o lugar possua relevância nas discussões de desenvolvimento, cultura e meio ambiente, característica ocultada pelo processo de produção, cuja preocupação é centralizada em uma globalização do capital, que não percebe ou se interessa por outros modos de vida e situações contextuais que criam interpretações outras, mesmo estando em relação com o sistema econômico. As implicações desse processo repercutem principalmente na dificuldade

de imaginar outros contextos produtores de uma construção política, de conhecimento e de identidade que não o das sociedades ocidentais e estritamente autorizadas pela concepção capitalista (ESCOBAR, 2005).

Essa percepção não se recusa a analisar os efeitos do global, mesmo porque o lugar e seus movimentos sociais estão globalizados em alguma medida, a questão trata-se, então, de perceber os aspectos globais do lugar, para que, convertidos em argumentação política, possam ser úteis na defesa de suas identidades, cabendo, ainda, o uso da maneira como o global constrói seu modo de localizar para benefício do próprio lugar (ESCOBAR, 2005).

Essas formas de conceber o lugar nem sempre costumam ser captadas pelo Estado ou pelas intervenções e projetos elaborados para essas áreas de proteção ambientais, precisamente por não considerarem as formas de classificação local empregadas pelas pessoas que estão em interação cotidiana com esses espaços de natureza (SHIRAIISHI NETO, 2017).

Nesse contexto, tornam-se comuns intervenções que fragmentam uma espacialidade culturalmente construída e com paisagens específicas. Essa fragmentação está ligada à ausência de uma observação sociocultural das práticas presentes em unidades de conservação. Sobre essa dimensão do lugar e os modelos culturais, Escobar reflete:

Em termos gerais, o que é mais importante destes modelos do ponto de vista do lugar, é que se poderia afirmar que constituem um conjunto de significados-uso que, apesar de existir em contextos de poder que incluem cada vez mais as forças transnacionais, não pode ser reduzido às construções modernas, nem ser explicado sem alguma referência a um enraizamento, aos limites e à cultura local. Os modelos de cultura e conhecimento baseiam-se em processos históricos, lingüísticos e culturais, que, apesar de que nunca estão isolados das histórias mais amplas, porém retêm certa especificidade de lugar. Muitos dos aspectos do mundo natural são colocados em lugares. Além do mais, muitos dos mecanismos e práticas em jogo nas construções de natureza –limites, clarificações, representações, apreensões cognitivas e relações espaciais– são significativamente específicas de lugar. As noções de performatividade, adestramento, enação e modelos de prática também sugerem vínculos importantes com o lugar. Podem ser situados dentro da antropologia das experiências, para a qual “o uso, não a lógica, condiciona as crenças” (Jackson, 1996: 12). Talvez seja tempo de renovar nossa consciência dos vínculos entre lugar, experiência e a produção de conhecimento (ESCOBAR, 2005, p. 74).

Sobre essa ótica, é possível perceber que as interações humanas mantidas em relação a uma natureza presente na cidade podem fazer parte de uma concepção cultural que não dissocia essas duas noções, ou seja, cidade e natureza são interpretadas em uma relação híbrida ou interdependente (LATOURETTE, 2019). A APA permite que essa natureza esteja ligada à rotina da cidade quando se torna ambiente para encontros, quando recebe celebrações religiosas, quando é objeto de disputas e projetos políticos, sendo espaço de habitação, de práticas esportivas, lazer e atividades econômicas representadas pelas banquinhas de bombons e venda de água. Nesse mesmo lugar, ocorrem processos naturais como recarga de aquíferos,

reprodução de animais e filtração do ar, esses fenômenos ocorrem no mesmo lugar e quase sempre de forma concomitante.

Quando os lugares de natureza são observados como socialmente construídos, as decisões pertinentes ao manejo são orientadas pelo uso da história natural e cultural do mesmo. Tal característica implica em um planejamento de uso dos elementos naturais que considerem os processos sociais envolvidos no lugar. Nesse sentido, para a defesa de seus modos de vida frente a percepções dominantes, os movimentos sociais de pauta ambiental, como o Fórum da APA do Itapiracó, partem de um entendimento de que há possibilidades de se imaginar a vida de outras maneiras, que não somente a que está posta como legítima (ESCOBAR, 2005).

Esse contexto demanda dos atores envolvidos na defesa do lugar a participação em espaços de discussão e decisões, projetados para defesa de questões ambientais, em decorrência da relação tida como moderna e capitalista que se estabeleceu com a natureza. Essas arenas são identificadas como Conselhos Consultivos, Conselhos de Meio Ambiente, Fóruns de Educação Ambiental, Conselho de Cidade e Infraestrutura Urbana e outros.

A participação é posta como relevante em dois sentidos de atuação das mobilizações de agenda ambiental: a primeira seria por conferir ciência a esses atores sobre o que está sendo planejado para os lugares de natureza da cidade, e a segunda por permitir a essas mobilizações e seus representantes que sejam incluídos nos processos de decisões, encaminhados a partir dessas estruturas organizativas elaboradas pelo Estado (ACSELRAD, 2004).

É preciso mencionar que a análise dessas características não reifica as categorias “lugar” ou “cultura”, ou mesmo as dicotomiza, mas percebe que o conhecimento dos lugares e as identidades construídas a partir deles contribuem para a construção de significados específicos, de concepções de economia e natureza, que mesmo envolvidos pelo capitalismo e modernidade, tentam estabelecer limites às ações desses processos (ESCOBAR, 2005). Essa observância pode explicar o empenho dos moradores em se envolverem e articularem suas proposições a partir do Fórum da APA do Itapiracó e de seu Conselho Consultivo, pois estando esses moradores próximos ou dentro da unidade, estabelecem, pelo uso e interações, uma relação com ela, o que os faz querer ter voz e participação nas intervenções pensadas para a APA, para suas formas de geração de renda, atividades físicas e educativas.

5 CONCLUSÃO

A atividade de mobilização relativa à Área de Proteção Ambiental do Itapiracó foi analisada a partir da perspectiva de relação presente entre sociedade e natureza, em que as formas de construção dos lugares e de suas demandas são percebidas como ligadas ao envolvimento social de seus atores. As relações que se constroem entre os atores e seus lugares de vivência criam simultaneamente laços de afetividade e formas de manutenção de sua vida.

Durante a pesquisa buscou-se analisar o objeto a partir de interrogações que surgiram na investigação de campo, que associada à leitura de referencial teórico ressaltou aspectos que na proposta inicial de pesquisa ainda não haviam sido observados, tais como a proposta dos moradores de geração de renda e acesso a políticas públicas a partir da APA. A pesquisa de campo oportunizou acesso a conhecimentos sobre a formação da unidade de conservação do Itapiracó, assim como os primeiros usos e relações que foram sendo estabelecidos no lugar. Nessa trajetória foi possível identificar a relação entre o crescimento urbano da cidade de São Luís e suas diferentes frentes, movimento que incluiu a área que atualmente corresponde a APA do Itapiracó.

A tentativa de descrever o lugar, seu processo de formação, e as atividades presentes nesse local foi importante para se perceber as interações sociais envolvidas na formação da APA, seu processo de ocupação, sua relação com os bairros do entorno, a concepção de natureza que fomentou sua criação, e a busca dos moradores por serviços que favoreçam a continuidade de seus modos de vida.

Reforçando a percepção de que a dimensão política da vida em sociedade não está dissociada da natureza, e que essa dinâmica se altera ao longo do tempo com sentido de afirmar a legitimidade de alguma interpretação. Tratam-se de maneiras de representar a natureza e fazer uso dessa representação, mas o aspecto principal é que concepções políticas e da natureza mantem uma relação indissociável, em que demandas políticas ou da natureza ascendem ou declinam uma sobre a outra (LATOURETTE, 2019).

Como foi analisado, moradores do entorno e do interior da unidade de conservação mantêm relações diretas com a mesma, e ao se organizarem coletivamente tornam esse lugar de natureza e suas demandas uma questão pública e ambiental, pois as alterações planejadas ou executadas na APA podem afetar atividades como moradia, lazer, circulação, comércio e saúde nos bairros de seu entorno, assim como a qualidade do ar, temperatura e reabastecimento de lençóis freáticos da ilha de São Luís. Essas características somadas aos usos existentes nessa unidade de conservação fizeram com que os moradores do entorno da APA se organizassem

coletivamente, os fazendo buscar maneiras de conservar esse lugar de natureza, daí a necessidade de construir relações com órgãos governamentais e não governamentais para mobilizar políticas públicas e ambientais pertinentes a áreas protegidas.

As formas de organização protagonizadas pelos moradores do entorno para se manifestar contra tentativa de loteamento de um segmento do território da APA foram interpretadas como parte de um repertório de ação coletiva, demarcado inicialmente pela ação de publicizar uma demanda entendida pela mobilização como uma agressão ambiental a unidade de conservação. Para esse movimento tratava-se de uma tentativa de comercialização de terras públicas, compreendidas pelos atores como um bem comum e de uso de todos, principalmente daqueles que cotidianamente mantem atividades nesse lugar de conservação.

O processo de pesquisa observou que a construção do problema ambiental a partir da APA do Itapiracó traz em si uma dinâmica organizacional gerada inicialmente pela reunião de moradores dos bairros do entorno, e em certa medida essa questão vai sendo percebida por esses atores como parte de um problema ambiental. Esse último aspecto se deve ao envolvimento que alguns já possuem com movimentos populares, e de suas instruções educacionais. Assim, em suas formas organizativas esses atores costumam empregar como parte de seus recursos elementos pertinentes as suas formações técnicas e acadêmicas.

O repertório de ação coletiva foi sendo desenvolvido à medida em que demandas conectadas à APA vão sendo identificadas, e essas práticas foram se adequando e permitindo relações com outros atores envolvidos em pautas ambientais. Dentre essas ações, puderam ser observadas reuniões com autoridades responsáveis pela secretaria municipal e estadual de meio ambiente, políticos locais, divulgação por rádio e redes sociais, denúncias protocoladas no ministério público, contatos feitos com diferentes departamentos de faculdades e universidades de São Luís. Pode-se entender essas ações como demarcadoras de uma mobilização de preocupação ambiental local, especificamente relacionada à APA do Itapiracó, e como parte de um processo de sensibilização que procura chamar a atenção e agregar atores que contribuam com as problemáticas apontadas pelos moradores da região.

A organização coletiva analisada é composta por ações práticas e discursivas, pois essas estratégias permitem a essa mobilização que se mantenha atualizada dos planejamentos que envolvem a APA, e ocupe espaço nas decisões pertinentes a unidade. Por meio das reuniões de planejamento, a montagem de oficinas, divulgação de atividades, e elaboração de documentos como ofícios e relatório, esse movimento procura apresentar a realidade da APA e sua relevância para o ecossistema da ilha. E em ações de limpeza, educação ambiental,

caminhadas, atividades recreativas, lanches e outras se reafirma a função social da unidade de conservação por alguns dos usos que podem se efetivados nesse lugar de natureza.

Foi possível perceber que as estratégias de organização descritas foram responsáveis por levar os moradores relacionados a essa unidade de conservação a construir um Fórum em Defesa da APA do Itapiracó, que prossegue mobilizando questões que esses atores percebem como atreladas a pauta ambiental. O Fórum torna-se um instrumento participativo da formação dessa problemática ambiental ligada ao Itapiracó, que vai além da questão da conservação da natureza quando os moradores observam a possibilidade de articular a manutenção de suas práticas cotidianas com geração de renda e melhoria da qualidade de vida para seus bairros. Nessas circunstâncias, a APA poder ser entendida como um espaço para acionamento de políticas públicas.

Essa articulação a partir de um fórum de base comunitária procurou estabelecer interações com instituições e figuras públicas ou políticas que possam agregar aos objetivos dessa mobilização. Nesse sentido, o fórum tornou-se um dos mecanismos pelo qual os moradores tentam construir uma rede com múltiplos atores, que, por sua vez, possuem engajamentos em pautas direta ou indiretamente ligadas a problemáticas ambientais. Essa forma de se organizar exprime uma via de atuação política, pois através das discussões promovidas pelo fórum são destacados os usos existentes, assim como se refletem sobre novas possibilidades de se relacionar com a unidade a partir da perspectiva de conservação.

Na formação do problema ambiental analisado a partir da APA do Itapiracó, o direito é utilizado como parte do repertório de ação coletiva, pois se emprega a legislação para reafirmar e legitimar as reivindicações referentes ao espaço interno e arredores da unidade de conservação. Esse mesmo aparato legal é usado pelos atores do fórum para solicitar a atualização dos limites da APA e a revisão do seu plano de manejo, pois sabe-se que esses são instrumentos que interferem no ordenamento e planejamento desse lugar de natureza.

É pertinente ponderar que o direito como elemento desse repertório de ação coletiva é parte de uma prática argumentativa de disputa. A participação da lei na definição de assuntos públicos está associada ao aspecto de que a lei é uma propagação de um suposto entendimento legítimo, e referida legitimidade é pautada na universalidade (FUKS, 2001). Assim, a lei expressa uma realidade moral, uma visão abstrata e idealizada da sociedade que se define por meio de padrões socialmente construídos, e que inferem sobre a definição de problemas sociais e interesses públicos.

Nas situações observadas na APA do Itapiracó, o direito é parte do repertório de ação coletiva tratando-se de um dos aspetos simbólicos mobilizados para tornar suas demandas

publicamente pertinentes. Ainda assim, a lei em si não define o sentido de natureza ou meio ambiente, por ser abstrata a lei estabelece categorias gerais, sujeitas a alterações a partir da realidade do lugar de natureza e das relações que esses atores estabelecem com a mesma.

O contexto analisado permite considerar que a Unidade de Conservação do Itapiracó é parte de um modelo de natureza que foi sendo historicamente estabelecido, em que a relação de enquadramento ou delimitação do lugar de natureza torna-se instituída através de um sistema legal que parece apontar duas direções. A primeira define um espaço de natureza delimitado como um meio em que transcorrem interações físicas, químicas e biológicas necessárias para a manutenção das condições que permitem a vida, e a segunda se remete à natureza como parte de um contrato social, evidenciando-a como um patrimônio coletivo, que precisa ser protegido pela relevância de seus recursos.

Essa concepção que permeia a criação de unidades de conservação produziu imagens e valores institucionalizados e sedimentados em um sistema legal em diferentes esferas do poder político, pois as unidades podem ser criadas e geridas pela esfera municipal, estadual e federal, propagando uma ideia de que essa divisão de poderes e gestão de terras públicas pudesse ser aplicada sobre as diversas relações que a natureza estabelece entre seus ecossistemas, quando, na realidade, esses limites de trânsito e de troca entre as relações sociais e a natureza são dinâmicos.

Desta maneira, se pode interpretar que essa forma social de organizar e se relacionar com os ambientes expressa uma condição de tutela em que a natureza ainda é percebida como separada da humanidade, um objeto sobre o qual um contrato é elaborado e reelaborado para garantir interesses de indivíduos, e em que a condição de proteção da natureza pode ser interpretada como proteção de recursos que garantem a continuidade econômica de um padrão de vida, em detrimento da manutenção de fluxos e relações entre humanos e não humanos, que por sua vez, garantem a permanência da própria vida.

Mobilizações sociais e formas de ação coletivas protagonizadas por pessoas envolvidas com unidade de conservação, como no caso da APA do Itapiracó, podem ser analisadas como maneiras de participação que permite pensar outras formas de se mover dentro da construção de natureza estabelecida. Esse aspecto pode desencadear pontuais mudanças na forma de perceber e se relacionar com a natureza, e provocar alterações na maneira predatória como essa relação tem sido conduzida.

Problemas ambientais como descarte de resíduos sólidos, pressão urbana, despejo de esgoto, especulação imobiliária, desmatamento, e assoreamento do rio são alguns dos apontamentos feitos pela mobilização presente na APA do Itapiracó. Tratam-se de

consequências da relação que sociedades ocidentais desenvolveram com a natureza, através das quais é possível perceber que a relação entre humanidade e natureza se flexibilizou ou se desencaixou gerando duas principais concepções, uma pela qual a natureza é objetificada e a outra que a torna por meio da alteração ou composição de signos um sujeito de direito.

A interpretação desenvolvida na modernidade ocidental passou a destacar a natureza pelos aspectos da beleza cênica, enfatizando a atuação humana como fundamental. Essa condição distancia sociedade e natureza, colocando os lugares de natureza em uma condição de reserva de valor. A construção desse dualismo se concentra na distinção entre humanidade e natureza, em detrimento das relações e vínculos presentes entre os mesmos, pois os fluxos e trocas que permitem a existência ocorrem precisamente pela manutenção dessa relação.

A partir da publicização de concepções e disputa entre as mesmas, certos regulamentos são elaborados, e representações se tornam legítimas em uma outra amplitude, exercendo alguma figura de poder sobre as formas de planejar e ordenar as áreas de natureza. É preciso destacar que a ideia de justiça no que tange às questões ambientais deve considerar as diferenças de cada ambiente, assim como o acesso equitativo dos que com ele se relacionam. Sabe-se que ocorre a desigualdade ambiental justamente pela criação de mecanismos que dificultam o acesso a certas áreas, afetando modos de vida que estabelecem vínculos com lugares específicos.

Nesse sentido, não há como separar as questões ambientais das dimensões simbólicas, econômicas e políticas que existem nas sociedades. Esse modo de análise permite perceber que movimentos e mobilizações sociais como o fórum da APA do Itapiracó articulam suas ações buscando participar das lutas discursivas e da distribuição de controle sobre o lugar de natureza. Na dimensão discursiva disputam espaço divulgando uma concepção de natureza que envolva a participação das comunidades do entorno e interior da APA, esforçando-se para legitimar suas atividades junto à secretaria que administra a área de proteção ambiental. Em contrapartida, na dimensão territorial da APA tentam promover práticas que destaquem a relevância e o potencial dessa unidade de conservação para os bairros a ela relacionados.

Dessa forma, se percebe que o processo pelo qual um problema ambiental é estabelecido ou institucionalizado, passando a ser percebido como social, transita pelas dimensões ou arenas em que representações e práticas podem disputar e adquirir possibilidade de inferir legalmente sobre a distribuição de acesso aos espaços e conseqüentemente sobre as relações que se mantêm neles.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das Cidades: sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-90, maio, 1999.
- ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental- ação coletiva e estratégias argumentativas. In: Acselrad, Henri, et. al. (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-39.
- ALIER, Joan Martinez. Correntes do Ecologismo. In: **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 21-39.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, novembro, 2007.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BACHELARD, Gaston. “A noção de obstáculo epistemológico”. In: BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-28.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A Força do Direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 209-254.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.
- COMPANS, Rose. A cidade contra a favela. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 83-99, maio, 2007.
- DESCOLA, Philippe. As duas naturezas de Lévi-Strauss. In: **Revista Sociologia e Antropologia**, Vol. 01-02:35-51, 2011, p. 35-51.
- DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Émile Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978. p. 183-203.
- ELIAS, Norbert. Introdução e Características universais da sociedade humana. In: **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999, p.13-35 e p.113- 145.

- ELIAS, Norbert. Os seres humanos como indivíduos e como sociedade, e suas autoimagens inspiradas no desejo e no medo. In: **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.63-125.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERREIRA, Leila da Costa. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FOUCAULT, Michel. I- Introdução. In: **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2008. p. 1-20.
- FOUCAULT, Michel. IV- A descrição arqueológica. In: **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2008. p. 156-219.
- FUKS, Mario. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p.15-68.
- HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- HENRIQUE, Wendel. **Direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HERTZ, Robert [1909]. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e sociedade**, n.06, p. 99-128, 1980.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v.18, n.37, 2012, p. 25-44.
- LATOU, Bruno. **Políticas da natureza**: como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- LATOUR, Bruno. Introdução: Como Retornar a Tarefa de Descobrir Associações. In: **Reagregando o Social**: uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 17- 38.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 09-114.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Natureza e Cultura. In: **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 41-47.
- LIMA, Rosirene Martins Lima. **Conflitos socioambientais urbanos**: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- LOPES, José Sérgio Leite (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 17-38.
- LOSEKANN, Cristiana. **Ambientalistas em movimento no Brasil**: entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o governo Lula. Curitiba: Appris, 2014.
- LOSEKANN, Cristina. Mobilização do Direito como repertório de Ação Coletiva e crítica Institucional no campo ambiental brasileiro. **DADOS- Revista de Ciências Sociais**. Rio Janeiro, v. 56, n. 2, p. 311-349, abril, 2013.
- MACIEL, Débora Alves. Ação Coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-111, outubro, 2011.

MARANHÃO. **Decreto, 15.618 de junho de 1997**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Itapiracó e dá outras providências. Palácio do Governo do Maranhão, São Luís, 176º da Independência e 109º da República.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-314, 2003.

OLIVEIRA, J. A. **Um estudo sobre a população residente na área de proteção ambiental do Itapiracó**. 2004. Monografia (Graduação)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

OST, François. **A Natureza à Margem da Lei**. Lisboa: Piaget, 1995, p. 07-101.

PANTOJA, Marcilene Ferreira. A importância da revitalização do Complexo da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, São Luís, Maranhão, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v.1, n.13, p. 1-18, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Ed USP, 2005.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. A proteção do conhecimento tradicional no contexto da globalização do direito. **Repocs- Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís-MA, v.15, n.31, jan./jul. 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Globalização do Direito: novos conteúdos à natureza. **Revista Internacional de Direito Ambiental**, v. VI, n.17, p. 115-140, 2017.

SILVA, Thiago A. A.; FRAGA, Samanta C. S. Alterações ambientais na APA do Itapiracó em São Luís- MA: Composição e comportamento da avifauna local. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 21, n. 2, p. 795-805, setembro, 2019.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 259-285.

SWYNGEDOUW, Erik. A Cidade como um Híbrido: Natureza, Sociedade e “Urbanização-Ciborgue”. In: Acselrad, H. (Org.). **A duração das Cidades: Sustentabilidades e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.